

Caminhos da História e da Memória

Portfólio documental da Escola
Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste

Juliana Machado da Silva Sasset
Xênia de Casto Barbosa



Juliana Machado da Silva Sasset
Xênia de Castro Barbosa

Caminhos da História e da Memória:

Portfolio documental da Escola Agrotécnica Federal de
Colorado do Oeste



2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

S252c

Sasset, Juliana Machado da Silva.
Caminhos da História e da Memória: Portfólio documental da
Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste / Juliana Machado
da Silva Sasset. - Porto Velho, 2026.
271 f. : il.

Orientador(a): Dra. Xênia de Castro Barbosa.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação
Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.
ISBN 978-65-02-24246-9 Digital

1. Educação. 2. História. 3. Escola Agrotécnica Federal. 4.
Educação agrícola. 5. Colorado do Oeste-RO. I. Barbosa, Xênia de
Castro (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

CDD: 373.09813

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956





“Aprender a fazer e
fazer para aprender”



Discente: Juliana Machado da Silva Sasset.

Título: Caminhos da História e da Memória: Portfólio documental da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

Tipo do Produto Técnico-Tecnológico: portfólio (PTT9).

Tipo da produção: bibliográfica.

Autores do Produto Educacional: Juliana Machado da Silva Sasset, Xênia de Castro Barbosa.

Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual: Depósito na Câmara Brasileira do Livro/Registros de direito de autor e conexos.

Disponibilidade: Irrestrita.

Potencial de impacto: Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.

Replicabilidade: O Produto Educacional (PE) pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido.



Segmento profissional: Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Transferência/usos já efetivados: produto transferido à Direção Geral do Campus Colorado do Oeste.

Descrição do potencial de impacto esperado: O produto, já transferido e bem aceito pela Direção Geral do Campus Colorado do Oeste poderá impactar positivamente no conhecimento acerca da história e da memória da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, bem como na valorização profissional e nas políticas de identidade do Instituto Federal de Rondônia.

Público-alvo: comunidade interna e externa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Área de concentração: Ensino

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.



APRESENTAÇÃO

Este portfólio documental, fruto da pesquisa de mestrado intitulada “História e Memória da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste” é um convite ao conhecimento da história da referida instituição educacional.

Os documentos, cuidadosamente selecionados dentre as caixas de arquivo permanente que resistiram à passagem do tempo e às intempéries, ecoam palavras e silêncios, desejos e sonhos, esperanças e lutas de profissionais da educação e de estudantes, os quais tiveram suas vidas marcadas, de modo indelével, pela Escola. Revelam uma instituição comprometida com a educação da classe trabalhadora – os filhos e filhas de agricultores, seringueiros, indígenas, migrantes –, sujeitos amados, cujas famílias pouco possuíam além da própria força de trabalho e que viam na Escola a oportunidade de proporcionar às novas gerações uma vida mais digna e diferente daquela que lhes foi possível viver.

Esses documentos reverberam um passado que, em certa medida, se faz presente – na memória, nas crenças, no compromisso pedagógico, nos modos de fazer. Nesse sentido, registram experiências capazes de balizar o trabalho na Educação Profissional e Tecnológica no presente, na medida em que sua leitura pode levar ao reconhecimento de caminhos e a elaboração de contrapontos salutareos, possibilitando escolhas fundamentadas. Espera-se, ainda, que este trabalho contribua para a valorização daqueles que dedicaram sua juventude,



seu trabalho, sua energia, sua criatividade e seus conhecimentos à Escola.

Embora não exista mais com a mesma infraestrutura, permanece viva na memória — uma memória à qual tivemos acesso por meio de documentos escritos e das histórias de vida apreendidas nas narrativas produzidas ao longo da pesquisa. Esses múltiplos documentos, elaborados em diferentes tempos e espaços, convergem, no processo de leitura e análise, para um mesmo objeto: a elucidação da trajetória da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, na qual a organização têmporo-espacial mostrou-se central para o cumprimento de seus objetivos institucionais.

Este portfólio, ao reunir e disponibilizar o acervo com o qual dialogamos no desenvolvimento desta pesquisa, objetiva contribuir para a valorização da memória da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e para o fortalecimento das políticas de identidade do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), instituição criada a partir da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O público-alvo deste produto educacional são os servidores do IFRO, na medida em que acreditamos que o conhecimento acerca da trajetória de uma das instituições escolares que o antecedeu e lhe deu base possa favorecer a consolidação de sua identidade institucional, a replicação de boas práticas, assim como a construção de uma cultura organizacional compatível com as demandas deste novo tempo.

Compartilhar essas memórias cristalizadas em documentos implica reconhecer o passado como bússola, valorizar saberes e experiências, sabendo,



contudo, que o presente é um mar aberto, repleto de novos desafios, e que o passado não constitui um porto seguro ao qual possamos retornar. O presente requer coragem.



OBJETIVOS

Geral:

Este portfólio tem como objetivo geral colaborar para a ampliação do conhecimento acerca da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, situada no cone-sul do Estado de Rondônia.

Específicos:

Como objetivos específicos, este produto educacional intenciona:

1. Valorizar as experiências de trabalho de servidores da antiga Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, por meio do registro e divulgação de suas histórias de vida;
2. Valorizar as memórias dos egressos da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste que hoje são servidores do quadro do IFRO;
3. Favorecer a compreensão da trajetória histórica da referida instituição educacional e de sua relevância social no contexto em que esteve inserida;
4. Favorecer novas pesquisas no campo da história da educação e da história das instituições escolares, por meio das fontes catalogadas e apresentadas neste portfólio.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Etapas de elaboração

A elaboração deste produto educacional compreendeu as seguintes operações:

1. Seleção de documentos;
2. Higienização de documentos;
3. Digitalização de documentos;
4. Realização de entrevistas de História Oral de Vida;
5. Transcrição, textualização e transcrição de entrevistas de História Oral de Vida;
6. Pesquisa de similares;
7. Elaboração do protótipo;
8. Teste do protótipo;
9. Elaboração do produto;
10. Transferência do produto.

A seleção de documentos foi realizada a partir de uma imersão nos arquivos da antiga Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Acervo este em grande parte mal conservado, e acondicionado em um espaço improvisado no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia,



Campus Colorado do Oeste. Destaca-se, contudo, que os documentos intermediários relativos à vida funcional de servidores ativos e aposentados e as pastas dos estudantes, estavam adequadamente acondicionados na Coordenação de Gestão de Pessoas e na Coordenação de Registros Acadêmicos, respectivamente.

A higienização dos documentos limitou-se à limpeza externa das caixas de arquivo permanente e à remoção de poeira e dejetos dos documentos nelas acondicionados. Para esse procedimento, utilizamos pincel macio e flanela, ambos secos.

A digitalização foi realizada por meio da ferramenta Adobe Scan, sendo os arquivos resultantes armazenados em HD externo. Não foram digitalizados documentos de caráter pessoal, tampouco aqueles que pudessem ocasionar eventual constrangimento aos envolvidos, tais como documentos relativos a procedimentos administrativos envolvendo servidores ou a processos de aplicação de medidas disciplinares aplicadas a estudantes.

A constituição das entrevistas de História Oral ocorreu mediante agendamento prévio, ocasião em que foram realizados a exposição do projeto, o esclarecimento de dúvidas e a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram conduzidas em tom dialógico, favorecendo aos entrevistados o registro de suas experiências a partir do ponto que julgaram mais conveniente — procedimento de origem voluntária — e a consolidação de seu núcleo narrativo básico, denominado cápsula narrativa.



A gravação dos arquivos de áudio foi realizada por meio do programa Sonix, sendo posteriormente submetida à escuta atenta da pesquisadora, com vistas ao registro literal das informações apresentadas oralmente. Na sequência, procedemos ao processo de textualização, com o objetivo de converter as transcrições em textos mais fluidos e agradáveis à leitura. Para tanto, a estrutura de perguntas e respostas foi reorganizada e incorporada a uma narrativa única, redigida em primeira pessoa, realizando-se, ainda, as pontuações e os ajustes de paragrafação necessários à adequada compreensão do texto.

Com vistas a comunicar de forma mais precisa o sentido de cada narrativa e a atmosfera presente no momento das entrevistas, procedemos à transcrição, mediante revisão e edição textual voltadas ao aprimoramento da linguagem e à melhor expressão das experiências narradas.

A pesquisa de similares foi realizada mediante consulta ao Repositório Institucional do IFRO, especificamente na seção destinada aos produtos educacionais defendidos no âmbito deste programa de pós-graduação, bem como por meio de buscas no Google. Considerando as limitações de tempo para a execução da pesquisa, priorizamos a disponibilização dos documentos em detrimento da elaboração de instrumentos complementares, como índice onomástico, resumos e recensões, os quais poderiam facilitar o trabalho de consulta pelos leitores.

Com base na análise de similares, elaborou-se um protótipo que, após avaliação preliminar da orientadora e dos participantes da pesquisa, foi subme-



tido a ajustes e correções, constituindo-se como base para a elaboração do produto educacional aqui apresentado.

Em razão da limitação de tempo hábil, não foram realizados novos testes ou novas avaliações do produto. Contudo, de maneira não formal, os participantes da pesquisa que tiveram acesso a ele demonstraram satisfação e interesse em sua leitura.

A transferência do produto foi realizada ao Diretor-Geral do *Campus Colorado do Oeste*, por meio de correio eletrônico e entrega de cópia impressa.

Materiais Utilizados

Os materiais utilizados para o desenvolvimento deste produto foram:

- Notebook com conexão à internet;
- Software Microsoft Word versão 2011;
- Software de design gráfico Canva;
- Software de digitalização Adobe Scan;
- Software de transcrição Sonix.



FORMAS DE UTILIZAÇÃO

Para a boa utilização deste produto recomenda-se sua leitura e uso em projetos de pesquisa, aulas e outras atividades em que o acesso a documentos seja relevante para a compreensão histórica do fenômeno educacional em Rondônia e para a história da instituição específica aqui documentada.

SUMÁRIO

Introdução	18
1. Documentos Institucionais	23
Regulamento interno	24
Normas de funcionamento e atribuições	57
Código de ética	99
Projeto Político Pedagógico	116
Organização didática pedagógica	121
2. Infraestrutura	151
3. Atividades extracurriculares	160
4. Cursos de extensão	178

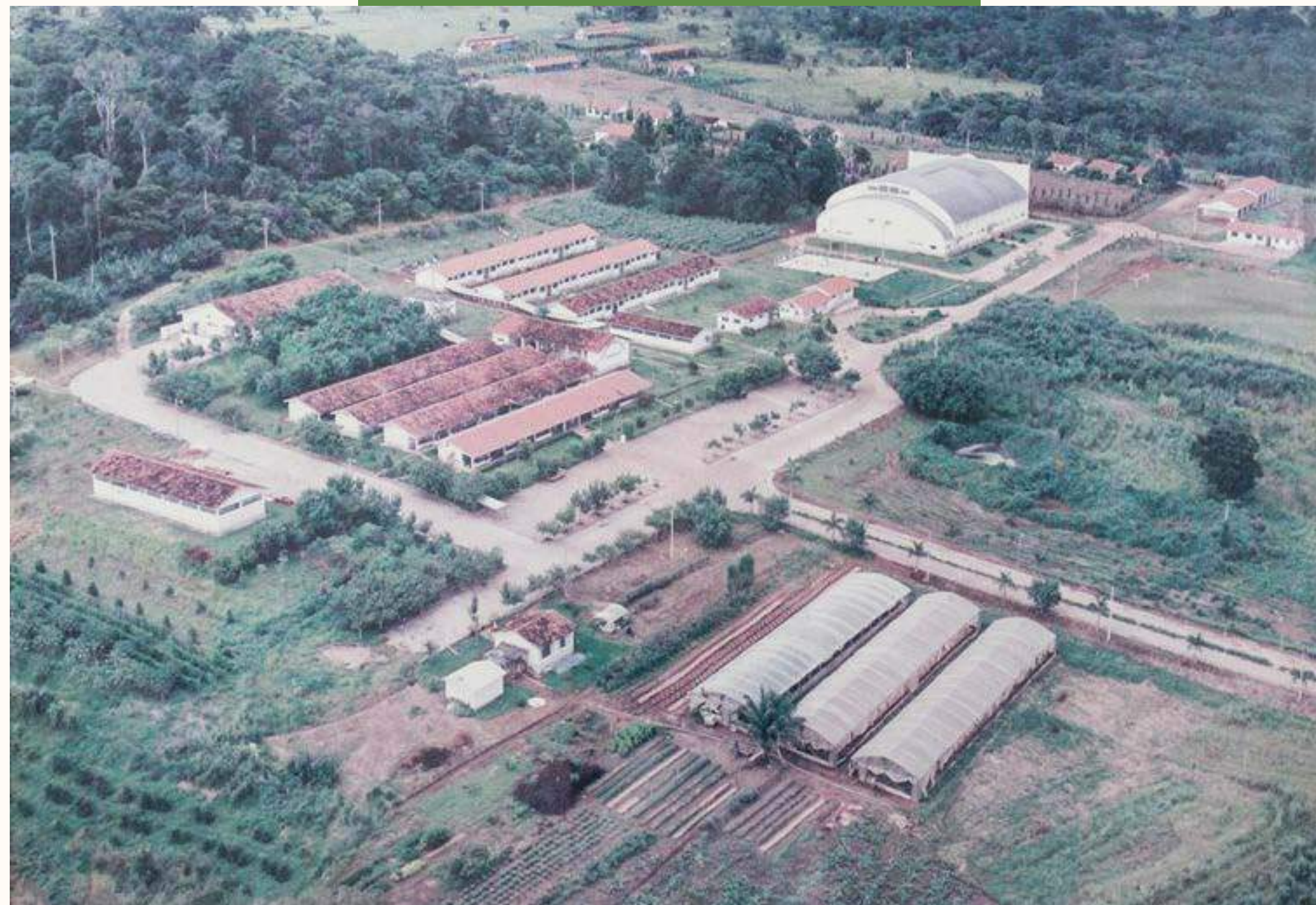
SUMÁRIO

5. Entrevistas	182
Abílio da Paixão Ciríaco	183
Danieli Cristina Schabo	188
Flávio Araújo Teixeira	194
Leandro Dias da Silva	208
Leandro Cecílio Matte	223
Marcia Jovani de Oliveira Nunes	241
Olívia do Nascimento	252
Ricardo Souza Medeiros	258
6. Formandos	265

Introdução



Criada em 1993, por meio da Lei nº 8.670, a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste trouxe para o Cone Sul do estado de Rondônia a oportunidade de meninas e meninos terem acesso a um ensino de qualidade e a uma formação técnica profissional. Ao longo de seus quinze anos de funcionamento, a instituição formou mais de 2.700 estudantes nos cursos técnicos, além de registrar mais de 500 concluintes em cursos de curta duração, ofertados à comunidade e à região.





Por meio do Sistema Escola-Fazenda (SEF), integrou o trabalho no processo de ensino e aprendizagem, através da interdependência entre a sala de aula, as Unidades Educativas de Produção (UEPs) e a Cooperativa-Escola.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
PODER EXECUTIVO

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL
DOAR UMA ÁREA DE TERRA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E
OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito do Município de
Colorado do Oeste, Estado de
Rondônia, no uso de suas
atribuições legais que lhe são
conferidas pelo Art. 39 da Lei
Municipal nº 244/90 de
29/11/1990, faz saber que a
Câmara Municipal aprovou e
sancionou e promulgo a seguinte

L E I:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a doar
uma área de terra de 241.0550 ha (duzentos e quarenta e um hectares cinquenta e cinco centiares), no Município de Colorado do Oeste/RO,
RO, ao Ministério da Educação, com intervenção da Secretaria Nacional de E.,
de Educação Tecnológica - SENETEC, denominada por lotes rurais nº.09 da Gleba
nº 44-A do Projeto Integrado de Colonização P.A.R., com matrícula nº 17 da
Gleba nº 44 do Projeto Integrado de Colonização P.A.R., com área de 87.2785 ha
(oitenta e sete hectares, vinte e sete ares e oitenta e cinco centiares), e lotes
nº 98 da Gleba nº 44-A do Projeto Integrado de Colonização P.A.R. com
81,8550 ha (oitenta e um hectares, oito ares e cinquenta centiares).

Art. 2º - A área de que trata o artigo anterior destina-se
exclusivamente à implantação da Escola Agrotécnica Federal de 2º Grau de Colorado do Oeste.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colorado do Oeste, 30 de junho de 1992.


MARIO CESAR RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL



A logomarca da Instituição foi concebida a partir de um concurso interno, no qual servidores e estudantes, tomando como referência o modelo-base das Escolas Agrotécnicas Federais, incorporaram elementos que representavam a realidade regional. A proposta vencedora foi elaborada por uma professora substituta de Educação Física.

Capítulo 1

Documentos Institucionais





Regulamento interno da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste **Portaria ministerial nº 996, de 01 de setembro de 1998**

Capítulo I **Das Disposições Preliminares**

A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, foi criada pela Lei 8.670 de 30 de junho de 1.993, publicada no D.O.U. de 01 de julho de 1.993, sendo transformada em autarquia pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1.993, publicado no D.O.U de 17 de novembro de 1.993, vinculada ao Ministério da Educação do Desporto, através da Secretária de Educação Média e Tecnológica, nos termos do artigo 20 do anexo I do Decreto n.º 2.147, de 14 de fevereiro de 1.997.

Capítulo II **Da Natureza e Finalidade**

Art. 2º - A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, autarquia instituída pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1.993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos do artigo 20 do anexo I ao



Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, tem por finalidades:

I - oferecer educação tecnológica com vistas à formação, qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, nos moldes do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1.997 para os diversos setores da economia, especialmente nos de agropecuária e agroindustrial;

II - realizar pesquisas tecnológicas e desenvolver novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos, especialmente os da agropecuária e agroindústria, e a sociedade em geral;

III - desenvolver estratégias de educação continuada;

Parágrafo único: o oferecimento do ensino superior na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO estará condicionado aos procedimentos estabelecidos pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e atos da regulamentação.

Art. 3º - A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, compatíveis com a sua personalidade jurídica e de acordo com seus atos constitutivos.

Art. 4º - O ensino ministrado na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, além dos objetivos propostos, observará os ideais e fins da Cons



tuição Federal e na legislação que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas regulamentações.

Capítulo III Dos Objetivos

Art. 5º - A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO tem por objetivos:

I - desenvolver educação profissionalizante nos diversos níveis, básico, técnico e tecnológico, capacitando profissionais para o mundo do trabalho, investindo no fortalecimento da cidadania;

II - colaborar com o desenvolvimento agropecuário, agroindustrial e de serviços da região, através de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade em geral;

III - incentivar e operacionalizar mecanismos de pesquisa e extensão;

IV - desenvolver metodologias próprias, visando a efetiva articulação da educação, produção e pesquisa;

V - oportunizar outras formas de ensino na forma da legislação vigente;

VI - zelar pelas legislações e normas vigentes e pelo cumprimento da proposta pedagógica adotada pela Escola;

VII - assegurar uma gestão administrativa e uma prática pedagógica de



qualidade;

VIII - garantir uma avaliação institucional dinâmica e constante com a participação dos diversos segmentos envolvidos.

Capítulo IV Estrutura Organizacional

Art. 6º A estrutura organizacional básica da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO compreende:

1. Órgão Executivo:

1.1 Direção-Geral

2. Órgão de Assistência direta e imediata ao Diretor-Geral:

2.1 Gabinete

3. Órgão Seccional

3.1 Departamento de Administração e Planejamento

3.1.1 Coordenação Geral de Administração e Finanças

3.1.2 Coordenação Geral de Recursos Humanos

4. Órgão Vinculado

4.1 Procuradoria Jurídica

5. Órgão Específico Singular

5.1 Departamento de Desenvolvimento Educacional



5.1.1 Coordenação Geral

5.1.2 Coordenação Geral de Produção e Pesquisa

5.1.3 Coordenação Geral de Assistência ao Educando

6. Órgãos Colegiados

6.1 Conselho Diretor

6.2 Conselho Técnico Profissional

Art. 7º - Os Departamentos serão dirigidos por Diretores, as Coordenações Gerais por Coordenadores Gerais, a Chefia de Gabinete e a Procuradoria-Jurídica por Chefe.

Art. 8º - A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO contará com 1 CD2, 2 CD3, 5 CD4, 1 FG1 e 1 FG5, distribuídas conforme Anexo II do Decreto nº 2.548 de 15/04/98, e ainda, com 1 FG-2, 4 FG3, 7 FG4 e 11 FG-5 de livre designação do Diretor-Geral.

Parágrafo único: os ocupantes das funções previstas no caput deste artigo serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

Art. 9º - O Diretor Geral disporá de assessoramento de Comissões Permanentes de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo, organizadas nos termos do Decreto 94.664 de 23 de julho de 1.987, para formulação e acompa-



nhamento da execução da política de pessoal da Instituição.

Art. 10 - A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO será dirigida por um Diretor Geral, nomeado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para um mandato de 04 (quatro) anos dentre os escolhidos em lista tríplice, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Diretor da Escola.

§ 1º - Em caso de consulta prévia à Comunidade Escolar, nos termos que forem estabelecidos pelo Conselho Diretor, prevalecerão a votação uninominal e o peso de 70%, no mínimo, para manifestação do pessoal docente em relação ao total do universo consultado.

§ 2º - A lista tríplice, de que trata o caput deste artigo, será encaminhada pelo Diretor Geral ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no mínimo trinta e no máximo sessenta dias antes do término do seu mandato.

§ 3º - É permitida uma recondução para o cargo de Diretor-Geral, observado o disposto no caput desse artigo e no artigo 11.

§ 4º - Para o fins do disposto no parágrafo anterior, será considerada, primeira investidura, aquela ocorrida após a publicação da Lei no 8731, de 16 de novembro de 1.993.

Art. 11 - Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral, professores que integrem quadro de pessoal ativo permanente da Escola, com experiência mínima de 05 (cinco) anos em Escola Agrotécnica da Rede Federal de Ensino,



que possuam especialização em gestão ou experiência comprovada de administração na área de educação profissional.

Art. 12 - O Diretor-Geral será substituído nos impedimentos legais e eventuais por um dos Diretores de Departamento, previamente por ele designado.

§ 1º - Em caso de vacância do cargo de Diretor-Geral, assumirá seu substituto, designado nos termos do caput desse artigo que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, adotará as providências necessárias para provimento do cargo, observado o disposto nos artigos 10 e 11.

§ 2º - A vacância do cargo de Diretor Geral decorrerá de:

I - exoneração em virtude de processo disciplinar.

II - demissão nos termos da Lei no 8112, de 11 de dezembro de 1990.

III - posse em outro cargo inacumulável.

IV - falecimento.

V - renúncia.

VI - término do mandato.



Capítulo V Da Constituição e da Competência

Seção I Do Órgão de Assistência Direta e Imediata do Diretor Geral

Art. 13 - Ao Gabinete compete prestar assistência direta e imediata ao Diretor Geral em sua representação política, social e administrativa e incumbir-se do preparo e despacho de expediente.

Seção II Dos Órgãos Seccionais

Art. 14 - Ao Departamento de Administração e Planejamento, órgão seccional dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração de Recursos de Informática - SISP, de Serviços Gerais SISG e de Planejamento e Orçamento, compete planejar, coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes nessas áreas.



Capítulo V Da Constituição e da Competência

Seção I Do Órgão de Assistência Direta e Imediata do Diretor Geral

Art. 13 - Ao Gabinete compete prestar assistência direta e imediata ao Diretor Geral em sua representação política, social e administrativa e incumbir-se do preparo e despacho de expediente.

Seção II Dos Órgãos Seccionais

Art. 14 - Ao Departamento de Administração e Planejamento, órgão seccional dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração de Recursos de Informática - SISP, de Serviços Gerais SISG e de Planejamento e Orçamento, compete planejar, coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes nessas áreas.



Art. 15 - À Coordenação-Geral de Administração e Finanças compete planejar coordenar, controlar e avaliar a elaboração e execução de atividades relacionadas com a elaboração orçamentária, financeira, contabilidade, patrimônio, aquisição, guarda e alienação de materiais, os serviços de arquivo, segurança, vigilância, transporte, contratos e convênios.

Art. 16 - À Coordenação Geral de Recursos Humanos compete planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução de atividades relacionadas com a gestão de pessoal, e operacionalizar programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Seção III Do Órgão Vinculado

Art. 17 - À Procuradoria Jurídica, órgão vinculado à Advocacia Geral da União, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO;

II - exercer atividades de consultoria e prestar assessoramento jurídico aos órgãos da Escola, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;



III - apurar a liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Escola, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Seção III Do Órgão Específico Singular

Art. 18 - Ao Departamento de Desenvolvimento Educacional compete planejar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução das atividades referentes ao ensino, produção, pesquisa e de assistência ao educando, assim como zelar pela articulação entre a educação profissional e as diferentes formas e estratégias de educação e de integração Escola-Comunidade.

Parágrafo único: ao Departamento de Desenvolvimento Educacional compete, ainda, juntamente com o Departamento de Administração e Planejamento e as demais. Coordenações Gerais, elaborar a proposta pedagógica e a organização didática da Escola, observadas a legislação e as normas vigentes.

Art. 19 - À Coordenação Geral de Ensino compete: orientar, acompanhar e avaliar a proposta pedagógica da Escola, juntamente com o corpo docen



te, bem como implementar a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis e modalidades da educação profissional.

Art. 20 - À Coordenação Geral de Produção e Pesquisa compete: criar mecanismos de articulação permanente entre Ensino, Produção e Pesquisa, planejando, orientando, acompanhando, controlando, avaliando e monitorando projetos e programas pedagógico-produtivos, garantindo a efetiva implantação dos currículos dos diversos níveis e modalidades da educação profissional.

Art. 21 - À Coordenação Geral de Assistência ao Educando compete: planejar, orientar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de atendimento ao corpo discente.

Seção IV Dos Órgãos Colegiados Do Conselho Diretor

Art. 22 - O Conselho Diretor, órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, será constituído por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, designados por portaria do Ministro de Estado da Educação e do Desporto e terá a seguinte composição:



- I - Diretor Geral da Escola, que o presidirá;
- II - dois representantes do corpo docente indicados por seus pares;
- III - um membro do corpo técnico administrativo indicado por seus pares;
- IV - um representante do corpo discente escolhido por seus pares;
- V - três representantes das federações, sendo um da agricultura, um do comércio e um da indústria, indicados pelas respectivas entidades;
- VI - um técnico, egresso da Escola, indicado por associação representativa legalmente constituída ou por assembléia de ex-alunos;
- VII - um representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto.

Art. 23 - Os membros do Conselho Diretor terão mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, sendo que na primeira investidura, os membros de que tratam os incisos V, VI e VII serão designados com mandato de dois anos.

Art. 24 - Ao Conselho Diretor compete:

- I - aprovar as diretrizes para a atuação da Escola e zelar pela execução de sua política educacional;
- II - definir o processo de escolha dos nomes para o provimento do cargo de Diretor Geral da Escola, conforme estabelece o artigo 9º deste Regulamento;
- III - apreciar o plano geral de ação e proposta orçamentária anual e o



orçamento plurianual de investimentos;

IV - deliberar sobre contribuições, emolumentos e prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Escola;

V - apreciar as contas do exercício financeiro emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VI - aprovar acordos, convênios e contratos entre a Instituição e outras entidades nacionais e internacionais, observada a legislação em vigor;

Art. 25 - As normas de funcionamento do Conselho Diretor serão estabelecidas em Regulamento próprio, a ser aprovado através de portaria do Secretário de Educação Média e Tecnológica, do Ministério da Educação e do Desporto.

Art. 26 - O Conselho Técnico Profissional, órgão consultivo, constituído por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, designados através de portaria do Secretário da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, do Ministério da Educação e do Desporto, para um mandato de 04 (quatro) anos, terá a seguinte composição:

I - o Diretor-Geral da Escola, que o presidirá;

II - o Diretor do Departamento Desenvolvimento Educacional;

III - o Diretor de Departamento de Administração e Planejamento;

IV - o Coordenador Geral de Ensino;

V - o Coordenador Geral de Produção e Pesquisa;



- VI - o Coordenador de Integração Escola-Comunidade;
- VII - três representantes dos empresários;
- VIII - três representantes dos trabalhadores.

Art. 27 - Ao Conselho Técnico Profissional compete subsidiar a Direção-Geral nos assuntos concernentes à criação, atualização, extinção e organização didática dos cursos e programas de ensino, visando a permanente integração da Escola com a comunidade e o setor produtivo.

Art. 28 - As normas de funcionamento do Conselho Técnico Profissional serão definidas em Regulamento próprio, a ser aprovado através de portaria do Secretário de Educação Média e Tecnológica, do Ministério da Educação e do Desporto.

Capítulo VI Atribuições dos Dirigentes

Seção I

Art. 29 - Ao Diretor-Geral incumbe:

- I - planejar, dirigir, organizar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar



a execução das atividades das unidades que integram à estrutura organizacional da instituição, ordenar despesas e exercer outras atribuições, de conformidade com a legislação vigente;

II - presidir o Conselho Diretor e o Conselho Técnico Profissional.

Seção II Diretores e Demais Dirigentes

Art. 30 - Aos Diretores incumbe:

I - planejar, dirigir, organizar, acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos da Escola, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos;

II- desenvolver outras atividades atribuídas pelo Diretor-Geral;

Parágrafo único: ao Diretor de Administração e Planejamento, além das atribuições previstas neste artigo, incumbe assinar, em conjunto com o ordenador de despesas, atos de execução orçamentária e financeira, na forma da legislação vigente.

Art. 31 - Ao Chefe de Gabinete do Diretor-Geral, ao Procurador Jurídico,



aos Coordenadores Gerais e demais Dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras que lhes forem conferidas em suas áreas de competência.

Capítulo VII Do Registro, e Arquivos Escolares

Seção I Instrumentos de Registros e Escriturações

Art. 32 - A Seção de Registros Escolares é o órgão encarregado de processar e divulgar os dados relativos ao rendimento escolar.

Parágrafo único: a Seção de Registros Escolares deverá, entre outros, registrar e/ou expedir:

- I - matrícula inicial, seguida de confirmação, da clientela discente das diversas modalidades da educação tecnológica oferecidas pela Escola;
- II - resultados da verificação do rendimento escolar, avaliação do desempenho e o controle de frequência do corpo discente, na forma da lei;
- III - históricos escolares, declarações, diplomas e/ou certificado de



conclusão de série, cursos de formação, qualificação, requalificação e outras formas de educação oferecidas pela Escola;

IV - atos de incineração de documentos;

Seção II Da Expedição de Diplomas e Certificados

Art. 33 A Seção de Registros Escolares expedirá diplomas, devidamente registrados, aos concluintes das habilitações nas modalidades de educação de níveis técnico e tecnológico e certificados nos demais casos, observada a legislação vigente.

Parágrafo Único: para expedição de diploma far-se-á necessário o cumprimento de estágio curricular, na forma da legislação vigente.

Seção III Dos Arquivos Escolares

Art. 34 - A Seção de Registros Escolares manterá, sob sua guarda e con-



controle, o arquivo de toda documentação pertinente à vida escolar, objetivando compor memória de informações a serem fornecidas a qualquer tempo.

Seção IV Da Incineração de Documentos

Art. 35 - A documentação escolar só poderá ser incinerada sob a responsabilidade de uma Comissão, designada pela Direção Geral da Escola, observada a legislação vigente.

Parágrafo único: caberá à Comissão designada estabelecer critérios para selecionar e avaliar a vida útil e/ou necessária dos documentos, inclusive com determinação de prazos para incineração, que após efetivada, deverá ser registrada em instrumento próprio.



Capítulo VIII Da Estrutura e Funcionamento

Seção I Dos Cursos

Art. 36 - A Escola oferecerá cursos na área de educação tecnológica com vistas à habilitação, qualificação, requalificação e reprofissionalização, para jovens e adultos, nos seus diversos níveis e modalidades, para os setores agropecuário, agroindustrial e de serviços.

§ 1º - A oferta de cursos prevista no caput deste artigo será destinada a:

I - trabalhador em geral, jovens e adultos, independente de escolarização;

II - aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação.

§ 2º - Os cursos oferecidos pela Escola observarão as condições de faixa etária, grau de desenvolvimento, escolaridade, competência e necessidades da clientela e do setor produtivo.

Art. 37 - Os cursos oferecidos pela Escola que têm objetivo a habilitação profissional obedecerão às diretrizes curriculares nacionais e aos currículos básicos aprovados pelo órgão do sistema de ensino competente.



Parágrafo único: a Escola poderá eleger disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas da organização curricular dos cursos, independente de autorização prévia, no limite de 30% do currículo básico, de acordo com as normas vigentes.

Art. 38 - A organização e funcionamento dos cursos de nível básico na área de educação profissional serão propostos pelo Departamento competente, na forma da legislação vigente, ouvido o Conselho Técnico-Profissional.

Art. 39 - A Escola proporcionará atividades e outros cursos de extensão de cunho profissional, como de qualificação, requalificação, atualização, aperfeiçoamento, especialização e outras formas de preparação para o trabalho e de capacitação para os diversos tipos de clientela assegurando a educação continuada.

Seção II Do Currículo

Art. 40 - O currículo pleno dos cursos voltados para a educação tecnológica a oferecidos obedecerá o que prevê a legislação vigente e deverá estar em consonância com a proposta pedagógica estabelecida pela Escola.



Parágrafo único: os currículos de educação tecnológica de nível básico, destinado a jovens, adultos e trabalhadores em geral não se sujeitarão a regulamentação curricular externa, sendo aprovados pela Direção Geral, ouvido o Conselho Técnico-Profissional.

Art. 41 - A educação tecnológica de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este.

Art. 42 - Os currículos do ensino técnico poderão ser disciplinas, que poderão ser agrupadas em módulos.

§ 1º - A organização modular poderá ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificação.

§ 2º - Poderá haver aproveitamento de estudos de disciplinas ou módulos cursados em uma habilitação específica para obtenção de habilitação diversa.

§ 3º - A estruturação e organização de que trata os parágrafos 1º e 2º deste artigo, deverão ser normatizados e aprovados pela Direção Geral ouvido o Conselho Técnico Profissional.

Art. 43 - As disciplinas de caráter profissionalizantes cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, serão aproveitadas nos currículos de habilitação



profissional, independente de exames específicos, desde que haja correlação com a habilitação pretendida.

Parágrafo único: O aproveitamento de que trata este artigo só se efetivará com parecer do Departamento competente e aprovação pela Direção Geral ouvido o Conselho-Técnico Profissional.

Art. 44 - A Escola poderá implementar currículos experimentais, não contemplados nas diretrizes curriculares nacionais desde que previamente aprovados pelo órgão do Sistema de Ensino competente.

Seção III Estágio Curricular

Art. 45 - O currículo dos cursos de educação profissional de nível técnico e tecnológico deverá conter estágio curricular, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único: A regulamentação própria do estágio curricular será aprovado pela Direção Geral, ouvido o Conselho Técnico-Profissional.

Art. 46 - Poderão ser adotadas outras formas de estágios para o nível básico, desde que normatizadas pelo Corpo Docente e aprovadas pela Direção Ge



ral.

Capítulo IX Regime Escolar

Seção I Do Calendário Escolar

Art. 47 - O calendário escolar será estabelecido em consonância com as exigências, peculiaridades, necessidades regionais e as modalidades e níveis da educação oferecida, observada a legislação pertinente.

Art. 48 - A Escola poderá funcionar em regime parcial e integral, nos turnos matutinos, vespertinos e noturnos.

Seção II Da Seleção e Matrícula

Art. 49 - A Escola fixará, através de Edital, o número de vagas, critérios de inscrição e seleção de candidatos, matrícula e sua renovação, observando os diversos cursos técnicos, a serem oferecidos.



Art. 50 - O planejamento, operacionalização, controle e avaliação dos processos de ingresso e matrícula nos cursos dos diversos níveis de educação profissional, de acordo com o Decreto nº 2.208, de 17/04/97, serão da responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento Educacional e de Comissão designada por Portaria da Direção Geral da Escola.

Parágrafo único: O trancamento e renovação dos processos de matrícula e transferência serão regulamentados em instrumento próprio, aprovados pelo Corpo Docente e homologados pela Direção Geral, observada a legislação vigente.

Seção III

Do Aproveitamento e Adaptação de Estudos e Experiências

Art. 51 - A Escola poderá aproveitar estudos e experiências, inclusive de trabalho, independente de escolarização anterior, para complementação e/ou continuidade de estudos, mediante avaliação que busque definir o grau de desenvolvimento e experiência do candidato, em processo estabelecido pelo Conselho Diretor, de acordo com a legislação pertinente.

§ 1º o aproveitamento de estudos e experiências de que trata este artigo permitirá inscrição em série, etapa, módulo ou habilitação específica, entre outros e o reconhecimento e certificação para prosseguimento e/ou conclusão



de estudos.

§ 2º - São condições para efetivação do processo de aproveitamento e adaptação do estudo e experiência:

I - requerimento do interessado acompanhado da devida comprovação legal;

II - parecer do Departamento de Desenvolvimento Educacional em consonância com as normas estabelecidas;

III - homologação da Direção Geral.

Seção IV

Da Avaliação e Recuperação da Aprendizagem

Art. 52 - A avaliação e recuperação da aprendizagem escolar obedecerão às normas estabelecidas na legislação vigente e na proposta pedagógica da Instituição.

Art. 53 - O processo da avaliação e recuperação escolar será planejado, executado e permanentemente controlado e avaliado em consonância com normas regulamentares, aprovadas pelo Conselho Diretor.

Parágrafo único: são condições e critérios a serem observados pela normatização:



- I - articulação entre teoria e prática, educação e produção;
- II - diversidade de clientela quanto a faixa etária, grau de escolaridade, competências e experiências;
- III - modalidades e níveis da educação tecnológica ofertada;
- IV - características dos conteúdos, metodologia, atividades, programas e cursos oferecidos;
- V - possibilidade de avanço nos cursos, etapas, séries, ciclos, módulos e outras formas de organização didática oferecidas;
- VI - obrigatoriedade de estudos de recuperação na forma da lei;
- VII - aproveitamento e adaptação de estudos e experiências na forma deste regulamento;
- VIII - mecanismos de progressão regular e parcial;
- IX - mecanismos de promoção escolar.

Art. 54 - O resultado dos processos de avaliação poderão, na forma da legislação vigente, proporcionar certificação parcial, desde que regulamentado pelo colegiado competente.

Seção V Da Frequência Escolar

Art. 55 - Os mecanismos de frequência escolar serão da responsabilidade



do Departamento de Desenvolvimento Educacional através da verificação pelos professores e o acompanhamento e tratamento estatístico-pedagógico, envolvendo os setores competentes.

§ 1º Nos cursos técnicos presenciais oferecidos pela Escola será observada a exigência de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação;

§ 2º - A Escola oportunizará outros mecanismos de controle de frequência escolar, aprovados pela Direção Geral, ouvido o Corpo Docente, observando-se:

I - diversidade da clientela profissional escolar e das modalidades e níveis de educação profissional;

II - oferta de ensino não presencial;

III - mecanismos de educação continuada;

IV - variedade de organização didática dos cursos: seriado, semestral, modular, em etapas, ciclos, entre outros;

V - objetivos, conteúdos, metodologia e instrumentos de avaliação da aprendizagem.

Capítulo X Da Comunidade Escolar

Art. 56 - O corpo docente da Escola é composto pelos professores regi-



dos pela Lei nº 8.112 de 11/12/90 e por outros admitidos na forma da legislação específica.

Art. 57 - O corpo administrativo da Escola é composto por servidores administrativos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990 e por outros admitidos na forma de legislação específica.

Art. 58 - O corpo discente será composto por alunos matriculados em cursos regulares e demais cursos de níveis e modalidades de educação.

Parágrafo único: os alunos em estágio curricular compõem o corpo discente da Escola.

Art. 59 - O Conselho Diretor da Escola disporá, em regulamentos específicos, atendendo às determinações da legislação existente, sobre regime disciplinar, direitos e deveres dos corpos docente, administrativo e discente, pais, associações, empresas, parceiros e da comunidade em geral, que passam a ser parte integrante deste Regulamento.



Capítulo XI Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

Seção I Do Patrimônio

Art. 60 - O patrimônio da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO é constituído:

- I - pelos bens móveis, imóveis que se constituem de suas terras, prédios e instalações e semoventes;
- II - pelos bens e direitos por elas adquiridos com seus recursos;
- III - pelos legados e doações regularmente aceitos;
- IV - pelos saldos de renda própria ou de recursos orçamentários, quando transferidos para sua conta patrimonial.

Seção II Recursos Financeiros

Art. 61 - Os recursos financeiros da Escola Agrotécnica Federal são provenientes de

- I - dotações que lhe forem anualmente consignadas no orçamento da



União;

II - dotações, auxílios e subvenções que lhes venham a ser concedidos pela União, Estados ou Municípios, ou por qualquer entidade pública ou particular ou por pessoa física;

III- remuneração de serviços prestados à entidades públicas ou particulares, mediante contrato ou convênio específicos.

IV - venda de produtos agropecuários, agroindustriais e outros, resultantes do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvidos nos projetos da Escola-Fazenda;

V - valores de contribuições, emolumentos e prestação de serviços fixados pelo Conselho Diretor, observada a legislação pertinente;

VI - resultado das operações de crédito e juros bancários;

VII - receitas eventuais;

VIII - alienação de bens móveis.

Capítulo XII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 62 - A Escola poderá dispor de restaurante e alojamento para uso de alunos internos, semi-internos e outros, mediante critérios e valores a serem estabelecidos pelo Conselho Diretor, como previsto no item IV do Art. 24.



Parágrafo Único: Os serviços previstos no caput deste artigo poderão ser, por definição do Conselho Diretor, oferecidos pela própria Escola ou através de contrato de prestação de serviço de terceiros.

Art. 63 - A Escola poderá estabelecer parcerias com outras Instituições, públicas ou privadas, visando a expansão da oferta de ensino técnico, dentro ou fora de sua sede, observadas as diretrizes fixadas pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Parágrafo Único: Para o estabelecimento das parcerias de que trata o caput, a Escola observará, obrigatoriamente, os limites de seus recursos materiais e humanos, de forma a manter o padrão de qualidade do ensino oferecido.

Art. 64 - A Escola poderá instituir Conselhos de Alunos, de Classe e de Professores, entre outros, de acordo com as suas necessidades, com normas próprias, aprovadas pelo Conselho Diretor da Escola.

Art. 65 - A Escola poderá aceitar o regime de concomitância interna dos alunos matriculados nos cursos de educação profissional das áreas de agropecuária e agroindústria.

Art. 66 - A Escola poderá associar-se a Cooperativa-Escola que atuará como componente pedagógico do currículo, observadas a Lei nº 5.764, de 16 de



dezembro de 1971, e seus respectivos atos de regulamentação.

Art. 67 - A Escola Agrotécnica Federal poderá relacionar-se com fundações de direito privado, com objetivo de oferecer apoio as atividades de extensão e pesquisa.

Parágrafo único: o relacionamento de que trata o caput, observará as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente.

Art. 68 - As normas de caráter pedagógico, técnico-administrativo e disciplinares, dentre outras, emanadas dos órgãos competentes serão incorporadas neste Regulamento.

Art. 69 - Todos os atos de divulgação, publicação e utilização do espaço da Escola estão sujeitos à aprovação da Direção Geral.

Art. 70 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão dirimidas pelo Diretor Geral da Escola, e em grau de recurso, pela Secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto.



Resolução nº 01, de 20 de maio de 1999

O Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste -RO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º- Aprovar as Normas de Funcionamento e Atribuições da Instituição.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

ATRIBUIÇÕES DO ASSESSOR DA DIREÇÃO

- I - Assessorar a Direção-Geral nas suas atividades diárias, bem como subsidiar a elaboração de planos, programas, projetos e relatórios da Escola.
- II - Desempenhar outras atividades designadas pela Diretora-Geral.



ATRIBUIÇÕES DA CHEFIA DE GABINETE

- I - Planejar e executar projetos, planos e programas para a Comunicação Social da Escola.
- II - Controlar o fluxo de entrada de pessoas no Gabinete da Direção-Geral.
- III - Desempenhar outras atividades designadas pela Diretora-Geral.

ATRIBUIÇÕES DA SECRETÁRIA DO GABINETE

- I - Organizar e elaborar os expedientes a serem expedidos pela Direção-Geral da Escola.
- II - Manter os arquivos do Gabinete da Direção-Geral organizados.
- III - Organizar e registrar as reuniões da Direção-Geral da Escola.
- IV - Manter a agenda da Direção-Geral atualizada e controlada.

ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

- I - Difundir tecnologias de informática/informação no âmbito escolar,



inncluindo as tecnologias de telecomunicações necessárias à atividade.

II - Elaborar e executar em conjunto com a Direção da Escola e demais Setores o planejamento geral de informática da Escola, bem como a normatização de uso dos recursos disponíveis.

III - Elaborar, coordenar e executar o planejamento de atividades para o Setor de acordo com o planejamento geral da Escola.

IV - Gerir recursos de informática disponíveis no Setor e o uso/manutenção nos demais Setores da Escola.

V - Orientar a aquisição de hardware, software e suprimentos.

VI-Proporcionar capacitação aos usuários de informática.

VII - Executar atividades de processamentos de dados.

VIII - Prestar suporte técnico aos usuários.

IX - Executar outras atividades designadas pela Direção-Geral.

X - Coordenar a execução das atribuições e as atividades dos demais componentes do Setor.

XI - Responsabilizar-se pelo uso dos equipamentos e demais recursos disponíveis no Setor.

XII - Coordenar atividades para capacitação dos usuários.



NORMATIVA DE FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

O Departamento de Administração e Planejamento compõem-se das seguintes coordenadorias, seções e setores:

- Coordenadoria-Geral de Administração e Finanças - CGAF
- Seção de Execução Orçamentária e Financeira - CEOF
- Coordenadoria de Serviço de Apoio - CSA
- Setor de Almoxarifado - AS
- Setor de Patrimônio - SP
- Setor de Transporte e Vigilância - STV
- Coordenadoria-Geral de Recursos Humanos - CGRH
- Seção de Lotação, Cadastro e Pagamento - SLCP.

O Departamento de Administração e Planejamento contará ainda com o serviço de Contabilidade, Auditoria Interna e de Compras.

Ao Departamento de Administração e Planejamento - DAP, órgão seccional dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração de Recursos de Informática - SISP, de Serviço Gerais - SISG e de Planejamento e



Orçamento, compete planejar, coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes nessas áreas.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

I - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a elaboração de atividades relacionadas com elaboração orçamentária e financeira, contabilidade, patrimônio, aquisição, guarda e alienação de materiais, serviços de arquivo, segurança, vigilância e transporte, contratos e convênios.

ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

I - Executar as atividades de natureza orçamentária e financeira zelando pelo cumprimento das normas em vigor.

II - Participar da elaboração da proposta orçamentária da Escola.

III - Controlar a aplicação dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, mantendo o controle financeiro e opinando sobre eventuais alterações de programação.

IV - Proceder a liquidação das despesas e efetuar pagamentos.

V - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação-Geral de



- VI - Participar das atividades planejadas pela Escola.
- VII - Identificar as necessidades de abertura de créditos adicionais, instruindo os pedidos de crédito.
- VIII - Processar as requisições de passagens e pagamentos de diárias.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO

- I - Coordenar, controlar e avaliar as atividades relativas a vigilância, portaria, limpeza, Almoxarifado, veículos de transporte, garagem e Patrimônio.
- II - Supervisionar as atividades inerentes à manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.
- III - Coordenar, controlar, acompanhar e avaliar os processos referentes a aquisição de materiais, equipamentos, mobiliário e a condução de obras e serviços, na forma da legislação pertinente.
- IV - Planejar, acompanhar e avaliar as atividades de correspondência externa e protocolo.
- V - Planejar, acompanhar e avaliar as atividades de telefonia.
- VI - Desempenhar outras atividades definidas pelo Coordenador-Geral de Administração e Finanças.
- VII - Participar de atividade planejada pela Escola.
- VIII - Controlar o fluxo de entrada e saída de materiais na Escola.



ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE ALMOXARIFADO

- I - Solicitar aquisição de gêneros e materiais e efetuar o seu controle e distribuição.
- II - Conferir e inspecionar o material adquirido face as especificações das compras.
- III - Receber, aceitar e armazenar, devidamente classificado e codificado o material adquirido, providenciando a digitação dos dados nos sistema instalado. no Setor.
- IV - Receber, conferir e lançar, no sistema, as notas de produção da Unidades Educativas.
- V - Distribuir os produtos oriundos das Unidades Educativas de Produção, para consumo interno informando o excedente a ser comercializado à Coordenadoria- Geral de Produção e Pesquisa.
- IX- Auxiliar em articulação com os demais segmentos, a elaboração da previsão anual para aquisição de materiais, mobiliário, equipamentos e serviços.
- X - Elaborar o Relatório "Movimentação de Almoхарifado", providenciando o lançamento no SIAFI, bem como analisando sua correção no sistema.
- XI - Zelar pelo saneamento do material.
- XII - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação de Serviço de Apoio
- XIII - Participar de atividade planejada pela Escola.



ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE PATRIMÔNIO

- I - Distribuir material permanente, mobiliário e equipamento.
- II - Realizar o registro e manter o cadastro atualizado dos bens móveis, imóveis e semoventes da Escola.
- III - Assegurar e promover a execução da atividade de conservação, limpeza, manutenção e controle de bens móveis e imóveis da Escola.
- IV - Realizar toda e qualquer cessão, alienação, permuta ou baixa de material permanente, equipamentos, mobiliário e semoventes, de acordo com a legislação vigente.
- V - Controlar a localização e movimentação de material permanente, equipamentos, mobiliários e semoventes.
- VI - Realizar vistorias periódicas nos bens móveis, com vistas a sua manutenção e recuperação.
- VII - Emitir e manter atualizados os termos de responsabilidade sobre os bens patrimoniais.
- VIII - Elaborar trimestralmente inventário de bens patrimoniais.
- IX - Zelar pela manutenção, limpeza e conservação de prédios e equipamentos.
- X - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação-Geral de Administração e Finanças.
- XI - Participar de atividade planejada pela Escola.



ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE

- I - Organizar os trabalhos inerentes a contabilidade.
- II - Inspecionar regularmente a escrituração contábil.
- III - Controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas.
- IV - Proceder ou orientar a classificação e avaliação das despesas.
- V - Elaborar relatórios sobre a situação econômica e financeira da entidade.
- VI - Acompanhar a formalização de Contratos no aspecto contábil.
- VII - Analisar, acompanhar e fiscalizar a implantação e a execução de sistemas financeiros e contábeis.
- VIII - Pode exercer outras atividades afins, como por exemplo, serviços de auditoria.
- IX - Orientar a gestão financeira e a contabilidade da Cooperativa-Escola.
- X - Participar de atividade planejada pela Escola.
- XI - Acompanhar outras atividades correlatas definidas pela Coordenadoria-Geral de Administração e Finanças.



ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

I - Planejar, coordenar, avaliar, executar e supervisionar as atividades relacionadas com a gestão de pessoal e operacionalizar programas de capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos.

II - Organizar e manter registros atualizados sobre as atividades funcionais dos servidores.

III - Emitir declarações, certidões e atestados, com base nos registros constantes do cadastro geral dos servidores.

IV - Preparar os atos de processamento e controle das alterações funcionais.

V - Preparar processos de interesse dos servidores, relacionados com aposentadoria, pensão, licenças e gratificações por tempo de serviço entre outros.

VI - Elaborar anualmente em articulação com os demais segmentos, proposta de programação de férias e emitir avisos e recibos de férias.

VII - Efetuar o registro da frequência dos servidores.

VIII - Elaborar e analisar a folha de pagamento e responsabilizar-se pelas suas alterações.

IX - Elaborar processos de movimentação de servidores.

X - Articular com a CPPD e CPPTA, os processos de promoção dos servidores.



ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE TRANSPORTE E VIGILÂNCIA

- I - Executar, controlar e supervisionar as atividades referentes à segurança, vigilância, portaria, oficina, transporte e garagem.
- II - Fiscalizar o cumprimento das normas que regulamentam serviços de guarda e vigilância.
- III - Recepcionar o público externo e prestar-lhe informações, bem como controlar o fluxo de entrada e saída de pessoas, veículos e material da Escola.
- IV - Zelar pela segurança do patrimônio da Escola.
- V - Executar as atividades inerentes a manutenção e conservação dos veículos, máquinas, motores e equipamentos agrícolas.
- VI - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação de Serviços de Apoio.
- VII - Participar de atividade planejada pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE AUDITORIA INTERNA

- I - Efetuar periodicamente levantamento nos setores da Escola com objetivo de detectar eventuais falhas ou irregularidades.



II - Comunicar, através de relatórios, as irregularidades detectadas à Direção Geral.

III - Orientar os responsáveis pelos setores visitados, com o objetivo de sanar as falhas e/ou irregularidades.

IV - Analisar processos administrativos, após concretizada a fase de empenho, para relatar à Direção Geral eventuais falhas ou irregularidades.

V - Apresentar, semestralmente, à Direção Geral relatórios das atividades desenvolvidas.

ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE COMPRAS

I - Levantar, junto aos setores interessados, as necessidades de material de consumo, permanente e serviços.

II - Efetuar pesquisas de mercado de produtos e serviços para atender às necessidades da Escola.

III - Controlar e manter organizado o Cadastro de Fornecedores e Arquivo de Catálogo e informativo de materiais em geral.



ATRIBUIÇÕES DO MOTORISTA

- I - Dirigir veículos de passageiros e de carga, conduzindo-os conforme suas necessidades, observando as regras de trânsito.
- II - Vistoriar o veículo, verificando o estado do pneu, nível de combustível, óleo e água.
- III - Testar os freios e a parte elétrica.
- IV - Providenciar a manutenção do veículo, comunicando as falhas e solicitando reparos necessários.
- V - Efetuar reparos de emergência no veículo.
- VI - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.
- VII - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação de Serviços de Apoio.
- VIII - Participar de atividades planejadas pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO MECÂNICO

- I - Montar, desmontar, ajustar, instalar e reparar aparelhos e equipamentos mecânicos, como: máquinas agrícolas, veículos, motores, etc.
- II - Executar os serviços de manutenção (lavagem, lubrificação, troca de



óleo, soldas, reparos, etc.), em máquinas, tratores, implementos, veículos e motores.

III - Zelar pelos materiais, ferramentas, peças, máquinas, equipamentos, implementos, veículos e instalações físicas do Setor.

IV - Requisitar materiais necessários para o bom desempenho das suas atribuições ao responsável pelo Setor, com antecedência e em tempo hábil.

V - Desempenhar outras atividades designadas pelo responsável pelo Setor de Transporte e Vigilância.

VI - Participar de atividades planejadas pela Escola.

NORMATIVA DE FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA ORGANIZAÇÃO

O Departamento de Desenvolvimento Educacional compõem-se das seguintes coordenadorias e suas respectivas seções, setores e serviços:

- Coordenadoria Geral de Ensino
- Coordenadoria Geral de Produção e Pesquisa
- Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando



ATRIBUIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

I - Ao Departamento de Desenvolvimento Educacional compete planejar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução das atividades referentes ao ensino, produção, pesquisa e de assistência ao educando, assim como zelar pela articulação entre educação profissional e as diferentes formas e estratégias de educação e de integração Escola - Comunidade.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO

I - Coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a proposta pedagógica da Escola bem como implementar a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis e modalidades da educação profissional.

II - Planejar, acompanhar e avaliar atividades para implementação da educação profissional.

III - Colaborar com o corpo docente na organização de programa de ensino, metodologias, rendimento escolar.



“ IV - Propor critérios para seleção, matrícula e transferência de aluno, como participar do processo de seleção.

V - Acompanhar e controlar as atividades da Biblioteca da Escola.

VI - Acompanhar a vida funcional dos professores, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

VII - Planejar, acompanhar e avaliar atividades artísticas, esportivas e culturais extra - classe, de modo a orientar os horários livres dos alunos.

VIII - Divulgar, em conjunto com a Coordenadoria de Integração Escola Comunidade, as diversas atividades programadas junto à comunidade.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

I - Elaborar currículos plenos dos cursos.

II - Realizar estudos de pesquisas, com vistas a aprimorar a execução dos currículos.

III - Acompanhar e avaliar o processo educativo nos aspectos quantitativos e qualitativos.

IV - Manter a integração das atividades pedagógicas com as demais coordenações, seções, setores e Departamentos, buscando equilíbrio nas atividades.

V - Colaborar com o corpo docente na organização de programa de ensi



no, metodologias, rendimento escolar.

VI - Propor critérios para seleção, matrícula e transferência de alunos, bem como participar do processo de seleção.

VII - Promover publicações técnico-pedagógicas e outras de interesse da Escola.

VIII - Possibilitar o intercâmbio de experiência didático-pedagógicas.

IX - Executar outras atividades inerentes a Supervisão Pedagógica definidas pela Coordenação-Geral de Ensino.

X - Auxiliar os demais setores no que for de sua competência.

XI - Participar das atividades programadas pela Escola.

XII - Propor e orientar atividades comemorativas, cívicas, religiosas.

XIII - Coordenar solenidades cívicas em que a Escola se faça presente.

XIV - Presidir comissões de trabalho a nível de Escola, delegando competências à subcomissões de atividades, se necessário.

XV- Coordenar o serviço de audiovisual e mecanografia.

XVI- Coordenar as atividades inerentes à função, quando houver intercâmbio e ou deslocamento de representações da Escola, em articulação com outros órgãos, setores, coordenações que tenham ação similar.

XVII - Coordenar e controlar a utilização da estrutura física, equipamentos e mobiliário.



ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE REGISTROS ESCOLARES

- I - Efetuar os registros escolares.
- II - Preparar e informar processos específicos.
- III - Divulgar, periodicamente, os resultados do rendimento escolar.
- IV - Organizar e manter sob sua guarda o cadastro de alunos.
- V - Efetuar matrícula dos alunos.
- VI - Preparar diários de classe.
- VII - Preparar diplomas e certificados de conclusão de cursos, bem como promover seu registro.
- VIII - Expedir históricos escolares, guias de transferências e outros documentos similares.
- IX - Arquivar a documentação que contenha registro de frequência e aproveitamento do aluno nos cursos, por período previsto em lei específica sobre o assunto.
- X - Preparar e registrar, em livro próprio, diplomas, certificados e/ou comprovantes de cursos, palestras, eventos de curta duração, que são desenvolvidos pela Escola.
- XI - Auxiliar aos demais setores no que for de sua competência.
- XII - Exercer as demais funções próprias do seu cargo.
- XIII - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação-Geral de Ensino.



XIV - Participar de atividades planejadas pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE BIBLIOTECA

- I - Organizar e manter atualizado o acervo bibliográfico da Escola.
- II - Guardar e conservar o acervo bibliográfico e outros impressos de uso didático, assim como promover a sua reestruturação.
- III - Aprimorar e agilizar as condições técnicas de pesquisa bibliográfica para alunos e professores.
- IV - Promover a efetiva utilização do acervo bibliográfico.
- V - Proceder à pesquisa e à divulgação de novos títulos lançados no mercado.
- VI - Elaborar, em consonância com a Coordenação de Supervisão Pedagógica, normas quanto ao funcionamento da Biblioteca.
- VII - Levantar necessidades no acervo para aquisição e ampliação.
- VIII - Desempenhar outras atividades correlatas, definidas pela Coordenação- Geral de Ensino.
- IX - Manter atualizado e organizado o acervo histórico da Escola.
- X - Participar de atividades programadas pela Escola.



ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE CURSOS

I - Participar do processo de caracterização de demanda objetivando a criação, estruturação e/ou implementação de cursos, em articulação com a Seção de Integração Escola Comunidade.

II - Acompanhar, orientar e controlar o planejamento, a execução e a avaliação de atividades, programas e projetos dos cursos ofertados pela Escola em articulação com a Coordenação de Supervisão Pedagógica.

III - Manter a comunidade informada quanto a realização de eventos na área de educação profissional.

IV - Manter registros de cursos, palestras, visitas, em consonância com a Seção de Registros Escolares e programar calendário de visitas e viagens técnicas.

V - Acompanhar a execução do planejamento dos professores da área, em articulação com a Coordenação de Supervisão Pedagógica.

VI - Elaborar relatório sobre o acompanhamento dos programas de ensino, sua viabilidade e eficácia, bem como sobre o desempenho dos professores do curso, em articulação com a Coordenação de Supervisão Pedagógica.

VII - Coordenar atividades extraclasse, como viagens técnicas, cursos, seminários e outros similares, em articulação com as coordenações, seções e setores envolvidos.

VIII - Planejar, executar e avaliar cursos, treinamentos, estágios, para a co



munidade externa, em articulação com as coordenações, seções e setores envolvidos.

IX - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação de Supervisão Pedagógica.

X - Participar de atividades programadas pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE

I - Criar mecanismos para integração permanente da Escola/Empresa/Comunidade.

II - Apoiar programas que atendam as comunidades rurais e urbanas, visando a melhoria da qualidade de vida das populações circunvizinhas.

III - Desenvolver atividades de acompanhamento de egressos, visando a sua inserção no mercado de trabalho.

IV - Manter informações atualizadas sobre o mercado de trabalho, bem como o cadastro geral das empresas.

V - Desenvolver e coordenar o processo de acompanhamento e avaliação de estágio.

VI - Promover eventos com a participação de alunos, ex-alunos e o setor produtivo, coletando subsídios para a melhoria do processo administrativo,



educacional e curricular.

VII - Divulgar programas e eventos da Escola.

VIII - Articular com a Coordenação de Supervisão Pedagógica a viabilização de atividades pedagógicas complementares.

IX - Realizar estudos de demanda junto a comunidade em geral, visando a implantação de novos cursos e adequação curricular.

X - Identificar parceiros em potencial para cooperação mútua.

XI - Desempenhar outras atividades correlatas, definidas pelo Coordenador-Geral.

XII - Planejar e executar projetos, planos e programas para o marketing da Escola.

XIII - Participar de atividades planejadas pela Escola.

NORMATIVA DE FUNCIONAMENTO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA, DA SEÇÃO DE PROJETOS E PRODUÇÃO, DOS SETORES DE ZOOTECNIA; AGRICULTURA; AGROINDÚSTRIA; MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA; COOPERATIVA- ESCOLA e MUDAS E JARDINS.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA

I - Criar mecanismos de articulação permanente entre o Ensino, Produ-



ção e Pesquisa, para planejar, orientar, acompanhar, controlar e avaliar projetos e programas pedagógico-produtivos, garantindo a efetiva implantação dos currículos dos diversos níveis e modalidades da educação profissional.

II - Avaliar e controlar a produção excedente a ser comercializada.

ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE PROJETOS E PRODUÇÃO

I - Diagnosticar o potencial agropecuário, agroindustrial e de serviços da região, em articulação com a Coordenação de Integração Escola-Comunidade.

II - Participar da seleção e elaboração de projetos de âmbito interno e externo, objetivando articulação permanente com a aprendizagem e demais setores da sociedade em geral.

III - Orientar, acompanhar, controlar e avaliar a execução de projetos, em todas as suas etapas.

IV - Elaborar pareceres, relatórios e outros instrumentos para subsidiar às tomadas de decisões junto à Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa.

V - Participar das atividades pedagógicas, articulando-se com a Coordenação de Supervisão Pedagógica.

VI - Divulgar resultados dos projetos, programas e demais atividades junto à comunidade escolar e a sociedade em geral.

VII - Planejar, orientar, acompanhar, controlar e avaliar o processo de co-



mercialização e de prestação de serviços, em articulação com a Cooperativa-Escola.

VIII - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa.

IX - Incentivar a promoção de eventos que contribuam para o intercâmbio de experiências entre a Escola, a empresa e a comunidade, oportunizando a divulgação de novas tecnologias.

X - Executar serviços técnicos profissionais para empresas ou interessados, em articulação com as coordenações, seções e setores envolvidos.

XI - Desenvolver pesquisas relacionadas a trabalhos técnicos e científicos oriundos de projetos apresentados por professores, alunos, empresas e demais membros da comunidade, buscando o apoio de outras instituições governamentais, quando necessário.

XII - Participar de atividade planejada pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE ZOOTECNIA

I - Planejar, elaborar, executar, acompanhar e avaliar com os professores da área, os projetos educativos e de produção, observando as necessidades de ensino, aspectos técnicos e econômicos, adaptação à região e implementação de tecnologias alternativas.



II - Zelar pelo embelezamento, limpeza e higiene do Setor e áreas adjacentes (sala de aula e corredores, projetos e áreas próximas).

III - Auxiliar na guarda e observação de materiais, equipamentos, ferramentas, medicamentos, rações, animais e instalações físicas do Setor, responsabilizando-se pelos mesmos.

IV - Acompanhar o desempenho dos alunos nas atividades realizadas, seja em aulas como em plantões, bolsas de trabalho e visitas.

V - Elaborar pareceres e relatórios relatórios (periodicamente) (periodicamente) e apresentar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, visando subsidiar tomadas de decisões relativas ao Setor.

VI - Realizar, coleta de dados, lançamento no sistema e entrega periódica de relatório de dados à Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa, dos custos de produção de cada projeto realizado no Setor (Agro-cust).

VII - Elaborar listas de atividades a serem realizadas em horários de aulas, finais de semana, período de férias, feriados, em tempo hábil, bem como recebimento de pinto, rações e carregamento de frangos.

VIII - Requisitar materiais necessários para o desempenho das atividades, bem como encaminhar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, pedido para compra de materiais de consumo, equipamentos, animais e execução de serviços, necessários para o desenvolvimento dos projetos, com antecedência e em tempo hábil.

X - Buscar alternativas de ensino-aprendizagem que visem a melhoria da pequena propriedade, viabilizando-a técnica e economicamente.



XI - Comunicar ao Almoxarifado, a disponibilidade de produtos, bem como entregá-los, com a respectiva nota de produção.

XII - Elaborar formas de acompanhamento do Setor nos finais de semana e feriados, fazendo com que as atividades programadas sejam realmente executadas.

XIII - Dar suporte para que as aulas teórico-práticas possam ser desenvolvidas, atendendo o currículo preestabelecido e cursos ou visitas programadas pela Escola.

XIV - Desempenhar outras atividades designadas pela Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa.

XV - Participar de atividade planejada pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE AGRICULTURA

I - Planejar, elaborar, executar, acompanhar e avaliar, em articulação com os professores da área, os projetos educativos e de produção, observando as necessidades de ensino, aspectos técnicos e econômicos, adaptação à região e implementação de tecnologias alternativas.

II - Zelar pelo embelezamento, limpeza e higiene do Setor e áreas adjacentes (sala de aula e corredores, projetos e áreas próximas).

III - Auxiliar na guarda e observação de materiais, sementes, insumos,



equipamentos, ferramentas e instalações físicas do Setor, responsabilizando-se pelos mesmos.

IV - Acompanhar o desempenho dos alunos nas atividades realizadas, seja em aulas como em plantões, bolsas de trabalho e visitas.

V - Elaborar pareceres e relatórios e relatórios (periodicamente) e apresentar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, visando subsidiar tomadas de decisões relativas ao Setor.

VI - Realizar coleta de dados, lançamento no sistema e entrega periódica de relatório de dados à Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa, dos custos de produção de cada projeto realizado no Setor (Agro-cust).

VII - Elaborar listas de atividades a serem realizadas em horários de aulas, finais de semana, período de férias, feriados, em tempo hábil.

VIII - Requisitar materiais necessários para o desempenho das atividades bem como encaminhar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, pedido para compra de materiais de consumo, equipamentos e execução de serviços necessários para o desenvolvimento dos projetos, com antecedência e em tempo hábil.

IX - Controlar a emissão de nota de produção dos produtos produzidos no Setor, encaminhando-os juntamente com os produtos à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa.

X - Buscar alternativas de ensino-aprendizagem que visem a melhoria da pequena propriedade, viabilizando-a técnica e economicamente.

XI- Verificar junto ao Setor de Alimentação e Nutrição, o cardápio de



saladas, legumes, frutas e grãos, bem como colhê-los e entregá-los no Refeitório diariamente, de forma que os produtos ali estejam frescos e no horário estipulado, encaminhando a nota de produção à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa e ao Almoxarifado da Escola.

XII - Comunicar ao Almoxarifado da Escola, a disponibilidade de produtos, bem como colhê-los e entregá-los, com a respectiva nota de produção.

XIII - Elaborar formas de acompanhamento do Setor nos finais de semana e feriados, fazendo com que as atividades programadas sejam realmente executadas.

XIV - Dar suporte para que as aulas teórico-práticas possam ser desenvolvidas, atendendo o currículo preestabelecido e de cursos ou visitas programadas pela Escola.

XV - Orientar para o uso de equipamentos de proteção no uso de produtos químicos.

XVI - Sempre que necessário, encaminhar ao Setor de Mecanização Agrícola o pedido de máquinas e equipamentos para a realização de atividades no Setor com antecedência.

XVII - Regular máquinas, implementos e equipamentos utilizados no Setor, bem como acompanhar o preparo de solo, pulverizações, plantios, colheitas, transportes dos produtos, etc.

XVIII - Responsabilizar-se pelo recebimento, limpeza, classificação, secagem e armazenamento dos produtos na Unidade de Beneficiamento de Sementes.



- XIX - Acompanhar o processo produtivo na área da Escola.
- XX - Desempenhar outras atividades designadas pela Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa.
- XXI - Participar de atividade planejada pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE AGROINDÚSTRIA

- I - Planejar, elaborar, executar, acompanhar e avaliar, em articulação com os professores da área, os projetos educativos e de produção, observando as necessidades de ensino, aspectos técnicos económicos, adaptação à região e implementação de tecnologias alternativas.
- II - Zelar pelo embelezamento, limpeza e higiene do Setor e áreas adjacentes (sala de aula e corredores, projetos e áreas próximas).
- III - Auxiliar na guarda e observação de materiais, equipamentos, utensílios e instalações físicas do Setor, responsabilizando-se pelos mesmos.
- IV - Acompanhar o desempenho dos alunos nas atividades realizadas, seja em aulas como em plantões, bolsas de trabalho e visitas.
- V - Elaborar pareceres e relatórios (periodicamente) e apresentar Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, visando subsidiar tomadas de decisões relativas ao Setor.
- VI - Realizar coleta de dados, lançamento no sistema e entrega periódica



de relatório de dados à Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa dos custos de produção de cada projeto realizado no Setor (Agro-cust).

VII - Elaborar listas de atividades a serem realizadas em horários de aulas, finais de semana, período de férias, feriados, em tempo hábil.

VIII - Requisitar materiais necessários para o desempenho das atividades bem como encaminhar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, pedido para compra de materiais de consumo, equipamentos, produtos para serem industrializados e execução de serviços, para atender as necessidades no desenvolvimento dos projetos (salame, queijo, conservas etc.), com antecedência e em tempo hábil.

IX - Controlar a emissão de notas das produções do Setor, encaminhando-os juntamente com os produtos ao Almoxarifado da Escola.

X - Buscar alternativas de ensino-aprendizagem que visem a melhoria da pequena propriedade, viabilizando-a técnica e economicamente.

XI - Comunicar ao almoxarifado da Escola, a disponibilidade de produtos.

XII - Elaborar formas de acompanhamento do Setor nos finais de semana e feriados, fazendo com que as atividades programadas sejam realmente executadas.

XIII - Elaborar normas para funcionamento e utilização da Agroindústria, seja a nível de Escola como para terceiros.

XIV - Dar suporte para que as aulas teórico-práticas possam ser desenvolvidas atendendo o currículo preestabelecido, de cursos ou visitas programadas



pela Escola.

XV - Desempenhar outras atividades designadas pela Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa.

XVI - Participar de atividade planejada pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

I - Planejar, elaborar, executar, acompanhar e avaliar, em articulação com os professores da área, os projetos educativos e de produção, observando as necessidades de ensino, aspectos técnicos e econômicos, adaptação à região e implementação de tecnologias alternativas.

II - Zelar pelo embelezamento, limpeza e higiene do Setor e áreas adjacentes (sala de aula e corredores, projetos e áreas próximas).

III - Auxiliar na guarda e observação de materiais, ferramentas, peças, máquinas, equipamentos, implementos instalações físicas do Setor responsabilizando-se pelos mesmos.

IV - Coordenar e executar os serviços de manutenção (lavagem, lubrificação, troca de óleo, soldas, reparos, jatos de areia, etc.), em máquinas, tratores e implementos.

V - Realizar identificação dos Box de cada máquina ou implemento, bem como mantê-los em local seguro (sob chaves) após o expediente normal, em fi-



nais de semana e feriados.

VI - Realizar controle de entrada e saída de máquinas e implementos agrícolas, seja para uso da Escola ou para terceiros.

VII - Acompanhar o desempenho dos alunos nas atividades realizadas, seja em aulas como em plantões, bolsas de trabalho e visitas.

VIII - Elaborar pareceres e relatórios (periodicamente) e apresentar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, visando subsidiar tomadas de decisões relativas ao Setor.

IX - Realizar coleta de dados, lançamento no sistema e entrega periódica de relatório de dados do Setor à Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa.

X- Elaborar listas de atividades a serem realizadas em horários de aulas, finais de semana, período de férias, feriados, em tempo hábil.

XI -Requisitar materiais necessários para o desempenho das atividades bem como encaminhar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, pedido para compra de materiais de consumo, equipamentos e execução de serviços necessários para o bom desenvolvimento das atividades do Setor, com antecedência e em tempo hábil.

XII - Buscar alternativas de ensino-aprendizagem que visem a melhoria da pequena propriedade, viabilizando-a técnica e economicamente.

XIII - Dar suporte para que as aulas teórico-práticas possam ser desenvolvidas atendendo o currículo preestabelecido, cursos ou visitas programadas pela Escola.

XIV - Desempenhar outras atividades designadas pela Coordenadoria-Ge-



ral de Produção e Pesquisa.

XV - Participar de atividade planejada pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

I - Operar as máquinas agrícolas e seus implementos, conduzindo-os conforme suas necessidades e com o cuidado necessário para evitar acidentes.

II - Vistoriar a máquina agrícola e seus implementos, verificando o estado dos pneus, nível de combustível, óleo, água e graxa.

III - Testar freios, parte elétrica e o sistema hidráulico.

IV - Providenciar a manutenção da máquina agrícola e seus implementos comunicando as falhas e solicitando os reparos necessários.

V - Efetuar os reparos de emergência na máquina agrícola e seus implementos.

VI- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

VII - Desempenhar outras atividades definidas pela Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa.

VIII - Participar das atividades planejadas pela Escola.



ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA

I - Planejar, coordenar, avaliar e orientar as atividades Pedagógico-Operacionais da Cooperativa-Escola.

II - Praticar todos os atos administrativos, comerciais, educacionais e sociais, juntamente com a Diretoria da Cooperativa, de acordo com a legislação pertinente.

III - Zelar pelos bens pertencentes à Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO.

IV - Orientar e acompanhar a comercialização dos produtos.

V - Criar mecanismos de articulação permanente da Escola com a Cooperativa visando a implementação dos currículos.

VI - Executar outras atividades correlatas, definidas pela Coordenação-Geral de Produção e Pesquisa.

VII - Firmar contratos e convênios com a Instituição e convênios com terceiros, sob a supervisão dos setores competentes da Escola.

VIII - Participar de atividades planejadas pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE MUDAS E JARDINS

I - Zelar pela manutenção e conservação dos jardins da Escola.



II - Planejar, executar e controlar projetos de jardinagem para os setores da Escola.

III - Planejar, executar e controlar projetos de criação de mudas de plantas ornamentais.

IV - Informar à Coordenadoria-Geral de Produção e Pesquisa, a produção de mudas disponíveis para a comercialização.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENADORIA-GERAL DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

I - Participar do planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo Setor de Alimentação e Nutrição.

II - Controlar, acompanhar e avaliar a execução do planejamento das atividades desenvolvidas pelo Setor de Alimentação e Nutrição.

III - Elaborar, controlar e avaliar o plano de atividades do Internato e Semi-internato, de acordo com o plano da Escola.

IV - Participar da elaboração das normas para seleção de alunos que deverão ocupar os recintos dos alojamentos, número de vagas disponíveis, bem como eventuais remanejamentos de alunos para outros quartos, quando isso se fizer necessário.

V - Participar do processo de escolha da clientela nos exames de seleção

VI - Encaminhar aos setores competentes, os alunos que apresentarem



dificuldades que interfiram no processo ensino-aprendizagem.

VII - Estabelecer critérios de conveniência nos alojamentos que possibilitem um ambiente próprio para aprendizagem.

VIII - Participar do planejamento, controle e avaliação das atividades relativas à concessão de bolsas, observando as normas vigentes, em articulação com os demais setores pertinentes.

IX - Estabelecer normas de controle de entrada e saída de alunos para qualquer evento promovido pela Escola.

X - Zelar pelo patrimônio público, responsabilizando o usuário por eventuais danos causados.

XI - Zelar pelo cumprimento do Regulamento Disciplinar (Código de Ética) dos alunos.

XII - Prestar atendimento para alunos em qualquer situação emergencial.

XII¹ - Receber e atender adequadamente aos pais, quando os mesmos vierem à Escola, por qualquer motivo.

XVI - Planejar, sugerir e controlar, com os setores afins, atividades recreativas e culturais, que visem proporcionar uma vida mais satisfatória e saudável aos alunos da Escola.

XV - Coordenar, juntamente com a Coordenadoria de Integração Escola Comunidade - CIEC, as solenidades cívicas e desportivas em que a Escola se faça presente.

XVI - Incentivar, junto ao corpo discente, a prática de esportes.

¹Numeração repetida conforme documento original.



XVII - Organizar torneios e competições esportivas.

XVIII - Promover, juntamente com a Coordenadoria de Integração Escola Comunidade, o intercâmbio esportivo com outras agremiações da comunidade.

ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO AO EDUCANDO

I - Avaliar e acompanhar a execução do planejamento do Setor de Alimentação e Nutrição.

II - Participar do processo de escolha da clientela nos exames de seleção

III - Fazer cumprir as normas de higiene e limpeza nos ambientes do Internato e Semi-internato, bem como incentivar a criação de hábitos favoráveis ao bom desenvolvimento físico e mental.

IV - Participar do planejamento, controle e avaliação das atividades relativas à concessão de bolsas, observando as normas vigentes, em articulação com os demais seguimentos pertinentes.

V - Promover atividades que visem desenvolver a sociabilidade e o crescimento dos integrantes da Comunidade Escolar.

VI - Convocar alunos para prestarem esclarecimentos, quando houver fatos que justifiquem tal atitude.

VII - Realizar outras atividades definidas pela Coordenação-Geral de



Atendimento ao Educando.

VIII - Participar das atividades planejadas pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

I - Colaborar na elaboração dos currículos plenos.

II - Identificar as causas de desajustamento social, familiar e escolar do aluno.

III - Identificar as causas determinantes do baixo rendimento dos alunos, juntamente com o corpo docente da Escola, propondo alternativas de solução.

IV - Orientar os pais ou responsáveis sobre o desenvolvimento dos programas de ensino, esclarecendo o seu alcance, destinação e significado.

V - Definir critérios, juntamente com a Coordenação de Supervisão Pedagógica, para a seleção de candidatos aos cursos e composição das turmas.

VI - Organizar os dados pessoais dos alunos, necessários à Orientação Educacional e Profissional dos mesmos.

VII - Manter contato permanente com a família do aluno, informando-a sobre o rendimento escolar, conduta e evolução social.

VIII - Participar da seleção, planejamento, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pelos alunos isentos do auxílio alimentação.



IX - Cooperar, com a Coordenação de Supervisão Pedagógica, na organização e execução do processo ensino - aprendizagem.

X - Participar do planejamento, controle, execução e avaliação dos programas de bolsa de estudo e de trabalho.

XI - Difundir e aplicar testes vocacionais e sócio-econômicos.

XII - Realizar outras atividades definidas pela Coordenação Geral de Atendimento ao Educando.

XIII - Participar das atividades planejadas pela Escola.

ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES DE ALUNOS

I - Orientar os alunos nos aspectos comportamentais.

II - Assistir os alunos nos horários de lazer.

III - Zelar pela integridade física dos alunos.

IV - Encaminhar os alunos à assistência médica e odontológica emergencial.

V - Zelar pela manutenção, conservação e higiene das dependências da EAF.

VI - Assistir o corpo docente nas unidades didático-pedagógicas, com os materiais necessários e execução de suas atividades.



VII - Realizar outras atividades definidas pela Coordenação de Atendimento ao Educando.

ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DE ALOJAMENTOS

I - Observar a necessidade de manutenção do sistema hidráulico (esgotos, pias, torneiras, vasos, caixas de descarga e ralos, etc.).

II - Observar a necessidade de manutenção geral dos alojamentos, inclusive nas dependências externas.

III - Comunicar ao setor competente, ações que venham a danificar o Alojamento.

IV - Realizar outras atividades definidas pela Coordenação de Atendimento ao Educando.

ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

I - Planejar, coordenar e avaliar as refeições servidas aos alunos da EAF e eventuais visitantes.



- II - Orientar sobre o preparo e conservação dos gêneros alimentícios.
- III - Proceder o planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais.
- IV - Supervisionar a distribuição de refeições.
- V - Zelar pela ordem e manutenção das boas condições higiênicas do Setor.
- VI - Supervisionar o trabalho de recebimento e armazenagem de gêneros alimentícios.
- VII - Verificação e aceitação dos cardápios, junto à clientela.
- VIII - Executar e subsidiar informações para o desenvolvimento do custo de produção das refeições.
- IX - Participar das comissões encarregadas da compra de gêneros alimentícios e da aquisição de equipamentos e materiais específicos.
- X - Requisitar o material necessário para o preparo das refeições.
- XI - Realizar outras atividades definidas pela Coordenação de Atendimento ao Educando.

ATRIBUIÇÕES DO AUXILIAR DE COZINHA

- I - Auxiliar no preparo das refeições, sobremesas, lanches, etc.
- II - Manter a ordem e a limpeza da cozinha e restaurante e demais de-



pendências, de acordo com as necessidades.

III - Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de dificuldade definidas pelo Setor de Alimentação e Nutrição.

ATRIBUIÇÕES DO COZINHEIRO

I - Separar o material a ser utilizado na confecção dos alimentos.

II - Preparar as refeições.

III - Cozinhar alimentos.

IV - Temperar os pratos a serem servidos.

V - Preparar massas, sobremesas, molhos e condimentos.

VI - Experimentar refeições.

VII - Operar forno, fogão e demais aparelhos de cozinha.

VIII - Inspecionar a higienização dos alimentos, equipamentos e utensílios.

IX - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade definidas pelo Setor de Alimentação e Nutrição.



Código de ética

O Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Portaria Ministerial no 982 de 06/06/93, aprova o Código de Ética desta Instituição Federal de Ensino.

DOS OBJETIVOS

Art. 1º. O Código de Ética tem por objetivo:

I - Subsidiar o corpo discente para a observação da ordem, da disciplina, do respeito e da hierarquia, para o bom desenvolvimento das atividades educativas da Escola;

II - Realimentar o processo constante de orientação ao educando, esclarecendo-lhe os seus direitos e deveres para o cumprimento efetivo das normas que regem a instituição, baseados em princípios que preservem o respeito ao próximo e aos bens móveis e imóveis da escola, desenvolvendo um processo de co-gestão, onde o aluno não faz o que quer, mas quer o que faz.



DOS DIREITOS DAS NORMAS DISCIPLINARES DO CORPO DISCENTE

Art. 2º. São direitos do aluno:

- I - Receber educação de acordo com os princípios constitucionais e legislação em vigor;
- II - Usufruir dos benefícios que a Escola proporciona;
- III - Ser tratado com respeito e em igualdade de condições com os demais colegas, sem qualquer discriminação;
- IV - Solicitar à Coordenadoria de Orientação Educacional, auxílio para a solução de problemas e/ou dificuldades que influam no processo educativo;
- V - Frequentar à Biblioteca, as instalações esportivas e demais unidades da Escola, desde que sem prejuízo dos trabalhos escolares;
- VI - Participar de associações de caráter cívico, esportivo, cultural e científico da Escola, votar e ser votado para cargos eletivos das mesmas;
- VII - Conhecer as normas que regem a Escola, no que lhe diz respeito e solicitar informações sobre as mesmas;
- VIII - Ter acesso às informações, cursos de seu interesse, principalmente através de murais ou qualquer outro veículo informativo.



DOS DEVERES

Art. 3º. São deveres do aluno:

I - Contribuir com atos e atitudes, para manter o prestígio e o bom conceito da Escola, dentro e fora dela;

II - Acatar as normas gerais da Escola e as específicas das unidades (Alojamento, Refeitório, Ginásio Esportivo, UPES, etc.) e observar a hierarquia administrativa da Instituição Escolar;

III - Tratar com urbanidade e respeito seus colegas, professores, servidores e visitantes;

IV - Apresentar no início dos períodos letivos, enxoval e material didático conforme normas da Escola;

V - Frequentar, com assiduidade, pontualidade e interesse, às aulas, solenidades e demais atividades curriculares e extracurriculares (desde que em nome da Escola e/ou sob sua coordenação);

VI - Zelar pela manutenção e limpeza dos alojamentos, vestuários, salas de aulas e demais dependências da Escola, bem como materiais e equipamentos (cadernos, carteiras escolares, armários, etc.) e pela conservação dos documentos afixados nos murais;

VII - Obedecer os preceitos da educação nos hábitos, atitudes e palavras tendo especial acatamento quanto à ordem e disciplina;



DO LÍDER, VICE-LÍDER E PROFESSOR CONSELHEIRO

Art. 4º. No início do ano letivo cada classe elege o seu líder, vice-líder e o Professor Conselheiro.

Art. 5º. São atribuições do LÍDER:

- I - Representar a turma sempre que for solicitado ou necessário;
- II - Manter entrosamento constante (contatos, reivindicações, comemorações, jogos, campanhas, etc.) com professores, DAE, DPAD, DEPE, DA, CSP, COE e DIREÇÃO-GERAL, observados a hierarquia administrativa em suas várias instâncias;
- III - Participar das reuniões do Conselho de Classe e outros;
- IV - Colaborar com a disciplina de sua turma e da Escola em geral;
- V - Procurar a Coordenadoria de Supervisão Pedagógica, quando certificar-se do atraso do professor por mais de 10 (dez) minutos após o início da aula;
- VI - Atuar em situação de conflito promovendo o entendimento;

Art. 6º - São atribuições do VICE-LÍDER:

- I - Substituir o LÍDER, na sua ausência ou impedimento;
- II - Colaborar com o LÍDER.



Art. 7º. São atribuições do PROFESSOR CONSELHEIRO:

I - Acompanhar a turma que o elegeu, auxiliando-a na busca de superar as dificuldades de convivência, tanto entre os alunos como entre estes e os professores, podendo, para tanto, levar o problema para a Supervisão ou para o Conselho de Classe;

II - Fazer parte do CONSELHO DISCIPLINAR.

DAS FALTAS DISCIPLINARES

Art. 8º. Consideram-se FALTAS DISCIPLINARES todas as condutas que contrariem as disposições deste código de ética e/ou as instruções ou portarias baixadas pela Direção-Geral (ou a quem esta delegar ou for hierarquicamente responsável pelo setor), deste que de acordo com os princípios constitucionais e as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único: para efeito de aplicação das MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS, as faltas disciplinares são classificadas, conforme sua gravidade, em: FALTAS LEVES, FALTAS MÉDIAS E FALTAS GRAVES, além de FALTAS SUJEITAS À INDENIZAÇÃO.



Art. 9º. São consideradas faltas leves as seguintes:

- I - Deixar de cumprir os horários estabelecidos sem justificativa, bem como qualquer escala publicada pela escola;
- II - Entrar na sala dos professores e demais dependências restritas a eles ou a outros servidores sem autorização ou provocar, desnecessariamente, ruídos nas suas proximidades;
- III - Descuidar-se da higiene pessoal e ambiental em qualquer área da escola;
- IV - Andar em blocos pedagógicos ou administrativos sem camiseta, de calção, com camisa sem manga, com bermudas e sandálias, das 07 às 18 horas ou durante atividade programada pela escola, a ser realizada fora deste horário;
- V - Fumar em recintos não permitidos tais como: salas de aulas, unidades educativas de produção, cooperativa, prédios administrativos e pedagógicos, isto é, em qualquer ambiente coberto da escola;
- VI - Trazer pessoas para ter contato com a Comunidade Escolar, sem prévia autorização;
- VII - Perturbar a ordem na sala de aula, unidade educativa de produção e demais dependências da escola;
- VIII - Desrespeitar os princípios da hierarquia administrativa;
- IX - Usar ostensivamente e indevidamente livros, revistas ou fotografias pornográficas;
- X - Usar indevidamente o uniforme e/ou documento de identidade escolar.



Art. 10º. São consideradas FALTAS MÉDIAS as seguintes:

I - Danificar móveis, equipamentos, paredes ou árvores pertencentes à escola ou sob sua responsabilidade, através de desenhos, gravuras ou pichações;

II - Abandonar, depreciar propositalmente extraviar e/ou perder material esportivo, ferramentas, utensílios agrícolas, domésticos ou qualquer objeto pertencente à escola, cuja guarda lhe foi concedida;

III - Deixar o internato ou semi-internato, sem a devida autorização;

IV - Nadar em lagos, córregos, rios ou piscinas em atividade promovida pela escola sem a devida autorização;

V - Organizar rifas, coletas ou subscrição dentro ou fora da escola, no interesse da Instituição ou envolvendo-a, sem o consentimento da Direção;

VI - Praticar atos, dentro ou fora da escola, que reflitam de modo desfavorável ao conceito da mesma;

VII - Portar ou manter sob sua guarda objetos que possam ser considerados perigosos, isto é, capazes de produzir ferimentos graves, a exceção do "canivete de enxertia";

VIII - Embriagar-se dentro da escola, bem como chegar embriagado à mesma.

Art. 11º. São consideradas FALTAS GRAVES as seguintes:

I - Usar ou portar entorpecentes ou psicotrópicos dentro da escola;

II - incitar, liderar e/ou participar de atos e manifestações que venham,



sob qualquer pretexto, ferir os dispositivos deste código;

III - Apoderar-se indevidamente de objetos alheios (furtos) de colegas, servidores, da escola ou das propriedades vizinhas;

IV - Cometer agressões físicas e/ou morais contra alunos, inclusive a pretexto de "trote", veteranos ou a qualquer outra pessoa dentro da escola ou fora, neste último caso, desde que relacionado a atividade escolar;

V - Cometer atentado à moral e ao pudor;

VI - A prática reiterada de jogos de azar dentro da escola, nos dias letivos;

VII - Praticar atos sexuais dentro da escola;

VIII - Portar ou manter sob sua guarda armas de fogo ou quaisquer outras que possam provocar lesões corporais;

IX - Usar ou portar entorpecentes ou psicotrópicos fora da escola, quando estiver em atividade escolar;

X - A prática de faltas sujeitas à indenização.

Art. 12º. São consideradas FALTAS SUJEITAS À INDENIZAÇÃO as seguintes:

I - Danificar propositadamente ou com uso indevido e/ou sem autorização:

instalações, equipamentos, mobiliários e semoventes;

II - consumir sem autorização, desviar ou apoderar-se de: produtos hortifrutigranjeiros, produtos da agroindústria, produtos do refeitório, ferramen-



tas, utensílios e qualquer outro bem de propriedade da escola ou de terceiros dentro da mesma, exceto árvores frutíferas destinadas a consumo livre.

DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS

Art. 13°. Como se trata de medidas que visam a prevenir a proibir atos de indisciplina no âmbito escolar, elas devem ter, necessariamente, um caráter EDUCATIVO, INTEGRATIVO E SOCIALIZANTE, nunca vexatório ou com escopo de vingança. Esse é o objetivo do ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, que nos ensina que adolescentes-majoritariamente principal clientela deste Instituição-são sujeitos de direitos. Portanto, sempre afinado com o ESTATUTO, as MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS deste código tem por objetivo aparar arestas, corrigir rumos e, acima de tudo, INTEGRAR O ALUNO À COMUNIDADE ESCOLAR.

Art. 14°. São MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS a serem aplicadas ao aluno que cometer FALTA LEVE as seguintes:

- I - Advertência oral com registro em ficha;
- II - Advertência escrita;
- III - ORIENTAÇÃO FAMILIAR, que consiste em comunicado verbal (pessoal) aos pais ou responsável do aluno sobre sua situação disciplinar na escola;



Art. 15°. São MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS a serem aplicadas ao aluno que cometer FALTA MÉDIA as seguintes:

- I - Suspensão das atividades escolares de 01 (um) a 03(três) dias;
- II - Suspensão das atividades escolares de 03(três) a 05(cinco) dias;
- III - A 3ª FALTA MÉDIA, será considerada, para efeito de aplicação de medida sócio-educativa, FALTA GRAVE. Neste caso aplica-se a medida prevista no inciso I, do art. 16.

Art. 16°. São MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS a serem aplicadas ao aluno que cometer FALTA GRAVE as seguintes;

- I - Suspensão das atividades escolares de 03(três) a 08(oito) dias;
- II - Suspensão das atividades escolares de 05(cinco) a 10 (dez) dias;
- III - Perda de MATRÍCULA, REGIME DE INTERNATO ou SEMI-INTERNATO;
- IV-TRANSFERÊNCIA.

DAS CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS

Art. 17. As MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS para serem aplicadas deverá observar-se o seguinte:

- I - Qualquer medida que implique em suspensão poderá ser convertida



em medida de caráter de prestação de serviço à comunidade escolar;

II - Cada aluno terá o direito assegurado no item anterior somente (02) duas vezes;

III - É proibido submeter o aluno faltoso a situação vexatória ou aplicar-lhe medida de prestação de serviço acima de suas condições físicas e em horário de aula.

§1º. Os conselhos poderão reduzir as penalidades previstas neste código, quando o aluno faltoso for primário e de bons antecedentes.

§2º. Para aplicação de qualquer medida sócio-educativa deve-se observar sempre a proporcionalidade entre a gravidade do fato e a medida a ser aplicada, os antecedentes do aluno que tanto poderão ajudar (atenuantes), como poderão agravar sua situação (agravantes).

DA APURAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE DA APLICAÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA

Art. 18º. Qualquer servidor administrativo ou professor deverá comunicar ao DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO AO EDUCANDO-DAE as atitudes de indisciplinas dos alunos;



§1º. Caberá ao DAE, após receber a notificação da falta cometida pelo aluno, julgar, após ouvir o faltoso e o COE, à luz deste código, a medida sócio-educativa a ser aplicada, independentemente, da sugestão do servidor ou professor-denunciante, quando se tratar de medida prevista como FALTA LEVE, a exceção das medidas previstas nos incisos IV e V, do art. 14.

§ 2º. Em caso de FALTA LEVE (previstas nos incisos IV e V, do art. 14) ou FALTA MÉDIA, caberá ao CONSELHO DISCIPLINAR, após ouvir o aluno- faltoso e o responsável pelo DAE (a quem cabe informar sobre a ocorrência que motivou a reunião do Conselho e fornecer os dados sobre os antecedentes do aluno), sempre à luz deste código, aplicar a medida sócio-educativa, salvo as exceções previstas no código.

§ 3º. Às infrações disciplinares tipificados nos incisos I a X, do art. 11, caberá ao CONSELHO DE PROFESSORES, após tomar conhecimento da falta pelo DAE e ouvir o aluno faltoso, aplicar a medida sócio-educativa prevista no código.

§ 4º. Nas hipóteses dos §§ 2º e 3º, do art. 18, o responsável pelo DAE está obrigado a fundamentar a denúncia com provas documentais e/ou testemunhais e ao aluno faltoso caberá o direito de ampla defesa, ficando, inclusive, assegurado o auxílio da Coordenadoria de Orientação do Educando-COE para sua defesa.



Art. 19°. Quando tratar-se de aluno faltoso menor de 18 (dezoito) anos, o procedimento tanto na fase de apuração, que é conduzido pelo responsável pelo DAE, como na fase de julgamento perante os CONSELHOS, deverá ser acompanhado por um professor que poderá ser indicado pelo aluno ou pelo Presidente do Conselho, se o aluno não optar.

Parágrafo único: o professor, ao contrário dos pais ou responsáveis, não poderá fazer a defesa do aluno faltoso. Sua atuação se limita à fiscalização dos procedimentos.

Art. 20°. Todo procedimento para aplicação de medida sócio-educativa, salvo a da aplicação de falta leve que será registrada em ficha, deverá ser lavrada em ata.

Art. 21°. O quórum para deliberação do Conselho é o seguinte:

I - na hipótese prevista pelo § 2°, do art. 18, de, no mínimo, metade mais um dos Professores Conselheiros;

II - na hipótese do § 3°, do art. 18, de dois terços.

Parágrafo único: nessas hipóteses a decisão será por maioria simples, ou seja, metade mais um dos presentes.

Art. 22°. As FALTAS SUJEITAS À INDENIZAÇÃO, uma vez apurado o preju



ízo, além das medidas sócio-educativas, serão objeto de reparação do dano causado. Neste caso o aluno terá 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por escrito, ao DAE, documento contendo o orçamento e a forma como irá reparar o dano, num prazo nunca inferior a 8 (oito) dias. Neste último prazo o aluno deverá apresentar outro documento que comprove que os seus pais ou responsáveis se responsabilizam pela reparação do dano.

§ 1º. Mesmo que o aluno faltoso repare o dano causado ficará obrigado comprovar que seus pais ou responsáveis estão cientes dos acontecimentos, salvo se tratar de aluno maior de 21 (vinte e um) anos ou emancipado.

§ 2º. Passado o prazo sem que o dano tenha sido reparado e/ou sem que o aluno tenha apresentado o documento que comprove que os seus pais ou responsável se responsabilizam pela reparação do dano, salvo motivo de força maior plenamente comprovado, o CONSELHO DE PROFESSORES poderá aplicar medida extrema de TRANSFERÊNCIA, sempre observando o que está previsto no §2º, do art. 17. Tudo isso sem prejuízo da cobrança que a Escola fará aos pais ou responsável do aluno faltoso.

§ 3º. Qualquer depredação causada a algum ambiente escolar, será ressarcida pelos usuários do mesmo.



DA CIÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS

Art. 23°. Caberá ao Departamento de Atendimento ao Educando a comunicação da ocorrência ao aluno faltoso, que deverá opor seu ciente no comunicado. Em caso de recusa deve-se lavrar um termo o qual será testemunhado por, no mínimo, um professor.

Art. 24°. A medida sócio-educativa aplicada será publicada através de Portaria.

DO RECURSO

Art. 25°. Caberá recurso das decisões ao Conselho de Professores sempre que:

- I - A medida sócio-educativa aplicada contrariar este código.
- II - A ocorrência de algum fato novo modificar ou interferir na aplicação da medida sócio educativa;
- III - O Conselho de Professores, por decisão secreta de dois terços de seus membros, resolver apreciar o recurso;



§ 1º. O recurso será dirigido ao Presidente do Conselho de Professores. Nas hipóteses dos incisos II e III, o acolhimento e a decisão caberá ao Conselho de Professores; na hipótese do inciso I, o acolhimento ou não, caberá ao Presidente, e a decisão, ao Conselho.

§ 2º. O prazo para interpor o recurso é de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data da tomada de ciência da medida sócio-educativa aplicada.

DAS INSTÂNCIAS E DAS ATRIBUIÇÕES DO DAE E DO COE

Art. 26º. O CONSELHO DE PROFESSORES, para efeito deste código, é uma instância deliberativa composta de 09 (nove) professores e presidida pelo Diretor-Geral ou seu substituto legal.

Art. 27º. O CONSELHO DISCIPLINAR é uma instância deliberativa composta pelos professores conselheiros e presidida pelo Diretor-Geral ou seu substituto legal.

Art. 28º. A Coordenadoria de Orientação ao Educando - COE terá como atribuição, dentre outras, fazer a defesa do aluno faltoso e participar dos Conselhos, onde poderá emitir opiniões sem, contudo, Ter direito a voto.



Art. 29°. Ao representante do Departamento de Atendimento ao Educando - DAE, dentre outras atribuições, caberá a comunicação ao aluno faltoso da denúncia que importar em abertura de processo disciplinar, das medidas sócio-educativas e participar dos Conselhos, onde poderá emitir opiniões sem, contudo, Ter direito a voto.

Art. 30°. É obrigatório o cumprimento da escala de férias em qualquer situação (renovação de matrícula, transferência, etc.)

Art. 31°. O presente Código de Ética entra em vigor a partir de sua publicação.



Projeto Político Pedagógico

JUSTIFICATIVA

O fracasso escolar caracterizado pelos altos índices de reprovação e evasão e o baixo índice de aprendizagem tem sido apontado como resultado dos fatores sociais, político, culturais e econômicos. Outro fator relevante para a decadência do ensino está associado a uma prática pedagógica que não corresponde ao atual modelo sócio econômico. Entende-se no entanto que a escola precisa refletir e buscar mudanças que possibilitem formar o cidadão para exercer seu papel na sociedade e ainda prepará-lo para o mundo do trabalho que exige dinamismo, criatividade e qualidade.

No modelo de ensino, o que se pretende é uma mudança significativa de concepções, valores e práticas, buscando um conjunto de competências, habilidades, conhecimentos que tem por objetivo a melhor inserção do indivíduo na sociedade e a preparação básica para o mercado de trabalho. Modelo este, que possibilite a refletir uma ideologia libertadora, vinculada com a realidade social e que permita ao discente uma visão interrelacionada do mundo.

Procurando adequar-se a esta realidade o projeto político pedagógico da



Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO estará voltado ao desenvolvimento da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, o domínio das linhagens, códigos e suas tecnologias, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias, bem como formar profissionais com habilidades técnicas e científicas capazes de atuar conscientemente na área de agropecuária, adequando tecnologias às necessidades regionais, facilitando a compreensão da sociedade em que vive e da cultura em que se insere.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar o exercício pleno da cidadania através da adequação das novas políticas propostas na legislação em vigor, objetivando a formação integral do indivíduo nos mais variados níveis de ensino; potencializando-os ao mercado de trabalho como também oferecendo mecanismos para continuidade em graus mais elevados do conhecimento para sua auto realização.



FILOSOFIA DA ESCOLA

A escola com base em alguns princípios norteadores como: Igualdade, Qualidade, Gestão, Democracia, Liberdade e Valorização do Magistério, define uma linha de ação que possibilite desenvolver as atividades atinentes, intimamente articuladas ao compromisso sócio político com interesses reais, e coletivos da população bem como, compromisso coma formação do cidadão para a sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico, criativo e empreendedor Deixando considerar o ambiente escolar como um espaço onde acontecerá constantemente reflexão e discussão dos problemas da escola na busca de alternativas variáveis à efetivação de sua intencionalidade.

PROPOSTA METODOLÓGICA

Para o alcance dos objetivos almejados, a escola contará com apoio e o comprometimento de todo o corpo funcional da instituição por ocasião do desenvolvimento das diversas ações estratégicas decorrentes, contando ainda com diversos instrumentos que permitirão o cumprimento de tal proposta,



atendendo as necessidades a serem implementadas pelo Governo Federal.

PERFIL DO PROFISSIONAL QUE PRETENDE FORMAR

A sociedade atual vive em constante transformação, em que a informação e o acesso a ela é de suma importância para o sucesso do profissional moderno. Diante do exposto, a Escola formará profissionais que tenham capacidades de adaptar-se ao mercado de trabalho e com sólida formação científica, cultural e eclética, sendo um profissional participativo, responsável, comprometido, crítico, criativo e empreendedor. Um profissional capaz de levar conhecimentos técnico científico, sócio cultural, as mais variadas necessidades da população, tornando-os agente multiplicador de informações e ou conhecimentos que possibilitem uma melhoria significativa na qualidade de vida da sociedade na qual esteja inserida.

AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios que imprime uma direção das ações de educadores, discentes e todos os mem-



bro que compõe a EAF/CO.

A avaliação não poderá ter um fim em si mesmo e sim sempre que feita, deverá ter um caráter diagnóstico, devendo possibilitar um redimensionamento das ações. Quando realizada dentro do processo de ensino aprendizagem, esta, sempre será vista como ponto de partida (diagnóstico), possibilitando análise e reflexão do fazer pedagógico.

A avaliação da Instituição deverá se estender aos seguimentos da comunidade (egressos, empregados, trabalhadores) possibilitando uma análise da proposta curricular, inserida no plano pedagógico.

É necessário que as avaliações ocorram de forma sistemática e assídua no desenvolvimento do processo, entendida esta, como uma prática de diagnóstico e vigilância permanente, necessário à continuidade e sequência das ações, mantendo o grupo congregado no rumo das mudanças propostas.



Resolução nº 015, de 12 de dezembro de 2005

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA

TÍTULO I DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

SEÇÃO I - Dos Cursos

Art. 1º - A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO oferece o ensino nas seguintes modalidades:

I - Nível básico - Cursos de curta duração para alfabetizados visando qualificação e requalificação nas diversas áreas do setor primário, secundário e terciário.

II - Nível Técnico - A Escola poderá oferecer o ensino técnico integrado ao ensino médio, concomitante ou sequencial ao ensino médio nas habilitações e/ou cursos criados conforme necessidade de mercado detectadas em pesquisa junto ao mercado de trabalho.

III - Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educa-



ção de Jovens e Adultos, de acordo com a Portaria do MEC No 2.080 de 13 de junho de 2005 e o Decreto no 5.478/05 que estabelece no seu Art. 2º incisos I e II.

IV - Nível Tecnológico mediante a autorização do MEC/SETEC.

V - Ensino Médio destinado preferencialmente para alunos matriculados na Educação Profissional de nível técnico, em regime seriado de 2 anos, conforme número de vagas fixadas no Edital do Exame de Seleção dos cursos técnicos e de ensino médio.

VI - Ensino Médio - Destinado preferencialmente para alunos matriculados nesta IFE na Educação Profissional de nível técnico, até o ano de 2006. Caso haja disponibilidade do corpo docente, a Escola poderá oferecer somente o ensino médio.

SEÇÃO II - Do Currículo Pleno

Art. 2º - Os currículos dos cursos serão organizados e estruturados de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, constantes de carga horária mínima da área profissional do curso, seus conteúdos mínimos, habilidades e competências gerais. Parágrafo Único Às competências Gerais poderão ser acrescidas de competências específicas que atendam as peculiaridades locais e regionais.



Art. 3º - A teoria e a prática deverão estar conjugadas no desenvolvimento dos conteúdos dos currículos, através da integração horizontal e vertical dos conteúdos, das disciplinas da Formação Geral e Blocos e ou disciplinas da Formação Profissional, integrando o ensino e a produção.

Parágrafo único: as modificações, alterações e/ou substituições dos currículos serão implantadas de forma gradual, durante o curso e no início de cada período letivo anual, ou no início do bloco e ou disciplinas, ficando isento de cumprir as modificações os alunos que já houverem ultrapassado o seu nível. É, entretanto, facultativo a opção de realizá-las.

Art. 4º - Na elaboração dos currículos serão ouvidos o Departamento de Desenvolvimento Educacional, a Coordenação Geral de Ensino, a Coordenação de Supervisão Pedagógica, o Corpo docente, o Conselho Técnico Profissional e a Direção Geral da Escola, submetendo-os à aprovação do Conselho Diretor.

CAPÍTULO II DO PLANO DIDÁTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Art. 5º - Compete ao corpo docente e a Coordenação de Supervisão Pedagógica da Instituição em conjunto promover a elaboração dos programas e pla



nos de curso de cada atividade, área de estudo, disciplinas e/ou bloco, respeitando a filosofia da Escola, atendidas as exigências técnico-pedagógicas legais.

Art. 6º - A Coordenação Geral de Ensino organizará o Calendário Escolar anual juntamente com o corpo docente e demais Coordenações da Escola, no máximo até o dia 30 de novembro do ano subsequente.

Art. 7º - Compete a Direção Geral da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO aprovar o calendário escolar, o qual deverá ser divulgado até o final do ano letivo anterior.

Parágrafo único: as alterações circunstanciais nos calendários propostos ou vigentes serão feitas de acordo com o artigo 6º.

CAPÍTULO II DO REGIME ESCOLAR

Art. 8º - Para o Ensino Médio a Escola adota o regime seriado anual de matrícula.

Art. 9º - Para a Educação Profissional de nível técnico a Escola adotará



os regimes seriado, concomitante, sequencial ou integrado ao ensino médio; modular, e somente nos blocos, para alunos que não conseguiram aproveitamento durante o curso seriado ou modular, não sendo permitida neste caso concomitância com ensino médio nesta IFE.

SEÇÃO I – Do Movimento Escolar do Corpo Discente

SUBSEÇÃO I – Da Matrícula

Art. 10 - A matrícula e rematrícula são obrigatórias, realizadas de acordo com o cronograma editado pela Direção-Geral e amplamente divulgado, mediante preenchimento de ficha de matrícula do interessado ou responsável, sendo regulamentada por Portaria.

Parágrafo único: as matrículas ocorrerão no Ensino Médio; seriado, modular e no Ensino Técnico integrado ao ensino médio para a educação profissional. Nos blocos, para os casos citados no art. 9º, nos estágios e exames especiais dos blocos ou disciplinas do técnico.

Art. 11 - A matrícula dos candidatos classificados no Exame de Seleção para Educação Profissional de Nível Técnico, ocorrerá nas habilitações oferecidas



e no Ensino Médio sendo regulamentada por Edital.

Art. 12 - A efetivação da matrícula só ocorre após o preenchimento da ficha de matrícula e entrega da documentação exigida no edital de matrícula.

Art. 13 - A documentação falsificada, adulterada ou rasurada invalida a matrícula.

SUBSEÇÃO II - Do Desligamento da Matrícula

Art. 14 - O desligamento da matrícula pode ser solicitado, no ano letivo vigente, antes do término do 1º bimestre, pelo responsável ou pelo próprio aluno, quando maior de idade.

SUBSEÇÃO III - Do Trancamento da Matrícula

Art. 15 - O trancamento da matrícula, pelo prazo de um ano, poderá ser solicitado, através de requerimento pelo pai, pelo responsável, ou pelo próprio aluno, quando maior de idade, junto à Seção de Registros Escolares.



Art. 16 - O aluno só poderá solicitar Trancamento de Matrícula, 01 (uma) vez durante o curso, podendo fazer o trancamento no caso de Serviço Militar Obrigatório e Atestado Médico. O prazo concedido ao trancamento não poderá comprometer o limite máximo de quatro 5 (cinco) anos, previsto em Lei para conclusão do curso.

§ 1º - O trancamento de matrícula deverá ser feito até quinze dias após o início das aulas ou nos casos previstos em lei.

§ 2º - O aluno que trancar matrícula, ao reabri-la, estará sujeito às alterações curriculares.

§ 3º - O reingresso de alunos que efetuaram o trancamento de matrícula não está sujeito à existência de vaga.

Art. 17 - O aluno de 1ª (primeira) série não terá direito ao trancamento de matrícula, exceto nos casos previstos em Lei.

SUBSEÇÃO IV - Da Transferência

Art. 18 - A transferência é concedida em qualquer época do ano, em qual-



quer série, por solicitação do pai, do responsável ou do próprio aluno, quando maior de idade.

Parágrafo único: ao conceder transferência, a Escola obriga-se a fornecer ao aluno a documentação necessária à legalização de sua vida escolar, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 19 - As transferências poderão ser recebidas pela Escola, respeitando-se a existência de vagas, considerando-se a compatibilidade entre o curso técnico de origem e o curso que o aluno pretende frequentar.

§ 1º - A compatibilidade de que trata o caput é verificada a partir da observação dos mínimos estabelecidos para as habilitações dos cursos profissionalizantes.

§ 2º - As transferências obrigatórias previstas em lei, de alunos de cursos iguais ou correlatos aos mantidos pela Escola, serão realizadas independentemente de vagas, época, série e período letivo.

Art. 20 - Caso o aluno esteja cursando o Ensino Médio e venha transferido de outra Escola, deve apresentar, no ato da matrícula, além do histórico escolar o certificado de conclusão do Ensino Fundamental, o histórico escolar das etapas que já cursou no Ensino Médio.



Art. 21 - Para ser aceito o ingresso do aluno na Instituição, por transferência, o mesmo deverá apresentar os seguintes documentos, até no máximo um mês após a matrícula, sob pena de anulação da mesma, além dos regularmente exigidos para a matrícula:

- Transferência;
- Histórico Escolar;
- Ficha Disciplinar da Escola de procedência do interessado;
- Cartão de vacinação.

Art. 22 - A Escola reconhecerá as séries cursadas em outras escolas, desde que aprovadas pelos respectivos sistemas de ensino.

SUBSEÇÃO VI - Do Aproveitamento de Estudos

Art. 23 - Caberá a Escola promover o aproveitamento de estudos já concluídos com sucesso, através de reconhecimento da identidade ou equivalência entre disciplinas, módulos e blocos, devendo totalizar, no mínimo, 60% das habilidades, competências e 75% da carga horária prevista no plano de ensino, sem prejuízo do regime de matrícula do aluno.

§ Parágrafo único: a Escola elaborará atividades a serem desenvolvidas



nos horários dos módulos, blocos ou disciplinas, objeto de aproveitamento de estudos, proporcionais à carga horária e área de conhecimento, para que o aluno possa aprimorar seus conhecimentos.

Art. 24 - A Coordenação Geral de Ensino, juntamente à Coordenação de Supervisão Pedagógica e o professor da disciplina, módulo ou bloco, são responsáveis pela análise do currículo com vistas à determinação dos estudos aproveitáveis, mediante avaliação comparativa do seu valor formativo, evitando ao aluno a repetição de estudos já cursados ou equivalentes, devendo o aluno ser matriculado conforme o que resulte deste processo.

Art. 25 - A Língua Estrangeira Moderna, concluída com aprovação, mas diversa da constante no currículo da Escola, é aproveitada.

Art. 26 - O aluno pode ser dispensado da frequência às sessões de Educação Física, de acordo com os dispositivos legais.

Art. 27 - Ao aluno que requerer, poderá ser concedida à transferência de curso oferecido, desde que comprovada a existência de vaga e a compatibilidade de currículo.

Parágrafo único: os critérios para a concessão de transferência de curso serão definidos em Instrução Normativa da Coordenação Geral de Ensino, ho-



mologada pela Direção-Geral da Escola.

Art. 28 - Para proceder ao aproveitamento de estudos, visando a transferência de curso, o aluno deverá encaminhar à Seção de Registros Escolares, os documentos exigidos pela Instituição.

§ 1º - Para os alunos que já concluíram o Ensino Médio, é necessária a apresentação de Certificado de Conclusão e Histórico Escolar.

§ 2º - Para os alunos que não concluíram o Ensino Médio, são necessários o Histórico Escolar e fotocópia da matriz Curricular das séries cursadas.

§ 3º - Diploma para os que concluíram uma habilitação técnica e certificado para quem obteve qualificação profissional de nível técnico ou concluiu uma etapa ou módulo de nível técnico.

§ 4º - Outros documentos a serem solicitados pela Seção de Registros Escolares.

Art. 29 - Na verificação do Histórico Escolar para aproveitamento de estudos, visando a transferência de curso, considerar-se-á a aprovação nas disciplinas cursadas pelo solicitante, nas modalidades concomitante e subsequente.



Art. 30 - O aluno deverá aguardar o resultado do processo assistindo normalmente à(s) aula(s) da(s) disciplina(s) que pretende aproveitar estudos.

Art. 31 - A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser feita antes do início do ano letivo para os cursos seriados ou do bloco para os cursos profissionalizantes, exceto para a modalidade integrada ao ensino médio.

Art. 32 - As experiências adquiridas no mundo do trabalho poderão ser aproveitadas pela Escola mediante avaliação.

Art. 33 - Caberá à escola avaliar se o candidato possui os conhecimentos mínimos para realizar os módulos com terminalidade.

Parágrafo único: para efeito de aproveitamento de estudos oriundos do sistema supletivo somente serão aceitos os equivalentes à disciplina da série não aprovada do ano anterior.

Art. 34 - O conhecimento adquirido na Educação Profissional de maneira formal ou informal, certificado de cursos de nível básico, poderão ser aproveitados, mediante avaliação realizada pela Escola.



SUBSEÇÃO VII - Da Desistência

Art. 35 - Será considerado desistente o aluno que deixar de comparecer às atividades escolares, com frequência consecutiva superior a 25% do total da carga horária prevista para o período letivo.

§ 1º - O caput deste artigo aplica-se para o ensino médio, técnico integrado ao médio e para os blocos ou disciplinas da educação profissional.

§ 2º - Os participantes matriculados regularmente dos cursos básicos do ensino profissionalizante não terão direito a certificado quando a infrequência for superior a 25% da carga horária, ficando os conteúdos cursados a título de conhecimento informal.

SEÇÃO II - Do Exame de Seleção

Art. 36 - Para o ingresso no ensino médio, e nas modalidades do técnico, integrado ao ensino médio, concomitante e sequencial oferecidos pela Escola, os interessados deverão prestar Exame de Seleção.



§ 1º - Em caso de o número de candidatos classificados no Exame de Seleção não preencher as vagas destinadas ao curso, a Escola poderá aceitar matrícula de interessados, de acordo com critérios a serem estabelecidos pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional.

§ 2º - A Escola deverá promover o ingresso de candidatos a cursos de Nível Médio e Profissionalizante, obedecendo aos critérios que regulamentem o ingresso das minorias sociais.

§ 3º - Os egressos do Ensino Médio estarão isentos do Exame de Seleção para o ensino técnico, de acordo com a disponibilidade de vagas oferecidas pela Escola.

§ 4º - Os egressos do Ensino Fundamental que farão apenas o curso técnico, estarão isentos do Exame de Seleção para o ensino técnico, desde que as vagas disponíveis para os alunos que prestaram o Exame de Seleção, não preencherem o número de vagas oferecidas, devendo os mesmos se submeter a um teste de conhecimentos básicos.

Art. 37 - A Escola regulamentará o processo de seleção para os cursos, através de Edital, no qual constará os cursos oferecidas e respectivas vagas, os prazos e locais de inscrição, data, local das provas, a documentação exigida, programas, os critérios de classificação, os pré-requisitos para matrícula.



Art. 42 - A avaliação prevista no artigo anterior far-se-á mediante a avaliação de cada um dos órgãos competentes da Escola, submetidos à apreciação do Conselho Diretor, cujos resultados servirão de base à elaboração do Plano Diretor da Escola para o ano letivo seguinte.

SEÇÃO II - Da Avaliação do Aluno

Art. 43 - A avaliação deverá ser dinâmica, e fazer parte de todo o processo ensino aprendizagem, em qualquer modalidade de ensino e para tal a verificação do rendimento escolar do aluno será feita de forma diversificada, através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas teóricas/práticas e outras, a critério do Professor.

Art. 44 - Os resultados da avaliação, bem como a frequência dos alunos, são registrados no Diário de Classe e transcritos para a Ficha Individual, na Seção de Registros Escolares.



SEÇÃO III - DA AVALIAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO

Art. 45 - A avaliação é ampla, contínua, gradual e cumulativa, envolvendo todos os alunos da Escola, sendo que os seus resultados computados e divulgados ao final de cada bimestre letivo no caso de disciplinas ou de cada bloco, deverá ser o resultado de no mínimo, duas avaliações.

Art. 46 - Para efeito de verificação e avaliação do aproveitamento escolar, o ano de duzentos dias letivos será dividido em quatro bimestres, para o Ensino Médio e a modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio.

Art. 47 - A avaliação do aluno acompanha e assiste o seu desempenho em relação ao resultado final desejado pela Escola e expresso em seus objetivos educacionais.

Art. 48 - A avaliação, em consonância com os objetivos previstos, abrange os aspectos qualitativos e quantitativos, sendo que os aspectos qualitativos preponderarão sobre os quantitativos, considerando o domínio de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades, atitudes, hábitos e conhecimentos.

§ 1º Os aspectos qualitativos referem-se ao nível de desempenho atingido pelo aluno em conexão com os objetivos propostos pelo professor.



§ 2º Os aspectos quantitativos referem-se à extensão de objetivos atingidos pelo aluno.

SUBSEÇÃO I- Da Expressão dos Resultados

Art. 49 - Os resultados das avaliações, bem como a frequência dos alunos são registrados no Diário de Classe e transcritos para a Ficha Individual, na Seção de Registros Escolares, após a entrega do canhoto com o resumo transcritos pelos professores.

§ 1º - Será registrado no canhoto o resumo das médias dos bimestres, no caso de disciplinas, e ou blocos, o professor deverá arredondar as médias, e sua expressão será com intervalos de 0,5 (zero vírgula cinco) décimos, variando de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

§ 2º - Além das médias bimestrais, atribui-se, também, uma média anual (média do exercício), resultante da média aritmética ponderada das médias bimestrais.

$$MA \geq \frac{(M1^\circ BX1) + (M2^\circ BX2) + (M3^\circ BX3) + (M4^\circ BX4)}{10}$$



Art. 50 - A nota do bimestre deverá ser o resultado de, no mínimo, duas avaliações.

Parágrafo único: é vedado ao professor repetir notas, caso o aluno não compareça às avaliações oferecidas.

Art. 51 - O resultado final de aprovação tem como referência à média anual 6,0 (seis) antes do Exame Final e média mínima 5,0 (cinco), após o cálculo da nota final.

Parágrafo único: será concedido ao aluno o direito de revisão de provas finais, mediante requerimento à Coordenação de Supervisão Pedagógica, no prazo máximo de 48 horas após a publicação do resultado oficial pela Seção de Registros Escolares.

Art. 52 - Os resultados da avaliação do desempenho do aluno são comunicados aos pais, responsáveis ou ao próprio aluno, através de instrumento adequado, a critério da Escola.



SUBSEÇÃO II – Da Recuperação

Art. 53 - A Escola proporcionará estudos de Recuperação Paralela no período letivo a todos os alunos que não apresentarem resultados satisfatórios dentro dos conteúdos aplicados.

§ 1º - Após o final de cada bimestre, os alunos que não conseguirem rendimento igual ou superior a 6,0 (seis), média bimestral, terão direito a uma prova de recuperação que substituirá a média do bimestre caso seja maior. À média de cada bimestre será atribuído um peso correspondente ao número do respectivo bimestre que será usada para o cálculo da média anual, de acordo com a fórmula do § 2º do Art. 49.

§ 2º - Fica a critério do professor estabelecer os instrumentos que serão utilizados na realização da Recuperação Paralela, com o apoio de material do Departamento de Desenvolvimento Educacional de forma a atender as peculiaridades da disciplina ou bloco trabalhado. Estes instrumentos poderão ser na forma de exercícios dirigidos, seminários, trabalhos, testes, provas, auto-avaliação, monitoria, entre outros, para o trabalho.



SUBSEÇÃO III - DO EXAME FINAL

Art. 54 - Os alunos que obtiverem média anual inferior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) terão direito ao Exame Final.

§ 1º - Fica facultado ao professor definir os conteúdos e objetivos a serem avaliados no Exame Final.

§ 2º - À Coordenação Geral de Ensino cabe a responsabilidade de estabelecer e divulgar o calendário de Exames Finais, com no mínimo 10 dias de antecedência.

Art. 55 - A média final da disciplina ou do bloco será calculada da seguinte forma:

Ensino Médio e Técnico Integrado ao Ensino Médio e Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e adultos:

- a) média anual (MA) terá peso 6,0 (seis);
- b) a nota do exame final terá peso 4,0 (quatro)
- c) a média final do aluno será a média aritmética ponderada da média anual e da nota do exame final.



$$MF \geq \frac{(\underline{MAX6}) + (\underline{NEX4})}{10}$$

Ensino Técnico

Concomitante ou sequencial:

- a) Nota do Bloco (NB) terá peso 6 (seis)
- b) Exame Final (EF) terá peso 4 (quatro)
- c) A média final do aluno será a média aritmética ponderada da média anual e da nota do exame final.

$$MF \geq \frac{(\underline{NBX6}) + (\underline{NEX 4})}{10}$$

Parágrafo único: o aluno será considerado aprovado quando o resultado da média aritmética ponderada (quando calculada pela fórmula correspondente ao seu curso) for igual ou maior que 5,0 (cinco).

Art. 56 – Em casos especiais de cursos em extinção, ou oferecidos de forma eventual, em que o aluno não obtiver aprovação em alguma(s) disciplina(s) ou bloco(s) será oferecida à oportunidade da realização de Estudos em Caráter Especial, através da aplicação de exames que venham comprovar o domínio de conhecimentos mínimos exigidos para a progressão nos estudos.



§ 1º - Ao professor da (s) disciplina (s) ou bloco(s) compete fornecer ao aluno o(s) programa(s) da(s) mesma(s), indicando os pontos que devem ser recuperados e, posteriormente, exigidos em Exame.

§ 2º - É de responsabilidade do aluno procurar o professor para sanar suas dúvidas e o SRE para buscar o programa da disciplina ou bloco em que desenvolverá estudos e prestará Exame(s).

§ 3º - É de competência do Departamento de Desenvolvimento Educacional e da Coordenação Geral de Ensino coordenar as atividades relativas a Estudos e Exames, elaborar e divulgar calendários de atividades e exames, bem como proceder para que se efetive registros de todo o processo.

SUBSEÇÃO IV - Dos Níveis de Promoção

Art. 57 - Considera-se aprovado, ao término do período letivo, o aluno que em cada disciplina ou bloco, obtiver:

- a) média anual (MA) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75%;
- b) média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após Exame Final.



§ 1º - Ao professor da (s) disciplina (s) ou bloco(s) compete fornecer ao aluno o(s) programa(s) da(s) mesma(s), indicando os pontos que devem ser recuperados e, posteriormente, exigidos em Exame.

§ 2º - É de responsabilidade do aluno procurar o professor para sanar suas dúvidas e o SRE para buscar o programa da disciplina ou bloco em que desenvolverá estudos e prestará Exame(s).

§ 3º - É de competência do Departamento de Desenvolvimento Educacional e da Coordenação Geral de Ensino coordenar as atividades relativas a Estudos e Exames, elaborar e divulgar calendários de atividades e exames, bem como proceder para que se efetive registros de todo o processo.

SUBSEÇÃO IV - Dos Níveis de Promoção

Art. 57 - Considera-se aprovado, ao término do período letivo, o aluno que em cada disciplina ou bloco, obtiver:

- a) média anual (MA) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75%;
- b) média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após Exame Final.



Art. 58- Considera-se reprovado, ao final do período letivo, o aluno que o
btiver:

- a) média (final) inferior a 5,0 (cinco), após o Exame Final;
- b) frequência inferior a 75% da carga horária do curso, salvo casos previstos em Lei.

§ 1º - O aluno que não alcançar média final igual ou superior a 5,0 em disciplina(s) do ensino médio, poderá ser promovido para a série seguinte, caso apresente comprovação de quitação da(s) disciplina(s) conferidos pelos estudos de exames especiais.

§ 2º - O aluno que não alcançar média final igual ou superior a 5,0 em disciplina(s) ou bloco(s) da parte técnica, poderá ser promovido para a série seguinte, caso apresente comprovação de quitação da(s) disciplina(s) ou bloco(s) conferido pelos estudos de exames especiais que serão promovidos pela Escola, preferencialmente no mês de janeiro do ano subsequente.

CAPITULO V DA FREQUÊNCIA

Art. 59 - O aluno deverá ter setenta e cinco por cento do total de horas letivas



para ser aprovado, conforme item VI artigo 24 da LDB.

Parágrafo único: no caso da modalidade concomitante e subsequente o aluno deverá ter no mínimo 75% de horas letivas do bloco ou disciplina para ser aprovado.

CAPÍTULO VI DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 60 - Para obtenção do grau Técnico de Nível Médio, o Estágio Supervisionado é obrigatório e propicia a complementação da aprendizagem, constituindo-se em instrumento de integração, de Aperfeiçoamento Técnico - Científico - Cultural e de relacionamento humano.

Parágrafo único: todo aluno que estiver realizando Estágio Supervisionado constante em Matriz Curricular, deverá estar regularmente matriculado na Escola e a mesma providenciará contrato do seguro contra acidentes pessoais e responsabilidade por danos contra terceiros.

Art. 61- O Estágio Supervisionado é regido pela Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004 do CNE.



para ser aprovado, conforme item VI artigo 24 da LDB.

Parágrafo único: no caso da modalidade concomitante e subsequente o aluno deverá ter no mínimo 75% de horas letivas do bloco ou disciplina para ser aprovado.

CAPÍTULO VI DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 60 - Para obtenção do grau Técnico de Nível Médio, o Estágio Supervisionado é obrigatório e propicia a complementação da aprendizagem, constituindo-se em instrumento de integração, de Aperfeiçoamento Técnico - Científico - Cultural e de relacionamento humano.

Parágrafo único: todo aluno que estiver realizando Estágio Supervisionado constante em Matriz Curricular, deverá estar regularmente matriculado na Escola e a mesma providenciará contrato do seguro contra acidentes pessoais e responsabilidade por danos contra terceiros.

Art. 61- O Estágio Supervisionado é regido pela Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004 do CNE.



§ 1º - Para efetivar a conclusão do Curso Técnico o aluno deverá cumprir a carga horária mínima de estágio supervisionado, de 240 horas, que poderão ser distribuídas em 200 horas de estágio supervisionado e 40 horas na forma de projetos nas Unidades Educativas de Produção e na Cooperativa-Escola, após solicitação do aluno estagiário e parecer favorável da CGPP.

§ 2º - O estágio supervisionado poderá ser realizado em empresas e/ou Órgãos de prestação de serviços no setor agropecuário, previamente cadastrado, também através de realização de projetos em propriedades familiares, objetivando contribuir para a fixação do aluno no meio rural e proporcionar melhoria das condições de vida.

§ 3º - Poderá ser autorizada a realização de estágio na própria Escola através de projetos elaborados pelo aluno estagiário e selecionados pelo DDE e CGPP.

§ 4º - No final do estágio, o aluno deverá apresentar um relatório dentro da área específica em que estagiou. Caso o estágio seja feito em empresas diferentes, o estagiário deverá preparar um relatório para cada empresa.

§ 5º - O planejamento, acompanhamento e avaliação do estágio envolverá:

a) Departamento de Desenvolvimento Educacional;



- b) Coordenação Geral de Produção e Pesquisa;
- c) Seção de Projetos e Produção;
- d) Coordenação Geral de Ensino;
- e) Coordenadoria de Supervisão Pedagógica;
- f) Coordenadoria de Integração Escola Comunidade;
- g) Setor de Registros Escolares;
- h) Professores Orientadores;
- i) Setor de Orientação Educacional.

§ 6º - O acompanhamento do estágio realizar-se-á de acordo com as condições da Escola e a disponibilidade do professor orientador.

§ 7º - O Aluno poderá ser sabatinado por uma banca examinadora composta pelos coordenadores de Produção e Pesquisa e Integração Escola Comunidade, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional e Professores Orientadores.

§ 8º - O estudante poderá concluir o estágio supervisionado com tolerância de até dois anos, após o término do curso.

§ 9º - O aluno que estiver realizando dois cursos técnicos, nas modalidades subsequentes e ou concomitante, poderá ter o mesmo estágio aproveitado para os dois cursos, desde que o estágio contemple as duas habilitações; devesse



do, porém apresentar dois relatórios.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 - Estas normas de Organização Didático-Pedagógica serão incorporadas ao Regulamento Interno da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO.

Art. 63 - Com relação às atividades extra-classe de organização e interesse da escola, serão adotados os seguintes procedimentos:

§ 1º - Ao aluno será atribuído o "Código E" no Diário de Classe, nas disciplinas ou blocos correspondentes a tais horários, não sendo considerado como falta ao aluno.

§ 2º - Ao professor caberá a solicitação e organização da atividade, devendo comunicar com antecedência de 2 (dois) dias úteis a CGE, e a frequência, imediatamente após a atividade.

§ 3º - A CGE caberá comunicar aos setores envolvidos (CGAE, CGPP, SAN, Professores, e outros) a ausência dos alunos, para as providências devidas.



Art. 64 - Sempre que for necessário, a presente Organização poderá ser alterada, mediante proposta analisada pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional, Coordenação Geral de Ensino e Coordenação de Supervisão Pedagógico, junto ao corpo docente e encaminhada para análise e aprovação da Direção Geral e Conselho Diretor.

Art. 65 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional, Coordenação Geral de Ensino e Coordenação de Supervisão Pedagógica.

Art. 66 - Este Documento entra em vigor a partir da sua aprovação junto ao Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO e sua publicação.

Aprovada pelo Conselho Diretor em 12/12/2005.

Capítulo 2

Infraestructura



A infraestrutura física da instituição era composta por:

- Quinze salas de aula;
- Um laboratório de física;
- Um laboratório de química;
- Um laboratório de biologia;
- Uma sala de desenho e topografia;
- Biblioteca;
- Quadra de esportes;
- Ginásio de esportes;
- Alojamento masculino e feminino;
- Seis unidades educativas de produção equipadas com sala ambiente;
- Uma agroindústria de frutas, leite e derivados;
- Uma agroindústria de carne;
- Um abatedouro;



- Uma cooperativa-escola.



Unidades Educativas de Produção

Agricultura 1 (AG1): olericultura



Cultivo de diversas hortaliças folhosas e frutos.

Agricultura 2 (AG2): culturas anuais e semi-perenes



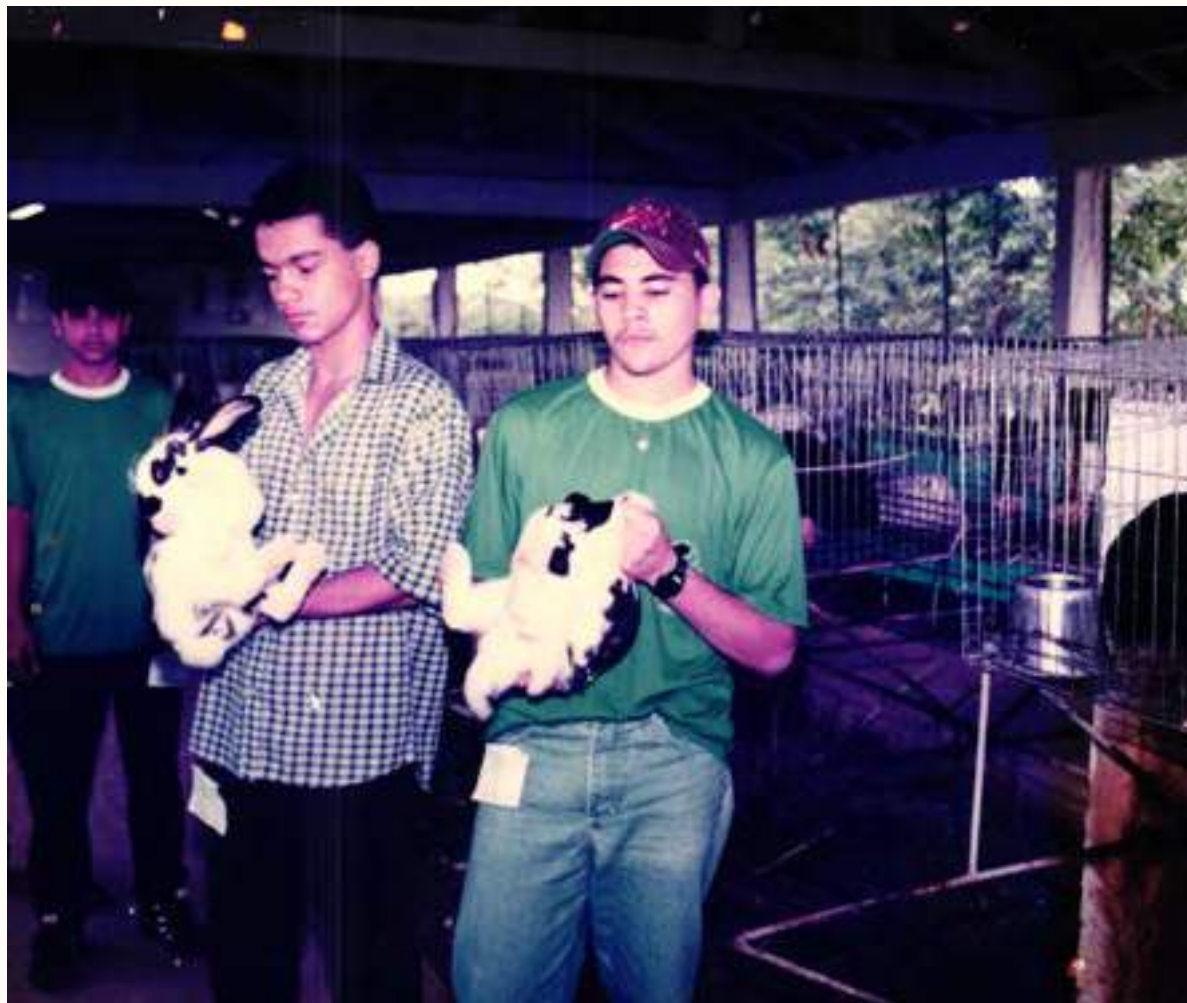
Cultivo de algodão, feijão, mandioca, milho e milheto.

Agricultura 3 (AG3): frutíferas e culturas perenes



Cultivo de diversas frutas como: abacaxi, acerola, banana, laranja, limão, mamão, manga e maracujá. Como também, o dendezeiro e palmeiras de pupunha para a extração de palmito.

Zootecnia 1 (ZOO1): animais de pequeno porte



Avicultura caipira, de corte e de postura, bem como, apicultura, cunicultura e minhocultura.

Zootecnia 2 (ZOO2): animais de médio porte



Caprinocultura e suinocultura.

Zootecnia 3 (ZOO3): animais de grande porte



Bovinocultura leiteira.

Capítulo 3

Actividades extracurriculares



**"1 DIA DE
CAMPO"**
**TECNOLOGIA A
SERVIÇO DA
MELHORIA
DE
VIDA**



**UMA INICIATIVA DA ESCOLA
AGROTÉCNICA EM PARCERIA COM A
CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.
COLORADO DO OESTE-RO
19.10.96**

PROGRAMA

07:00:	Momento Cívico
07:30:	Visitas:
AG-I:	Plasticultura Substrato para bandejas Sistema de Irrigação
AG-III:	Viveiros e mudas
AG-II:	Plantio de mandioca Plantio de milho Plantio de cana-de- açúcar
	AGROINDÚSTRIA:
	Derivados do leite Conservas Embutidos e defumados
11:30	Almoço
13:00	Vídeo sobre a EAF/CO
14:00	ZOO-I
	Minhocultura Apicultura Criação de Quelônios Avicultura
	ZOO-II
	Criação suína
	ZOO-III
	Ordenha mecânica Confinamento Aleitamento Artificial

COLABORAÇÃO

**COMISSÃO
PASTORAL
DA
TERRA**

EMATER

**SINDICATO
DOS
TRABALHADORES
RURAIS
DE
COLORADO
DO
OESTE
RO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA

I FEIRA AGROPECUÁRIA

DIAS 30 E 31 DE OUTUBRO DE 1998

LOCAL
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE-RO



PROGRAMAÇÃO
DIA 30/10/98 (SEXTA FEIRA)
ABERTURA OFICIAL 08:00hs
MATUTINO - 08:00hs ÀS 11:00hs
VESPERTINO - 13:00hs ÀS 17:00hs
DIA 31/10/98 (SÁBADO).



REALIZAÇÃO DO II LEILÃO DE BOVINOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE-RO
(DIA 31 DE OUTUBRO DE 1998 À PARTIR DAS 08:00hs)



ATIVIDADES

- APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES EDUCATIVAS DE PRODUÇÃO - UEPS
- UNIDADE DEMONSTRATIVA DE SOJA, MILHETO, SORGO E ARROZ
- HIDROPONIA
- CONTROLE ALTERNATIVO DE PRAGAS
- ADUBAÇÃO COM BIOFERTILIZANTES
- PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL
- PASTEJO ROTATIVO
- BIODIGESTOR
- INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
- AVES DE CORTE E POSTURA
- PRODUÇÃO DE HÚMUS
- CUNICULTURA
- INDUSTRIALIZAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
- TIPOS DE ENXERTIA
- TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO



PARALELAMENTE À FEIRA SERÃO MINISTRADAS MINI PALESTRAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE

A Direção-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO, tem a honra de Convidar Vossa Senhoria e Ilma. família, para a III Amostra Agropecuária, que realizar-se-á nos dias 09 e 10 de junho de 2000, nas dependências da Instituição.

III AMOSTRA AGROPECUÁRIA

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL
DE COLORADO DO OESTE-RO
Rodovia 299, Km 05 - Zona Rural - Caixa Postal 47
Colorado do Oeste-RO - 75996-000
PONE/FAX: (0**69) 341-3121 ao 341-3125 - FAX: (0**69) 341-2644
e-mail: enf.colosodo@wepnet.com.br

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional
HEMERSON ALVES DE FARIA

Diretora do Departamento de Administração e Planejamento
MARIA CELIA DOS SANTOS

Diretora-Geral
IONE GOMES ADRIANO



GOVERNO FEDERAL

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Média e Tecnológica
Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO

EXPOSITORES

- Empresas Agropecuárias;
- Artesanatos;
- Produtores Rurais.



PROGRAMAÇÃO:

DIA 09/06/00 (Sexta-Feira)
Abertura Oficial 8:00
Matutino - 08:00 às 11:00
Vespertino - 13:00 às 17:00

DIA 10/06/00 (Sábado)
Matutino - 08:00 às 11:00
Vespertino - 13:00 às 17:00

ATIVIDADES

- Apresentação das Unidades Educativas de Produção - UEPS
- Processamento de carnes;
- Processamento de leite;
- Industrialização de frutas e hortaliças;
- Operacionalização de máquinas e implementos agrícolas;
- Meios de cultura para microrganismos;
- Demonstração de métodos de irrigação;
- Medição de áreas com aparelhos topográficos;
- Uso de ervas medicinais;
- Noções básicas de alimentação e nutrição humana;
- Exposição de orquídeas;
- Estudos comparativos de adubação orgânica;

APRESENTAÇÕES CULTURAIS (DANÇA, QUADRILHA, PEÇA TEATRAL)

- Produção de cebola;
- Criação semi-intensiva de suínos;
- Desinfecção de substrato através do solo;
- Painel da cultura da banana;
- Avaliação de variedades de cereais de açúcar
- EXATERNAPRA RO.
- Palestra sobre Linha de Crédito para Financiamento Rural e Industrial - FNO

APOIO:



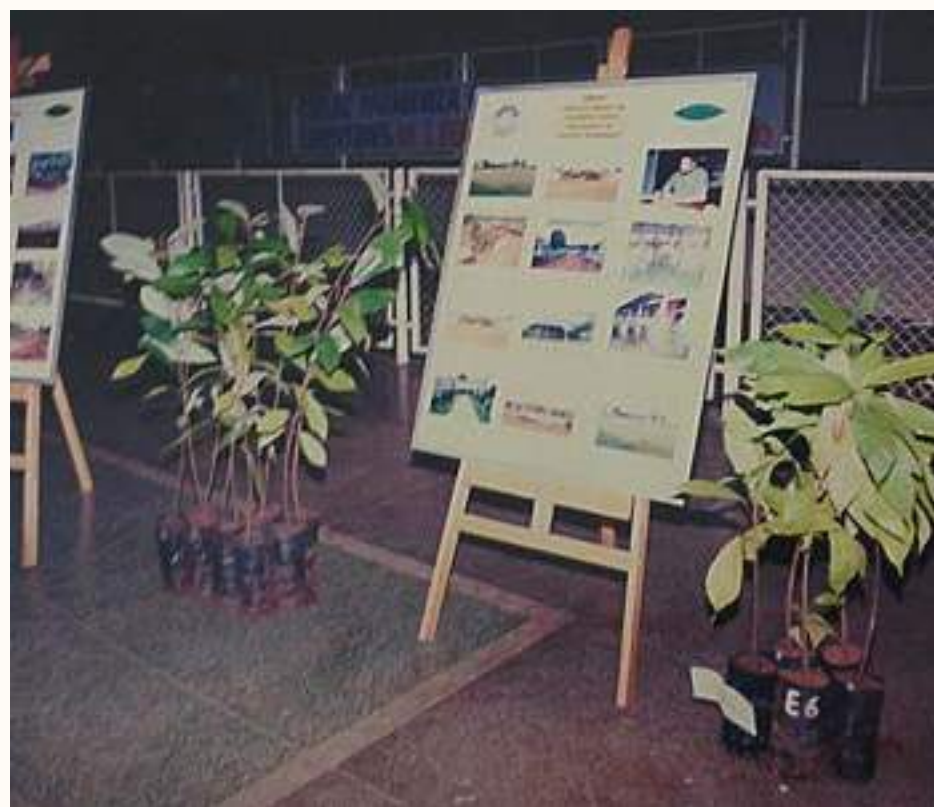
Amostras Agropecuárias e Dia de Campo











MUNICÍPIOS

O ESTADÃO

Ponto Verde, sábado, 26 de setembro de 1998

Escola realiza exposição

COLORADO DO OESTE - A Escola Agrícola Federal de Colorado do Oeste-RO, estará realizando nos dias 30 e 31 de outubro de 1998, a I Exposição Agropecuária, aberta ao público.

O principal objetivo do evento, segundo a profª Ione Gomes Adriano, diretora-geral da escola, é divulgar as atividades de pesquisa e experimento na instituição, nas áreas de agricultura, pecuária e agroindústria, desenvolvidos por alunos e professores. Visa também valorizar e estimular as pesquisas nas referidas áreas, voltadas para adaptação de tecnologia e estabelecer novos rumos para produção local.

Serão apresentados trabalhos provenientes das Unidades Educativas de Produção, como hidroponia, controle alternativo de pragas, unidades demonstrativas de soja, milho, sorgo e arroz, adubação com biofertilizantes, processamento de produtos de origem

vegetal e animal, pastagem rotativa, biodigestor, inseminação artificial, aves de corte e postura, produção de húmus, cunicultura, industrialização de plantas medicinais, ervas, tratamento fitossanitário e outros.

Dentre os trabalhos, também merece destaque a parceria com a Emater, Embrapa, Ceplac, Senge, Sindicatos e empresas regionais, que terão espaço para divulgar seus trabalhos no decorrer da feira.

Paralelamente ao evento, além do 2 Leilão de Bovinos da Escola, no dia 31 de outubro, a partir das 8 horas, serão ministradas minipalestras de interesse da comunidade.

A expectativa é atingir um grande público, pois é nossa meta envolver a comunidade nas atividades promovidas pela escola, conscientes da responsabilidade que temos com a Formação Profissional no Estado de Rondônia, afirmou a profª Ione Gomes Adriano, diretora-geral da instituição.



A escola agrícola estimula o desenvolvimento das lavouras.

II ENCONTRO DE EGRESSOS
DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL
DE COLORADO DO OESTE-RO



CONVITE

A Direção-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO, tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar do **"II Encontro de Egressos"**, que realizar-se-á dia 1º.07.2000, a partir das 07h e 30min, nas dependências da Escola.

IONE GOMES ADRIANO
Diretora-Geral

*"Se lembra quando a gente chegou
um dia a acreditar que tudo era
para sempre, sem saber,
que para sempre,
sempre acaba."
(Legião Urbana)*

*"É no encontro com os outros
que se prepara o encontro
com Deus."
(F. Zeissing)*

**Vamos nos encontrar no dia
1º de julho de 2000?**

REALIZAÇÃO

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE
COLORADO DO OESTE-RO

IONE GOMES ADRIANO
Diretora-Geral

HEMERSON ALVES DE FARIA
Diretor do DDE

MARIA CÉLIA SANTOS
Diretora do DAP

COMISSÃO ORGANIZADORA

VALDEMIR LÚCIO DURIGON; ARMINDO KNOLL
LOPES; AUZENI MARIA ALVES NUNES; SANDRA
MARIA PERON DE LIMA; JOSÉ RIBAMAR DE
OLIVEIRA; CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS;
LAÉRCIO CONTARATO; ELIANE REGINA A. DOS
SANTOS ROSÁRIO; MARIA DO SOCORRO GUEDES
FREITAS DURIGON; HELEN VANINI BRUNO

CONVITE

Com o objetivo de preparar o aluno para a prática técnico-profissional despertando-lhe o interesse pela pesquisa técnico-científica e visando a promover o intercâmbio cultural entre os alunos e a comunidade, a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO estará promovendo a II FEIRA DE CIÊNCIAS a ser realizada nos dias 13 e 14 de novembro próximo.

Paralelamente serão realizados outros eventos, como Palestras e vídeos informativos.

Venha participar conosco.
Sua presença muito nos honrará.


Prof. Francisco Alvirino Gonçalves
Diretor-Geral

PROGRAMAÇÃO

Dia 13/11 - Quarta-Feira:

13:30 - Abertura Oficial pelo Diretor-Geral da EAF/CO.

14:00 às 17:00 - Exposição dos trabalhos.

19:30 - Palestra sobre Homossexualidade e Prostituição Infanto-Juvenil, a ser proferida por Técnicos da Secretaria de Integração Regional-Porto Velho-RO

19:00 às 21:30 - Exposição dos Trabalhos

Dia 14/11 - Quinta-Feira:

08:00 às 11:00 - Exposição dos trabalhos.

09:00 - Palestra sobre Tecnologia Produtiva, a ser proferida por Técnicos da EMBRAPA-Porto-Velho-RO.

13:30 às 16:30 - Exposição dos trabalhos.

15:00 - Palestra sobre o Uso e Combate às Drogas, a ser proferida pelo Delegado Regional da Polícia Civil-Vilhena-RO.

17:00 - Encerramento.

O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM O RIO SETE VOLTAS?



A vegetação que protege as margens dos Igarapés que deságuam no rio Sete Voltas, gradativamente está sendo substituída por construções. Para agravar ainda mais o problema, a população, desenformada, deposita lixo e canaliza esgotos domésticos, de indústrias e até de hospitais para dentro de seu leito.

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS?

Em função do alto índice de poluentes que o rio apresenta é comum encontrarmos pessoas infestadas de giardia, amebas, micoses e outros, principalmente entre as crianças em razão de seu baixo poder de defesa.

O depósito inadequado do lixo vem aumentando, sensivelmente, a população de insetos e roedores entre outras,

TIPICAMENTE URBANO, POIS CORTA VÁRIOS BAIRROS DE NOSSA CIDADE. O RIO "SETE VOLTAS" PEDE SOCORRO.



PRECISAMOS CONHECÊ-LO MELHOR PARA PODERMOS DEFENDÊ-LO.

Para o Rio continuar vivo precisa ter suas margens bem protegidas pela vegetação, que tem entre outras funções, segurar a terra para que esta não vá para o leito do rio, aterrando-o. Além disto a vegetação ajuda na alimentação dos peixes, que comem seus frutos e sementes caídos na água.

comprometendo ainda mais a saúde daqueles que utilizam suas águas para os mais variados fins.

O QUE PODEMOS FAZER PARA RECUPERAR O RIO SETE VOLTAS?

- ♦ Não colocar lixo no rio nem acondicioná-lo em local inadequado.
- ♦ Evitar queimadas, principalmente próximo às suas margens.
- ♦ Fazer o replantio da vegetação já destruída.
- ♦ Evitar a pesca desordenada.
- ♦ Conscientizar a população Coloradense dos cuidados a serem tomados visando a evitar novas agressões.

Com essas medidas o rio começará a se recuperar e, brevemente todos poderão usufruir dos benefícios de suas águas saudáveis. Haverá então uma melhoria na qualidade de vida da população que habita suas margens.



TODOS SOMOS RESPONSÁVEIS PELO QUE ACONTECE AO RIO. PORTANTO É BOM QUE SAIBAMOS USÁ-LO, SEM DESTRUI-LO. AGINDO DESSA FORMA NOSSOS FILHOS E NETOS TAMBÉM PODERÃO PESCAR, NADAR, E BRINCAR EM SUAS ÁGUAS LÍMPIDAS E SAUDÁVEIS.

Projeto de Plantas Medicinais



I Festa das Nações de Colorado



A bailarina japonesa teve presença marcante na I Festa das Nações

A Faculdade Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste realizou a I Festa das Nações, que teve a organização dos professores, alunos, parental de apoio e di-

reção. Centenas de pessoas compareceram ao local da festa, presenciando as apre-

Os grupos formado por alunos e comunidade, com trajes típicos de seus países: africanos, alemães, italianos, japoneses, indígenas, árabes e portugueses, deram um show de apresentação, arrancando aplausos do público presente.

Na final a mesa julgadora composta pelo professor Francisco Aldivino Gonçalves, diretor geral do EAF, padre Ladio, empresário Roque Terles e Eva Terles (Reunidas), engenheiro civil da prefeitura Romulo Cezar, elegeram o grupo africano em 1º lugar e a russa em 2º lugar. A juradora Cristina de Queiroz,



O grupo campeão na escolha dos jurados representando o povo africano

do, foram surpreendidos pela quantidade de pessoas que compareceram a festa, superando todas as expectativas, deixando a desejar em quantidade os pratos típicos.

A coordenação sonora ficou a cargo de Edson Seixas (Energia Sonorização).

O prefeito Melki Donadon e o presidente da ALE Marcos Antonio Donadon se fizeram presentes.



A russa Jucelma Cristina de Queiroz do grupo Afêlo



Grupo vencedor: o árabe, fez boa apresentação



Mesa de jurados da I Festa das Nações

sentações dos países que segundo a professora Célia contribuíram para a cultura do nosso povo.

do grupo Árabe.

Os organizadores do evento, da maior festa cultural do Cone Sul do Esta-



A dança do ventre foi o ponto alto da apresentação Árabe

Festa das Nações



Com o objetivo de restaurar a cultura do planeta, a Escola Agrotécnica Federal de Colorado promoveu a 2ª Festa das Nações. Durante dois dias, os coloradenses puderam visitar países através das danças, músicas e comidas típicas. O **COLORATAÇO** foi, registrou, e destaca as garotas locais: Jicely, Márcia e Keila.

3ª Festa das Nações encanta a população



Um momento mágico aconteceu durante o final de semana em Colorado do Oeste, mais especificamente nas dependências da Escola Agrotécnica Federal, no último final de semana. Como que transportados através do tempo e do espaço, os espectadores da III Festa das Nações se sentiram a conhecer um pouco da cultura das nações que foram representadas no evento, a cargo dos alunos da escola. Ao todo foram nove nações representadas, com estrangeiras e a brasileiras.

Segundo as informações prestadas pela direção da escola, o objetivo da festa é o de divulgar a cultura de alguns povos responsáveis pela colonização brasileira, através de danças, pratos típicos, costumes, entre outros, os quais representam os países de origem. Nove Nações estiveram representadas: Africana, Alemã, Americana, Árabe, Brasileira, Espanhola, Italiana, Japonesa e Portuguesa. Na abertura da festa, sábado à noite, aconteceu uma apresentação dos alunos com uma apresentação de música, dança e teatro, demonstrando a evolução do homem, do que a História. Logo depois, os jogadores de futebol da escola se apresentaram nas Nações, mostrando os pratos típicos e oferecendo um pouco dos seus aspectos culturais, além de assistirem a performances dos alunos, que estavam trabalhando de acordo com a música a qual "pertenciam" durante o evento.

A seguir, começaram as apresentações de danças típicas que, apesar da distância no equipamento de som, chamaram a atenção do público e dos jurados, e mesmo com que todos deixaram as barracas e foram prestigiar e aplaudir os alunos. Na final da apresentação, os jurados eram os nomes para cada uma das equipes.

O diretor-geral da Escola, prof. Francisco Aldivino Gonçalves, que está em viagem para o exterior e não pôde estar presente a festa, assim como a diretora adjunta, Irineu Gomes Adriano, o diretor D.P.A.D., Ezequiel Fernandes da Silva, a coordenadora do evento, Sandra F. L. Ferrari e a responsável pelo departamento de comunicação social, Maria Leide Wanderley S. Gonçalves, além dos demais servidores e alunos da Agrotécnica, estão de parabéns pela III Festa das Nações.

pes, levando em consideração tudo o que foi apresentado por elas. Acabou sendo vencedora a Nação Alemã, sendo que a Nação Africana ficou em segunda e a Árabe em terceira. O destaque da festa foi mesmo a grande variedade de comidas típicas que foram servidas pelas barracas, acompanhadas de bebidas tradicionais das Nações representadas. A Alemã, vencedora da festa, serviu um bife de porco na cerveja, pão com repolho-roxo, torta de massa e salada alemã fantasia. Para beber, chopp e claro. Os africanos serviram mingumã, acarajé, vatapá e bolo de zambarão, tendo a cachaca como bebida. Na Árabe tinha libe, esfiha, shawarma no espeto e jolva, enquanto que os norte-americanos serviram o óbvio: cachorro-quente, hambúrguer, X-salada, X-tudo, torta de maçã e pipoca, com o álcool na Coca-Cola para manter a festa. A Nação Espanhola brindou seus clientes com paella, tortilla de batatas e cordão madrilheira, ainda o vinho a bebida preferida. Na Itália podiam-se comer lasanha ou pizza, também acompanhadas por um bom vinho.

Os japoneses serviram os tradicionais sashimi, yakisoba e maquiêdo, e quem não conhecia teve a oportunidade de beber o saké. Bolo de basculim e pastel foram os pratos apresentados pelas portuguesas, acompanhados de vinho. Finalmente, na Nação Brasileira, tinha o doce de leite, gelatinada, coraçõezinhos e churrasco, com várias bebidas servindo para o acompanhamento. Além disso, os brasileiros contaram com um preço de pagode que tornou a festa mais agradável.

A III Festa das Nações prosseguiu no dia seguinte, com a divulgação dos vencedores, novas apresentações e muita música. A festa atraiu milhares de pessoas em dois dias, que saíram convencidos de que este evento anual está dando origem a mais uma festa tradicional na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste no final de semana, com certeza voltará no ano que vem e levará outras pessoas para prestigiar o trabalho e a dedicação da direção, servidores e alunos do colégio, com a realização deste evento.

O diretor-geral da Escola, prof. Francisco Aldivino Gonçalves, que está em viagem para o exterior e não pôde estar presente a festa, assim como a diretora adjunta, Irineu Gomes Adriano, o diretor D.P.A.D., Ezequiel Fernandes da Silva, a coordenadora do evento, Sandra F. L. Ferrari e a responsável pelo departamento de comunicação social, Maria Leide Wanderley S. Gonçalves, além dos demais servidores e alunos da Agrotécnica, estão de parabéns pela III Festa das Nações.

INFORMAÇÕES:

**ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE
COLORADO DO OESTE-RO**
ROD. 399, KM 05 - ZONA RURAL - CAIXA
POSTAL 47
TELEFAX: (069) 341 3121

341 3122

341 3123

341 3124

341 3125

341 2644

e-mail: caf.colorado@arviva.com.br

A Festa das Nações que a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste vem realizando todos os anos já se tornou tradição em todo o Estado de Rondônia.

Além do objetivo didático-pedagógico, tal evento pretende divulgar para a comunidade a cultura de alguns povos responsáveis pela colonização brasileira, através de danças, pratos típicos e costumes que representam as raízes do nosso povo.

O projeto foi idealizado em 1995 por professores das disciplinas de Literatura Brasileira e Geografia, desta Instituição Federal de Ensino. A partir de então, todos os anos, a Escola realiza este evento com a participação de todo o corpo discente, docente, técnico administrativo e comunidades afins.

A **IV Festa das Nações** está programada para os dias **21 e 22 de agosto deste ano**, nas dependências da Escola Agrotécnica Federal. Na ocasião, serão representados os grupos imigratórios: **Alemão, Árabe, Africano, Espanhol, Italiano, Japonês e Português**, que representarão o folclore absorvido de cada um desses grupos na formação cultural brasileira.

Participe!!

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE-RO

IV FESTA DAS NAÇÕES



21 E 22 DE AGOSTO DE 1995



ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE-RO

Festa das Nações agita Cone Sul do Estado de Rondônia



O evento que exalta a figura do migrante já se tornou tradição em Colorado do Oeste

Como já se tornou tradição em todo o Estado de Rondônia, a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste estará realizando a V Festa das Nações, nos dias 20 e 21 de Agosto, a partir das 19h, nas dependências da Escola.

Este projeto foi criado em 1995 por professores da instituição e já alcançou seu objetivo didático-pedagógico. Embora tenha iniciado de forma simples, tem hoje grande repercussão junto a sociedade em geral, a ponto de ser reconhecido pelo Ministério da Cultura.

Vale ressaltar que, com o advento desta festa, surgiram diversos grupos de dança, dentre eles o italiano e alemão que já se apresentaram em várias cidades do in-

terior do Estado.

A Festa das Nações tem como objetivo divulgar a cultura de alguns povos responsáveis pela colonização brasileira, através de danças, trajes, pratos típicos, costumes, entre outros, os quais representam as raízes da nação. Na ocasião serão representados os grupos migratórios: africano, alemão, americano, árabe, espanhol, holandês, italiano, japonês e português.

Este projeto é executado pela escola em parceria com diversas as empresas do Estado, as quais os organizadores do evento agradecem o apoio para realização do mesmo e aproveitam para convidar a todos para participar desse grande evento cultural.

Feira do Livro







Capítulo 4

Cursos de Extensão



Escola capacita agricultores

COLORADO A Escola Agrotécnica Federal de Colorado, do Oeste-RO, através da Seção de

Cursos Técnicos, atuando em parceria com a Emater, Ceplac, Seagri e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, está implantando uma programação de cursos voltados para a comunidade, com o objetivo de capacitar trabalhadores para trabalhar a industrialização da matéria-prima, de origem animal, aplicar técnicas de cultivos para as culturas de cupuaçu e cacau, aperfeiçoar produtores no emprego de técnicas de manejo

alimentar e sanitário, visando a sanidade do plantel e incentivar a atividade apícola na região.

Os cursos serão ministrados por professores da Escola e profissionais das instituições parceiras, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, foram oferecidas 180 (cento e oitenta) vagas.

Alavanca de todo aquele que busca se aprimorar, independente de escolarização, os cursos procuram oferecer ferramentas que serão de grande utilidade para que essas pessoas possam enfrentar os desafios das constantes transformações do mundo do trabalho e das necessidades do mercado.

Dentro da programação estão previstos cursos como: apicultura, embutidos e defumados, industrialização do leite, a cultura do cacau, educação ambiental, cultura do cupuaçu, sanidade bovina, manejo e conservação do solo e zoonose.

Segundo a profª Ione Gomes Adnaro, diretora-geral da instituição: "Estamos oferecendo à comunidade opções de capacitação visando contribuir para melhorar a qualidade e elevar a produtividade das propriedades da região, cumprindo dessa forma um dos objetivos da Escola, que é o de participar ativamente no desenvolvimento do nosso Estado".



As atividades agrícolas são aprimoradas através de novas técnicas

Governo e Ceplac assinam convênio

Os filhos de agricultores e o pessoal empregado no setor agropecuário que não possui qualificação são os principais beneficiados pelo convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e Desporto, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o governo do Estado e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O convênio foi o resultado de um intenso trabalho desenvolvido conjuntamente pelo deputado federal Confúcio Moura e o governador Valdir Raupp. Ele irá viabilizar técnica e financeiramente o funcionamento da Escola Média Agropecuária Regional da Ceplac, a Emarc, em Ariquemes, destinada a atender filhos de agricultores e à formação de técnicos agropecuários, bem como ao treinamento de mão-de-obra para a zona rural.

A assinatura do documento permitiu que a Emarc ganhasse o apoio do Ministério da Educação, o que não acontecia anteriormente. O MEC está representado pela Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste.

O convênio representa vida nova para a Emarc, que ganhará apoio na área financeira, mas será beneficiada principalmente na área de pessoal", explicou o superintendente regional da Ceplac, João Valério da Silva Filho.

A Escola Média Agropecuária está localizada a 18 quilômetros da cidade de Ariquemes. A instituição tem capacidade para 300 alunos, mas hoje conta apenas com 120. Funciona em regime de internato. A Ceplac/RO deseja fazer do estabelecimento uma instituição modelo na formação de mão-de-obra qualificada para o setor agropecuário.

PARCERIA

Cada um dos quatro organismos envolvidos na execução do convênio tem papel bem definido. A Secretaria da Educação Média e Tecnológica orientará a ampliação e adequação das obras físicas a serem implantadas de acordo com os projetos arquitetônicos e de engenharia, elaborados sob a supervisão da Escola Agrotécnica Federal de Colorado com apoio da Ceplac, que receberá os recursos para as obras.

Assinaram o convênio o secretário da Semtec, Aníla Freitas Lira; o diretor da Ceplac, Juvenal Moraes Filho; o governador Valdir Raupp; o diretor-geral da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, Francisco Aldivino Gonçalves, tendo como testemunha o deputado federal Eurípides Miranda Botelho.



Raupp (E) assina o convênio, observado por João Valério da Silva Filho

Governo e Ceplac assinam convênio. O Estado, Porto Velho, 21 mar 1996. Grial, p. 5.

Emater treina produtores na Escola Agrícola

COLORADO

Participantes do curso de Técnicas de Defumados, aplicado pela Emater na Escola Agrotécnica Federal de Colorado, consideraram muito importante o aprendizado ali conseguido e já querem que outros eventos do nível aconteçam, para que sejam aplicados os ensinamentos em pequenas indústrias caseiras, servindo também para melhorar não apenas a alimentação familiar, mas, também, a renda doméstica onde foi praticado o que se tenha aprendido durante as aulas, "isso sem contar o processo de socialização que os participantes podem exercer, haja vista estarem muito tempo juntos, o que já é outra boa justificativa para o evento", disse um técnico.

O trabalho foi aplicado dentro do projeto elaborado pelo zootecnista Enio Milane, numa parceria com a direção da escola Agrotécnica Federal, onde todos os alunos puderam ter acesso a informações sobre como elaborar produtos alimentícios defumados, sua conservação e outros detalhes capazes de lhes permitir a aplicação em suas casas ou nas associações e cooperativas das quais os

alunos fazem parte.

Segundo o coordenador da Emater, Enio Milane, o trabalho realizado pelo órgão na aplicação desse tipo de curso, visa aumentar não apenas a renda familiar mas, também, demonstrar como se faz para reduzir as perdas de produtos, citando que há outros programas a serem aplicados para este tipo de clientela em mais algum tempo.

Enio, que tem grande conhecimento do sistema de produção rural nesta região, é de opinião que se pode fazer muita coisa a partir de meios pequenos que se disponha, "bastando, muitas vezes, que haja uma simples troca de experiência entre os envolvidos ou, então, que se tenha um pouco de conhecimento daquilo que se pretende".

CONTRATO

Empresas ou pessoas interessadas em ter contrato com a Escola Agrotécnica de Colorado, pode buscar ali o edital de seleção para prestação de serviços na área de saúde, conforme nota recentemente divulgada pela direção do colégio, sendo que o processo de escolha vai ser pelo sistema de "tomada de preços" entre os participantes.



A Escola está contratando serviços de saúde para funcionários e dependentes

© E.M.D.O.



Cursos de curta duração



Embutidos e defumados



Derivados do leite



Capítulo 5

Entrevistas



Abílio da Paixão Ciríaco

“[...]foi graças à escola e pelo meu esforço que eu consegui estudar, pois eu não tinha dinheiro para pagar os cursos”.

Comecei a trabalhar na escola em 24 de fevereiro de 1995. Naquele tempo, as aulas ainda não tinham começado e os setores estavam sendo construídos. Por isso, o Diretor preferiu não chamar muita gente para não ficarem sem atividades. Dos oito Técnicos em Agropecuária aprovados no concurso, apenas quatro foram chamados, e só três tomaram posse. Já os Auxiliares de Campo, nem chegaram a ser convocados.

Com o número reduzido de técnicos, havia muito trabalho, então, por vezes, durante os plantões aos finais de semana, em que eu era o único responsável pela manutenção da horta, da suinocultura e da bovinocultura eu preferi ficar sem almoçar para terminar as tarefas até as 16h, para ter tempo de pegar o ônibus para Cerejeiras.

A estrada era difícil: só havia asfalto no trecho que ia à Vilhena, e quando chovia, o atoleiro fazia a viagem durar três ou quatro horas. Durante a semana, eu e outros colegas dormíamos nos alojamentos da escola. Eu era recém-casado e eu e minha esposa, morávamos em Cerejeiras. Nos plantões de fim de semana, trazia almoço de casa e comia frio, pois não havia como esquentar. O restante das refeições era bolachão de pão de mel, bolacha de água e sal — alimentos não perecíveis, já que não tínhamos geladeira e os alimentos poderiam estragar.

O trabalho era pesado e, sem moto, perdíamos muito tempo nos deslocamentos. Para ir, por exemplo, da ZOO3 até a AG1 — que ficava onde hoje é o prédio dos laboratórios — levava-se um bom tempo. Antigamente, eram ZOO1, ZOO2 e ZOO3; AG1, AG2 e AG3. Hoje a nomenclatura mudou, mas eu costumo usar as duas nas aulas, para que os alunos entendam como era antes. Muita coisa mudou, algumas para melhor e outras nem tanto. Há servidores que chegam propondo mudanças, depois vão embora, e quem fica é que precisa lidar com as consequências, que nem sempre são boas.

No início, havia apenas quatro servidores administrativos, contando com o Diretor, vindos de outras Escolas Agrotécnicas para supervisionar as obras. Um dia, chegou uma carga com quarenta vacas, um touro e dez bezerros — foi uma correria! Tinham viajado três dias e estavam machucados. Lembro que até os professores vieram ajudar. Como o Diretor não podia chamar os demais servidores, o trabalho era dividido entre poucos. O mecânico, por exemplo, também era tratorista, pois não havia quem o fizesse.

Em um dos meus plantões, precisei colocar uma vaca recém-parida no bezerreiro. A lama do curral batia nos joelhos, e a professora que estava de plantão comigo — pois os plantões envolviam os docentes de todas as áreas do conhecimento — era pequena e frágil, não tinha como me ajudar com a força física necessária. Pedi que ficasse apenas na porteira, porque sua presença já ajudaria a conduzir a vaca. Fiz plantão com outras professoras em que não tinha como elas me ajudarem, como por exemplo, no carregamento de balaies.

Morei um tempo no alojamento, onde o máximo que podíamos fazer era esquentar o leite com “rabo quente”, porque o Diretor pediu que não usássemos o fogão, para não manchar as paredes. Depois de um tempo, ele permitiu que morássemos em uma das casas na escola. Como fui um dos últimos a entrar, acabei ficando na despensa — só cabia a cama, para mudar de pensamento, eu tinha que sair do cômodo. Os pernilongos eram tantos que não dava para dormir: se me cobria, passava calor; se descobria, era picado

e não sobrava dinheiro para comprar um ventilador. Eu dormia pelo cansaço, e logo cedo já estava de pé para trabalhar.

Mais tarde, consegui comprar uma moto, o que facilitou muito a vida, assim, conseguia ir algumas vezes a Cerejeiras. Chegamos a morar dez servidores numa casa, compramos uma geladeira usada e contratamos uma mulher para cozinhar. Passamos a ter almoço e jantar, e eu consegui comprar um ventilador — estava no céu! Fazíamos assembleias para decidir o que comprar, e quem tinha carro ia até a cidade e depois dividíamos o valor. Em um certo momento, minha esposa achou melhor nos mudarmos para Colorado, e ela passou a ir todos os dias para Cerejeiras.

A escola foi muito importante, já encontrei egressos que hoje são advogados, dentistas, médicos, e muitos dizem que a instituição fez toda a diferença na vida deles. Lembro-me que um dia, na rodoviária de Vilhena, encontrei um egresso que me contou que no curso de Direito, os colegas admiravam-se com sua eloquência, e ele atribuiu isso, aos seminários que apresentou na escola.

Em 2005, a escola fez parceria com uma faculdade privada em Vilhena, e eu consegui uma bolsa para cursar Zootecnia. A exigência era alta — a média mínima era oito —, depois reduziram para sete, mas, mantive o compromisso de tirar oito. Quando estava quase concluindo o curso, um colega me incentivou a fazer o concurso para professor. Era uma vaga para quinze candidatos. Três dias antes da prova, estudei a disciplina de legislação educacional, que era a que eu menos dominava. Só dois candidatos atingiram a média, e eu fiquei em primeiro lugar. Depois, me preparei muito para a prova didática e também passei.

Mais tarde, surgiu a oportunidade de fazer um mestrado em Vilhena. Eu não pretendia fazer, porque as crianças eram pequenas, mas alguns colegas me incentivaram e combinamos de dividir as despesas com o deslocamento. Na época, eu trabalhava no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), então, trabalhava oito horas de dia e quatro à noite, — o que me ajudou a custear as despesas. Queria ter feito mestrado na área, mas como a opção era Agronomia, abracei a oportunidade.

Como costume dizer, “cavalo selado só passa uma vez”, se eu tivesse esperado outra chance, não teria cursado um mestrado, pois ela nunca veio. Graças à escola e ao meu esforço, mesmo sem condições financeiras, consegui estudar.

Quanto ao logotipo da escola, ele foi resultado de um concurso aberto a todos — servidores e alunos. Era preciso seguir o modelo base das Escolas Agrotécnicas, mas incluir elementos regionais. Quem venceu o concurso, foi uma professora substituta de Educação Física. No logotipo, há ramos de cacau à direita, ramos de café à esquerda, e no centro, o leite, que representa, tanto o leite de gado, quanto o das seringueiras; elementos comuns na região. Lembro-me de uma aula em que, ao verem uma marca na coxa de um animal, me perguntaram o que significava — um desenho que lembrava uma árvore, e registramos no MAPA. Antes, todos sabiam o seu significado.

Atualmente, vejo muita diferença no perfil dos estudantes, antigamente, era mais fácil motivá-los. Embora viessem de escolas multisseriadas, tivessem defasagem escolar e apresentassem muita dificuldade em disciplinas como matemática e física, tinham muita vontade de aprender, sabiam o que queriam. Formamos excelentes técnicos. Hoje, sinto falta desse entusiasmo.

Em relação aos apelidos, acredito que fazem parte da cultura das Escolas Agrotécnicas. Meus irmãos estudaram em São Paulo, e lá também havia os “Bagaços”, “Pé Quebrado” e os “Veteranos”. Era muita criatividade para apelidar cerca de sessenta alunos. Uma vez, um aluno se referiu ao colega como “Pepa” — e eu, sem entender, perguntei quem era. Explicaram que era por ele ser rosado, como a personagem do desenho. Quando estudei na Emarc, em Ariquemes, também havia apelidos: um colega virou “Damala” porque num determinado dia, chegou na escola com uma mala enorme, outro era “Calado”, por ser quieto, e um colega gordinho e descendente de indígena foi apelidado de “Sumô”. Bastava uma característica marcante para virar apelido. Eu mesmo, tive um: “Bozo”. Como a escola ficava a treze quilômetros da

cidade e eu não tinha dinheiro para cortar meus cabelos, deixava-os grandes, mas não chegava a ser um black power; e o apelido pegou. Nunca vi essa cultura como algo degradante, mas realmente, alguns apelidos precisavam ser revistos e trabalhados. Hoje, as pessoas estão mais sensíveis, e qualquer palavra causa abalo. Sempre ensinei meus filhos a saberem lidar com a vida — vence, quem cai e levanta, e não quem fica chorando.

Lembro também, da visita do representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SENTEC), para nos orientar sobre a separação do ensino técnico e do ensino médio. A Escola Agrotécnica de Cáceres veio a Colorado e todos nos reunimos no ginásio. Ninguém concordava, as pessoas tomavam a palavra, questionavam, até que o representante perdeu a paciência e disse: “não estou aqui para ouvir vocês, estou aqui para dizer como será feito, porque será feito”. Eu e outros colegas fomos totalmente contra. Sem o núcleo comum, o aluno não consegue compreender o contexto. É como o Chicó, do Auto da Compadecida: “eu não sei, só sei que foi assim”. É o que muitas empresas querem — trabalhadores mal remunerados, que não entendem o porquê. O que o aluno aprende em física usa em hidráulica, o que vê em química aplica em solos. Mesmo assim, a separação aconteceu e tivemos de criar um curso pós-técnico para que os residentes pudessem continuar morando na escola e concluíssem o ensino médio. Como a situação tinha caráter de urgência, tudo foi feito às pressas. Ao assumir a presidência da república, o Governo Lula determinou que o curso voltasse a ser integrado, mas tivemos que concluir a turma que já estava em andamento.

Quando surgiu a proposta de transformar a escola em Instituto Federal, todos os servidores se reuniram e votaram pela adesão. A ideia inicial era criar quatrocentos Institutos, o que parecia uma loucura, uma meta ambiciosa — hoje são mais de mil. Vieram muitos recursos; éramos a menina dos olhos do Ministério da Educação e o crescimento foi exponencial. Antes, o aluno precisava ir aos grandes centros para estudar; agora, o conhecimento é que chega até o interior.

Danieli Cristina Schabo

“Ali em campo eu achava muito proveitoso, porque você via o dia a dia acontecer, né? [...] Para mim isso era tudo visto como um aprendizado mesmo, eu não via como um trabalho forçado.”

Entrei na escola em 1996 — na época, ela ainda estava sendo formada, era o segundo ano de funcionamento, e eu fiz parte da segunda turma. Lembro que a gente ajudou a preparar o espaço, porque roçávamos, carpíamos e limpávamos as áreas para começar as aulas práticas e os plantios. Tínhamos meio período dedicado à chamada “manutenção”, que correspondia às aulas práticas, assim, metade do dia era de aulas teóricas do ensino médio e, na outra metade, íamos para as unidades de produção. Tínhamos duas aulas teóricas dos conteúdos do curso técnico e depois íamos para as aulas práticas, acompanhar o dia a dia das atividades.

No início, a adaptação à rotina foi difícil, porque vínhamos de escolas onde se estudava só meio período, e de repente passamos a ficar o dia inteiro, com muitas atividades. Era cansativo, mas a gente se adaptava, e foi uma experiência muito boa. Considero que a escola era, e ainda é, uma das melhores instituições de ensino da região. Graças a ela, consegui passar numa faculdade federal. Foi uma vivência muito rica, mesmo que eu não tenha seguido a área da agropecuária. Ainda assim, me sinto ligada a esse universo, porque tivemos aulas de agroindústria, produção e preparação de alimentos — algo que tem relação direta com o que faço hoje. Então, de certa forma, continuo inserida nessa área. Limpávamos as baias, tratávamos dos animais, preparávamos as rações, ajudávamos nos partos. Os alunos

que moravam na escola ficavam de prontidão para acompanhar partos de porcas e vacas. Também atuávamos nas agroindústrias, ajudando a preparar os alimentos que seriam servidos no refeitório, e muitas vezes ajudávamos lá dentro.

Um dos setores em que a gente era escalado era a cozinha. Fazíamos o pré-preparo, lavávamos as folhas, higienizávamos, porcionávamos — tudo isso fazia parte da rotina. Era um ambiente bem diferente. Havia escala nas férias: ficávamos uma ou duas semanas na escola, inclusive nos fins de semana, para cuidar da manutenção. Entrávamos de manhã e saíamos no meio da tarde. Os alunos residentes assumiam essa responsabilidade durante o ano mas havia um revezamento entre os demais no período de férias, de acordo com o número de estudantes.

Além disso, mantínhamos limpos os alojamentos e as salas, varrendo no final da manhã e no final da tarde. As rotinas de limpeza e prática eram organizadas por escalas. Nos espaços maiores, essas atividades aconteciam durante as duas horas destinadas às aulas práticas. Na sala de aula, por exemplo, havia uma escala colada atrás da porta: cada dia da semana, um grupo ficava responsável por varrer e recolher o lixo — eram só dez minutinhos antes de encerrar o turno. Após as aulas teóricas — do núcleo diversificado, o Técnico distribuía as tarefas: quem trataria as galinhas, quem coletaria e higienizaria os ovos. As atividades rodavam entre os alunos, de modo que todos tivessem uma experiência completa. Não era algo penoso — fazia parte da rotina, e a gente entendia que aquele era o jeito de aprender.

Eu nunca vi aquelas atividades que fazíamos como um trabalho forçado. No campo eu achava extremamente proveitoso, porque era ali que a gente via o dia a dia acontecer. Um Técnico em Agropecuária não se forma apenas ajudando no parto de uma porca, ele precisa entender como tratar o animal, como formular a ração, como higienizar o ambiente. Para mim, tudo isso era aprendizado. Eu não via como exploração, e sim como parte essencial da formação.

Naquela época, ainda não existia residência feminina, apenas masculina. Durante o almoço, ficávamos nos alojamentos do primeiro pavilhão, perto de onde funcionava o DEPAE, logo após o pátio; que hoje são exclusivos para residentes. Ali havia armários e um espaço para descanso. Com o aumento do número de alunos, abriram aquele primeiro pavilhão de residências, que hoje é ocupado pelos estudantes residentes. Naquela época, quem não morava na escola podia usar os alojamentos no horário do almoço — a gente tomava banho, descansava, às vezes até dormia pelos corredores. Era comum levar travesseiros e descansar um pouco antes de voltar às atividades.

Na época, havia a cultura do “Veterano” e do “Bagaço” — como chamavam os novatos. Eu acredito que isso era algo comum em Escolas Agrotécnicas, porque já ouvi relatos semelhantes de outras escolas. Quando entrei, esse apelido já existia, e era usado de forma natural. Havia brincadeiras, como levantar da mesa no refeitório e deixar um “Bagaço” sentado sozinho. Mas, apesar disso, o clima era bem amigável. Claro que havia histórias sobre trotes e brincadeiras, principalmente nas residências, mas no geral a convivência era tranquila. Com o tempo, surgiu o apelido “Pé Quebrado”, que, segundo me contaram, se referia ao segundo ano, entre o “Veterano” e o “Bagaço”, mas na minha época, isso ainda não existia. Quando os alunos da terceira turma entraram, nós já éramos “Veteranos”, e só havia essas duas denominações.

As brincadeiras e os apelidos faziam parte da convivência. Eu mesma não tive um apelido que pegasse, mas lembro que tiravam sarro das minhas pernas tortas, das orelhas grandes... Coisas de adolescente. Eu até deixava de prender o cabelo por vergonha, mas nada disso me marcou de forma negativa. Hoje, olhando para trás, vejo aquilo com leveza, era mais uma fase. As meninas, por serem poucas, quase não recebiam apelidos, mas os meninos sim — e muitos mantêm esses apelidos até hoje. A gente tem grupos de ex-alunos das turmas de 1997 e 1998, e lá ainda se chamam assim, de forma carinhosa. No fim das contas, esses apelidos se tornaram parte da memória afetiva daquele tempo.

Minha família é do Sul, mas morávamos há quase 10 anos em Colorado, e por isso eu já conhecia a escola. Não lembro exatamente se houve divulgação nas escolas da cidade, mas sei que o ingresso era por meio de processo seletivo, com a aplicação de uma prova. Naquela época, havia poucas mulheres, porque muitos pais viam a escola como um espaço masculino. Felizmente, minha família me incentivou. Meu foco, na verdade, era o ensino médio de qualidade — eu queria me preparar bem para o vestibular, e essa era a melhor escola da cidade. Então, mais do que o curso técnico, o que me atraiu foi a excelência do ensino. E acabou sendo uma experiência incrível, que marcou muito a minha vida.

Se eu tivesse tido outra opção de ensino médio público e de qualidade naquela época, talvez eu tivesse escolhido outro caminho. Eu não tinha condições de estudar em uma escola particular, e a Escola Agrotécnica era a melhor opção. Hoje, olhando para trás, não mudaria nada. Foi uma vivência muito rica e importante para mim, mas reconheço que, naquela época, minha escolha foi mais pela qualidade do ensino do que pelo curso técnico em si.

As aulas de Educação Física aconteciam geralmente nos dois últimos horários da manhã ou da tarde, dentro do período regular de aulas. Em relação ao ambiente escolar, havia regras claras sobre o comportamento, principalmente em relação ao namoro. Como eram poucas turmas, todo mundo se conhecia e os professores ou técnicos acompanhavam de perto, não podia pegar na mão, muito menos beijar dentro da escola.

O uso do uniforme era obrigatório; para as aulas de campo, tínhamos um macacão específico, e não podíamos ir a campo sem ele.

Sobre a faixa etária dos alunos, eu não me lembro de grandes diferenças. Na minha turma, a maioria estava entrando no ensino médio pela primeira vez, então tínhamos idades parecidas. As diferenças começaram a surgir depois, quando abriram os cursos subsequentes — aí, sim, passaram a entrar pessoas mais velhas, que já tinham concluído o ensino médio. Mas, no meu tempo, o perfil era bem homogêneo,

adolescentes de 14 a 16 anos, basicamente. Havia algumas pessoas que voltavam a estudar apenas por causa do curso técnico. Muita gente vinha do sítio, fazia o esforço de sair de casa para ter essa formação, para cursar o ensino médio ali, pela oportunidade de fazer o curso Técnico em Agropecuária.

As festas também marcaram muito aquele período, especialmente a Festa das Nações. O evento era organizado pelos professores, mas sem orçamento fixo, a comunidade colaborava com doações, e nós ajudávamos ativamente: construíamos os espaços com madeira doada, decorávamos os ambientes, confeccionávamos as roupas, ensaiávamos as coreografias e preparávamos as comidas típicas de cada país. Lembro bem de passar dias fazendo chucrute para a nação alemã. A professora Aparecida e o professor Inácio, da Agroindústria, também ajudavam muito na preparação dos alimentos.

A festa envolvia toda a escola. Tinha disputa entre as nações, com premiação para a barraca mais bonita, para a melhor apresentação, para a melhor comida. Era uma experiência muito rica, porque a gente aprendia sobre a cultura do país que representava e, ao mesmo tempo, conhecia um pouco das outras nações.

Participei duas vezes representando a nação alemã, e em um dos anos fui para a italiana, porque eu fazia parte do grupo de dança italiana que se apresentava pelo Estado. O grupo italiano era muito forte e animado, nós ensaiávamos bastante e a Escola nos levava de ônibus para fazermos as apresentações em CTGs da região, como no Baile do Chopp, em Vilhena, e também em Pimenta Bueno, representando a Escola. Eu gostava muito dessa parte das apresentações, das danças e das viagens. Era uma vivência muito boa, divertida e marcante.

Formei-me em 1998, e antes de concluir o curso, a escola teve uma parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Eles aplicaram provas aqui, e eu cheguei a passar para o curso de Engenharia Florestal, com início no segundo semestre. Fui pra lá, mas não gostei do curso e acabei desistindo. Depois, decidi cursar Nutrição. Fiz o concurso e retornei como servidora.

Quando voltei, ainda era Escola Agrotécnica, mas já estava em processo de transição para o IFRO, e muita coisa começou a mudar. Na minha época de aluna, o slogan era “aprender para fazer, fazer para aprender”. Com o tempo, isso foi sendo questionado, principalmente pelos pais, que viam as atividades práticas como trabalho, e não como aprendizado. Então a instituição foi se adaptando, alterando sua forma de funcionamento. Eu mesma, já servidora, vi algumas mudanças como positivas, especialmente na área em que atuo hoje. Por exemplo, retirar os alunos de determinados setores ligados à manipulação de alimentos foi importante, porque não havia o controle adequado de higienização.

Flavio Araujo Teixeira

“Cansei de ficar até meia-noite ali na salinha que a gente tinha perto do alojamento. Os meninos vinham ali para conversar, para desabafar, para falar da família [...]. Então são casos, muitas histórias de alunos e graças à Deus a maioria deles se formou e estão bem hoje.”

Cheguei à antiga Escola Agrotécnica, hoje Instituto Federal, em julho de 1996, para assumir o cargo de Auxiliar Rural. Dos seis chamados naquele concurso, eu era o sexto. Assim que tomamos posse, começamos a trabalhar na Escola Agrotécnica. Fui designado para o setor de horticultura, onde trabalhava com o técnico Jorge e com o Lucas, que também foram servidores da escola nos anos de 1996 e 1997.

Depois de um tempo na horta, fui transferido para o setor da ZOO3, conhecido atualmente como PA, que na época correspondia à área de bovinocultura. Naquele período, a estrutura da escola era organizada por setores como Zootecnia, ZOO3, ZOO2 e AG1, AG2 e AG3, referentes à agricultura. No setor de bovinocultura, nossas atividades diárias incluíam a ordenha, o trato das vacas, o corte de cana e de capim, a elaboração de silagem e outras tarefas típicas da rotina de produção. Aos finais de semana, haviam plantões, e eu trabalhava principalmente com o colega Josué. Fazíamos a ordenha e cuidávamos dos animais durante esses plantões, com o auxílio de alguns alunos. Teve um período, antes disso, em que os alunos realizavam a ordenha, mas começaram a surgir problemas com as vacas, casos de mastite e outras doenças, e percebeu-se que os estudantes não cuidavam com o devido zelo. Por isso, essa atividade foi retirada deles. Mais adiante, a prática voltou, mas com os alunos realizando a ordenha sob a supervisão de um servidor.

Naquela época, eu chegava por volta das sete horas da manhã no setor e começava o trabalho de ordenha. Às nove horas, os alunos eram liberados para as atividades práticas do curso técnico, e, se ainda houvesse vacas para serem ordenhadas, chamávamos um aluno que já tivesse experiência para nos ajudar a terminar o serviço. Depois disso, os estudantes se encarregavam de soltar as vacas, lavar o curral e fazer a limpeza.

Permaneeci nessa rotina por cerca de seis a oito meses. Como eu já possuía o ensino médio e, desde aquela época, a instituição enfrentava uma carência de servidores, conversei com a gestão e em 1997, fui transferido para o almoxarifado. Naquele tempo, a informatização ainda engatinhava: o computador estava chegando e quase tudo era feito manualmente. Usávamos máquina de datilografia e calculadora com bobina. O controle dos materiais era realizado por fichas. Havia fichas nas prateleiras e nos arquivos, o que hoje equivaleriam aos registros de um sistema informatizado. Trabalhei cerca de um ano nessa rotina até que o primeiro computador chegou ao setor, o que transformou bastante o nosso trabalho. Inicialmente, em 1997, apenas o setor financeiro possuía computador, e era usado exclusivamente para rodar o SIAFI, o sistema de empenhos. Ao poucos, outros setores começaram a receber computadores, entre o final de 1997 e os anos de 1998 e 1999. Foi nesse período que a informatização começou, de fato, a se expandir pela escola.

A princípio, os computadores chegaram, mas ainda sem internet. O acesso à rede veio de forma gradativa, por volta de 2001 ou 2002, quando começamos a ter uma internet de melhor qualidade. No início, apenas o setor financeiro tinha acesso, e era algo bastante limitado. Naquela época, começaram a surgir vendedores de dispositivos de conexão – os chamados tokens de internet, da operadora Vivo. Esses tokens eram conectados aos computadores e permitiam acesso à rede, de forma semelhante ao que fazemos hoje com um celular roteando sinal por bluetooth ou cabo.

Alguns servidores chegaram a comprar esses tokens com recursos próprios, para usar tanto no trabalho quanto em casa, já que nem na cidade havia internet acessível para todos. Aos poucos, conforme a tecnologia foi avançando e a internet via rádio começou a se espalhar, os que tinham melhores condições instalaram o serviço em suas casas. No início era caro e de difícil acesso, mas a evolução foi muito rápida, e logo a informatização se consolidou dentro da instituição.

Quando os computadores começaram a chegar, foi feito um treinamento para todos os servidores. Havia um professor, que era da área de Matemática, mas também tinha formação em Informática, então, ele ministrou treinamentos para todos os servidores. Os treinamentos eram básicos, ensinavam: a usar o Windows, o Word, a formatar um texto, digitar, fazer um memorando, trabalhar com o Excel, elaborar planilhas e documentos, e até usar o Paint para pequenas atividades. Naquela época, não havia acesso à internet, então o foco era aprender o essencial para o trabalho administrativo.

Lembro-me de que todos os servidores participaram, até mesmo o pessoal da limpeza, da cozinha e os servidores do campo. A intenção era que todos conhecessem, pelo menos, o que era um computador, como ligá-lo, fazer um documento e imprimir. Assim que fui para o setor administrativo, aproveitei também para fazer capacitações fora da instituição, e depois continuei me aperfeiçoando com a ajuda dos colegas. Foi um processo gradual, porque, se fosse tudo de uma vez, talvez muita gente nem tivesse coragem de participar — havia certo receio diante daquela novidade (risos).

Naquele tempo, existia uma orientação para cobrir os equipamentos no final do expediente. Todo computador e impressora tinha uma capa, e era obrigatório cobrir. Os computadores eram grandes, pesados, pareciam umas “caixonas”, e havia uma preocupação muito grande em conservar. Era uma verdadeira revolução tecnológica: estávamos saindo de uma máquina de datilografia para um computador. Mesmo sem internet, era uma evolução enorme, algo comparável a passar de uma carroça para uma Ferrari.

Outro ponto curioso era o setor de telefonia. Na época, não existia e-mail nem outras formas de comunicação digital, então o telefone era o principal meio de contato. Havia uma telefonista responsável pela central telefônica, que continha mais de setenta canais interligados, que funcionava muito bem. Todos os setores tinham ramais, inclusive as unidades de produção, e o painel da telefonista vivia cheio de luzes piscando, com chamadas sendo transferidas o tempo todo. Ela recebia as chamadas externas e as repassava para os setores internos, e também fazia a ligação entre os próprios setores. Havia várias linhas: o Gabinete tinha uma, o setor de Telefonia tinha a sua, o Almoxarifado, o Departamento de Administração, a Coordenação de Orçamento e Finanças(Cofin) e outros também possuíam linhas diretas. Mesmo assim, a telefonista conseguia transferir chamadas para qualquer ramal, inclusive para os setores de produção, como a ZOO3, a ZOO2 e as áreas de Agricultura.

Era um trabalho intenso, porque o fluxo de ligações era constante. Às vezes, uma linha estava ocupada, e ela atendia outra ao mesmo tempo. Com o passar do tempo, a demanda foi diminuindo, e o cargo acabou deixando de existir, já que as tecnologias de comunicação evoluíram e tornaram desnecessário esse tipo de central telefônica.

Como eu trabalhava no almoxarifado, fazia muito contato com os fornecedores, e isso era feito exclusivamente por telefone ou por fax. O fax, aliás, foi uma grande evolução na época. Através dele, conseguíamos enviar e receber documentos de empresas, propostas de licitação e outros materiais que antes só chegavam pelo correio. Participei, inclusive, como membro de comissão de licitação, e era comum recebermos documentos que faltavam das empresas por fax. Assim que chegavam, precisávamos tirar cópia, porque o papel do fax era parecido com o papel vegetal, como aqueles extratos bancários antigos e a escrita se apagava com o tempo. Então era preciso xerocar para garantir que o conteúdo seria preservado e pudesse ser anexado ao processo.

Permaneci na administração, que sempre enfrentou escassez de servidores, e aproveitei todas as oportunidades de capacitação que surgiram. Depois do Almoxarifado, fui para o setor de Patrimônio, que na época funcionava separadamente, mas hoje é integrado. Ali, eu acompanhava as entregas dos bens, fazia a etiquetagem e o tombamento do patrimônio. Lembro-me de que, antes, as plaquetas de identificação de patrimônio eram de alumínio, fixadas com rebites e furadeira, diferente dos dias atuais, que utilizamos o adesivo.

Essa evolução também se refletiu em outros setores, especialmente no ensino. Lembro-me de comentar, há pouco tempo, com um professor novo, que em determinado período o aluno estudava o ensino médio em um turno e, no outro, frequentava as aulas do curso técnico. Cada unidade de produção possuía sua própria sala de aula. Os estudantes passavam a metade do tempo em atividades práticas, como capinar e cuidar dos setores produtivos. Naquela época, os alunos eram divididos em grupos e escalados para limpar as salas de aula, o pátio, os banheiros e o refeitório. Recordo-me bem de alguns nomes, como Romário, Leandro Dias, Leandro Matte e a Dani Schabo, que faziam parte dessas escalas. Eram os alunos que lavavam as louças e faziam a limpeza do refeitório, do pátio, do vestiário e das salas de aula.

Mais adiante, em 2005 e 2006, atuei como Coordenador Substituto no Setor de Execução Orçamentária e Financeira, trabalhando com a servidora Lorraine, que acredito estar atualmente em outro Campus do IFRO. Ao longo dos anos, tive a oportunidade de passar por vários setores e de me capacitar sempre que possível. Aproveitei cada chance para aprender e sempre me mantive à disposição da instituição para contribuir no que fosse necessário. Encarei todos os desafios com dedicação e sigio, até hoje, colaborando com o Instituto Federal.

Trabalhei também na área de ensino, como Coordenador Substituto da Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE), que corresponde, ao que hoje chamamos de Departamento de Assistência ao —

Estudante (DEPAE). Tínhamos a função de acompanhar e orientar os alunos, além de organizar as escalas de limpeza. Como disse anteriormente, organizávamos as escalas para que os alunos fizessem a limpeza dos quartos, do refeitório, das salas de aula, do pátio, dos corredores administrativos, vestiários e a rega dos canteiros. Já nos alojamentos, a responsabilidade pela limpeza era dos residentes e a escala era organizada entre eles, o que ajudava na convivência e no cuidado com o espaço coletivo. Também acompanhávamos o correto cumprimento das tarefas. Quando havia alguma ocorrência, cabia ao setor registrar e acompanhar os casos. Nas salas de aula, os alunos faziam apenas a limpeza básica que era varrer o espaço. Já no pátio, jogavam água, esfregavam com sabão, usavam água sanitária e passavam o rodo. Os banheiros também eram lavados por eles. Com o processo de Cefetização ocorrido em 2008, e, posteriormente, em Instituto Federal, essas práticas foram gradualmente sendo extintas, em paralelo à terceirização de tais atividades.

Lembro-me com carinho de um grande avanço que pude presenciar quando estava na Coordenação de Assistência ao Educando: a criação do alojamento feminino, em 2008. Foi um marco muito importante, porque representou um grande passo na inclusão e na valorização das meninas, especialmente daquelas em vulnerabilidade social. Muitas desejavam estudar, mas não tinham condições de morar na cidade, e o alojamento feminino abriu essa possibilidade. Foi um avanço tão significativo que, com o tempo, o número de alunas cresceu bastante. Hoje, inclusive, há praticamente mais meninas do que meninos estudando na instituição. Isso mostra o quanto essa decisão foi acertada e transformadora.

Recordo-me de que os alojamentos começaram por volta de 1995, assim que a escola passou a receber alunos. Desde o início, já existiam alojamentos masculinos. Chegou-se a fazer uma experiência com meninas, mas como não havia um alojamento separado, elas ficaram em um bloco próximo ao alojamento dos meninos, e isso acabou não dando certo.

Mais adiante, foi construída uma estrutura específica, em local separado, e aí, sim, foi possível ampliar o número de vagas femininas. No primeiro ano de funcionamento do alojamento das meninas, em 2007, já começamos com quase trinta residentes. Muitas queriam estudar, mas não tinham onde morar; seus pais, muitas vezes, não tinham condições de mantê-las na cidade. Então, este alojamento feminino foi uma oportunidade que mudou vidas.

Durante o período em que atuei no CGAE e, posteriormente, no DEPAE, o que totalizou 8 anos, acompanhei de perto esse crescimento. Começamos com 28 meninas, e, quando deixei o setor, já havia mais de 80. Hoje, acredito que o número ultrapasse 100. Foi muito gratificante ver essa evolução e perceber que a iniciativa deu certo.

Um dos desafios que tivemos, foi a mescla de idades na residência estudantil. Tínhamos residentes com 22, 27, e até 30 anos alojados no mesmo quarto que os alunos menores de idade e, por vezes, esses alunos mais velhos, influenciavam negativamente os mais jovens. Por isso, começamos a discutir a necessidade de estabelecer um limite de idade. Após algumas conversas com a Direção Geral, que inicialmente mostrou-se resistente, em 2010, conseguimos estabelecer o limite para 21 anos de idade. No ano seguinte, reduzimos para 18 anos.

A mudança foi gradativa e respeitosa, ninguém foi retirado por causa da nova regra. Aqueles que já estavam alojados puderam permanecer até o final do curso, desde que não cometessem infrações. Três anos depois da implantação da faixa etária máxima de 18 anos, finalmente alcançamos um equilíbrio. O ambiente ficou mais tranquilo, com menos conflitos e mais harmonia.

Houve também um período em que o ensino superior passou a utilizar os alojamentos. Isso ocorreu com o início dos cursos de Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios, por volta de 2008. Os estudantes de fora podiam participar do processo seletivo e pleitear uma vaga no alojamento. Essa medida foi importante, pois

ajudou a consolidar os cursos, atraindo alunos de outras cidades.

Definimos um quarto específico para os alunos do ensino superior, com oito vagas no total. Também houve alunas do superior que ficaram no alojamento feminino, dividindo o espaço com as do curso técnico. No entanto, o número de meninas do curso superior não chegou a completar as oito vagas disponíveis, diferente dos homens, que preencheram todas.

Em relação ao ingresso das mulheres no alojamento, o fato de ser maior ou menor de idade não fazia muita diferença no convívio. As relações entre elas sempre foram mais complexas. Entre os meninos, os conflitos geralmente se resolviam de forma direta: se precisassem discutir ou até brigar, faziam isso, e logo depois cada um seguia seu caminho, às vezes até voltavam a conversar normalmente. Já entre as meninas, os desentendimentos tinham outro ritmo. Elas podiam brigar hoje, conversar amanhã e se acertarem, mas bastava uma pequena provocação para tudo recomeçar. Eu sempre dizia, em tom de brincadeira, que preferia ter quinhentos meninos a ter oitenta meninas no alojamento, de tão desafiador que era lidar com as situações que surgiam.

Essas experiências me ensinaram muito sobre convivência e relações interpessoais. No início, quando comecei no setor, em 2007, a estrutura era bem limitada. Eu costumava dizer que, na época, a equipe era “euquipe”, porque eu fazia praticamente tudo sozinho. Só em setembro daquele ano chegou uma Técnica em Enfermagem, que acabou se tornando meu braço direito durante aquele período.

Com o tempo, tivemos avanços importantes. Lutei junto à gestão para ampliar o quadro de pessoal e conseguimos formar uma equipe multidisciplinar. Vieram as Assistentes de Alunos, a Psicóloga e a Assistente Social. Antes disso, tudo recaía sobre mim — desde o acompanhamento disciplinar até o acolhimento emocional dos alunos. Lembro-me da Psicóloga Fabrícia, que sempre dizia: “Flávio, você faz tudo aqui. Você é psicólogo, é disciplinador, é tudo ao mesmo tempo.” E era verdade, eu precisava exercer

vários papéis porque simplesmente não havia mais ninguém para dividir as responsabilidades. Por isso, naquela época, as punições acabavam sendo mais rígidas, pois não havia estrutura para oferecer um acompanhamento mais de perto.

Com a chegada dos novos profissionais, o trabalho ganhou outra dimensão. A presença da Assistente Social, por exemplo, foi fundamental para mapear situações de vulnerabilidade social. Havia alunos que viviam situações muito difíceis, lembro-me de casos de estudantes que passavam fome em casa e tinham problemas de aprendizado aqui na escola. Em algumas dessas situações, fomos até a residência do aluno para entender o que estava acontecendo e descobrimos realidades muito duras. Após identificarmos esses casos, tomamos providências para garantir que nenhum deles ficasse sem alimentação. Tínhamos, por exemplo, um estudante que morava na cidade; ele chegava de manhã e já tinha o café pronto no refeitório, e à noite só ia embora depois do jantar. Outros, que moravam em outras cidades e haviam perdido a residência por algum motivo, mas apresentavam dificuldades financeiras, também eram autorizados a tomar café e jantar na escola antes de voltar para casa.

Mesmo antes da chegada da Assistente Social, nós já tínhamos o cuidado de oferecer refeições para os alunos que não eram internos, quando havia necessidade. O que acontecia é que, sem uma equipe estruturada, era mais difícil identificar os casos. Ainda assim, quando alguma situação chegava ao nosso conhecimento, nós dávamos um jeito de resolver.

Cheguei a ficar até tarde — muitas vezes até meia-noite — na salinha que tínhamos próxima ao alojamento. Os meninos vinham conversar, desabafar, falar da família, e eu ficava ali ouvindo, orientando, às vezes até dando uma bronca, quando necessário. Tivemos problemas com furtos e outras situações mais graves, e naquela época, a postura precisava ser firme. Adotávamos uma espécie de tolerância zero, sempre dentro do que previa o Código de Ética, aplicando as sanções cabíveis. Foram momentos difíceis, mas de

vários papéis porque simplesmente não havia mais ninguém para dividir as responsabilidades. Por isso, naquela época, as punições acabavam sendo mais rígidas, pois não havia estrutura para oferecer um acompanhamento mais de perto.

Com a chegada dos novos profissionais, o trabalho ganhou outra dimensão. A presença da Assistente Social, por exemplo, foi fundamental para mapear situações de vulnerabilidade social. Havia alunos que viviam situações muito difíceis, lembro-me de casos de estudantes que passavam fome em casa e tinham problemas de aprendizado aqui na escola. Em algumas dessas situações, fomos até a residência do aluno para entender o que estava acontecendo e descobrimos realidades muito duras. Após identificarmos esses casos, tomamos providências para garantir que nenhum deles ficassem sem alimentação. Tínhamos, por exemplo, um estudante que morava na cidade; ele chegava de manhã e já tinha o café pronto no refeitório, e à noite só ia embora depois do jantar. Outros, que moravam em outras cidades e haviam perdido a residência por algum motivo, mas apresentavam dificuldades financeiras, também eram autorizados a tomar café e jantar na escola antes de voltar para casa.

Mesmo antes da chegada da Assistente Social, nós já tínhamos o cuidado de oferecer refeições para os alunos que não eram internos, quando havia necessidade. O que acontecia é que, sem uma equipe estruturada, era mais difícil identificar os casos. Ainda assim, quando alguma situação chegava ao nosso conhecimento, nós dávamos um jeito de resolver.

Cheguei a ficar até tarde — muitas vezes até meia-noite — na salinha que tínhamos próxima ao alojamento. Os meninos vinham conversar, desabafar, falar da família, e eu ficava ali ouvindo, orientando, às vezes até dando uma bronca, quando necessário. Tivemos problemas com furtos e outras situações mais graves, e naquela época, a postura precisava ser firme. Adotávamos uma espécie de tolerância zero, sempre dentro do que previa o Código de Ética, aplicando as sanções cabíveis. Foram momentos difíceis, mas de

muito aprendido. Hoje, com a presença da equipe técnica, tudo é conduzido de maneira mais equilibrada e preventiva.

Quando essa equipe foi formada, não posso dizer que os problemas diminuíram, até porque o número de alunos aumentou bastante. O que mudou foi a forma de lidar com as situações. Passamos a identificar melhor as demandas e a compreender as causas dos conflitos e dificuldades.

Ter um Técnico em Enfermagem dentro da escola, por exemplo, foi uma verdadeira bênção. Durante o período em que essa profissional morou no Campus, sentimos uma enorme diferença. Os alunos se sentiam mais seguros, sabiam que havia alguém ali preparado para ajudar em situações de saúde ou emergência. Eu nem sei como está hoje, já faz alguns anos que não há mais um Técnico em Enfermagem residente, mas, naquela época, a presença dela foi fundamental.

No meu tempo, poucos servidores moravam dentro da escola. Em geral, era eu quem permanecia de sobreaviso aos fins de semana, e, quando eu precisava sair, avisava a Direção. Esse esquema de servidores residentes começou por volta de 2010, quando o Cristiano e a Fernanda vieram para cá. No início, a Fernanda morava na cidade, mas, depois de algum tempo, passou a morar dentro do Campus. A partir daí, o trabalho ficou mais leve, porque, se eu precisasse me ausentar, ela ficava de plantão. Quando era necessário, ela chamava algum motorista para ajudar, já que não dirigia. Mas, na maior parte das vezes, nós dois dávamos conta das demandas, tanto dentro quanto fora da escola.

Lembro de um caso marcante: um aluno havia perdido a residência e estava morando em uma casa na cidade. Um dia, por volta das duas da tarde, recebi uma ligação de um senhor avisando que o rapaz estava caído no chão. Eu e a Fernanda saímos imediatamente da escola e fomos até lá. Encontramos o menino ainda no chão, com febre alta. Colocamos ele no carro e levamos direto para o hospital. Depois ligamos para a mãe, que veio buscá-lo. Ele ficou internado uns três dias e, em seguida, foi para Cacoal. Felizmente,

se recuperou bem, voltou para a escola e conseguiu concluir o curso. São muitas histórias assim, de alunos com dificuldades, mas, graças a Deus, a maioria conseguiu se formar e hoje está bem encaminhada.

Quanto ao transporte, desde o início havia ônibus para trazer os alunos. Sempre tivemos o famoso Marcelo e o seu Josias, que foram os primeiros motoristas. O Josias começou, e depois o Marcelo continuou. Com o tempo, além do ônibus de Colorado, passaram a existir linhas de outras cidades. Primeiro Vilhena, que logo se organizou porque havia servidores morando lá; depois Cerejeiras. Os próprios servidores se uniram em uma associação e compraram um ônibus para o transporte.

Outro grande avanço aconteceu em 2008, quando conseguimos acabar com a cobrança das taxas de alimentação. Até então, os alunos pagavam uma taxa de alimentação. Os residentes contribuía com cerca de R\$1.000,00 por ano, e os semi-residentes, algo em torno de R\$300,00. Para muitas famílias, esse valor era muito alto. Diante disso, implantamos um critério de desconto em 2008, e o Diretor da época abraçou a causa junto aos demais Diretores das Escolas Agrotécnicas. Com o apoio do Governo Federal, foi possível obter um aporte financeiro que cobriu as despesas e isentou completamente os alunos das taxas. A partir de 2009, nenhum aluno do curso técnico precisou pagar pela alimentação, e isso acabou se estendendo também aos cursos superiores, ainda que a legislação versasse especificamente para o técnico.

Ainda em relação à alimentação dos alunos, o refeitório sempre existiu, desde o início das atividades da escola. Era simples, com mesas grandes e bancos compridos, as chamadas longarinas, e servíamos as refeições no sistema de bandejão. Com o passar dos anos, o espaço foi sendo reformado e modernizado. Já passamos por três reformas até chegar à estrutura que temos hoje. O sistema também mudou: deixamos as bandejas e passamos a usar pratos sob bandejas e por último, somente o prato. Contratamos uma Nutricionista e o serviço foi terceirizado, integrando a equipe do DEPAE. Foi uma evolução significativa, tanto na infraestrutura quanto na qualidade da alimentação dos alunos.

Sempre tivemos cantina na escola. Essa estrutura com refeitório, cantina, pátio e banheiros já existia desde o início. Houve reformas ao longo do tempo, claro, mas a base dessas instalações sempre foi a mesma. O que não havia, no começo, era uma sala de estudos para os alunos. Eles assistiam televisão aqui mesmo no pátio. Durante o dia, qualquer um podia assistir, principalmente no horário do almoço, e à noite o espaço era reservado aos alunos. Quando fazia frio, eles traziam cobertores, colchões e se deitavam para assistir filmes ou programas. Depois, com o tempo, construíram a sala de TV e a sala de estudos.

Antes dessas salas, os alunos estudavam na Biblioteca ou nos próprios quartos. Com as reformas realizadas nos alojamentos e, em alguns blocos, retiraram a antessala. Nessa antessala tinha uma mesa grande de madeira com seis cadeiras e quem queria estudar fechava a porta do quarto para não atrapalhar os colegas que estavam dormindo. Quando foi criada a sala de estudos, a situação ficou bem melhor, mas até então, além da biblioteca — que tinha horário limitado —, o quarto era o único espaço disponível para estudar. Mesmo assim, nunca ocupou todos os lugares da mesa; geralmente dois ou três alunos usavam o espaço ao mesmo tempo.

Sobre a cultura dos apelidos, sempre conduzi essa questão de uma forma tranquila, nunca vi grandes problemas nisso. Claro que havia exageros, e quando aconteciam, eram punidos da forma adequada. Mas, no geral, era algo natural e até bonito de ver, porque fazia parte da identidade do período em que passaram aqui, da história; essa é a história deles, e dessa história, até um nome diferente eles levavam, do apelido, do batizado. Muitos ex-alunos eu não lembro pelo nome, mas se falar o apelido, lembro de quase todos. Quando eu estava na coordenação, nossa postura nunca foi de proibir essas práticas, mas de orientar. Sempre deixávamos claro aos alunos que, se alguém não aceitasse o apelido ou a brincadeira, não era para insistir. O problema maior nunca foi o apelido em si, mas o excesso e esses, quando identificados, eram punidos severamente.

Eu mesmo costumo brincar, chamo minha filha caçula de “minha Bagacinha”. Então, nunca vi maldade nesse tipo de apelido quando usado com respeito. Essa era a forma como lidávamos com os alunos: com orientação, conversa e bom senso. Fiquei na coordenação durante os anos de 2007, 2008 e 2009, já no período do IFRO. Antes disso, tive uma breve passagem pelo CGAE nos anos de 1999 e 2000, cerca de um ano e meio.

Mesmo depois que a escola se tornou IFRO, os apelidos continuaram existindo. No período em que estive na coordenação, isso nunca deixou de fazer parte do cotidiano dos alunos. O que realmente diminuiu foram os excessos, as situações que ultrapassavam o limite e se configuravam como bullying. Mas, de modo geral, o uso de apelidos sempre foi tranquilo, nunca tivemos problemas sérios por causa disso. Desde aquela época, nossa orientação era clara: se alguém não gostar, é preciso respeitar. Muitos alunos, quando se sentiam desconfortáveis, vinham conversar conosco; então chamávamos todos os envolvidos e resolvíamos com diálogo, explicando o que era aceitável e o que não era. Essa postura ajudou muito a organizar e equilibrar essa questão, mantendo o que havia de positivo na tradição, sem permitir os exageros. E, para registro, não vejo problema em ser identificado pelo meu nome.

Leandro Dias da Silva

“Tudo o que eu aprendi no curso técnico foi essencial para essa trajetória, foi o conhecimento adquirido como aluno, que me fez passar no concurso.”

Eu sou de São Miguel do Guaporé e conheci a Escola Agrícola na época em que ela fazia divulgação nas escolas da região. As equipes se dividiam para percorrer todo o estado de Rondônia — uma ficava responsável pelo Vale do Guaporé, outra seguia até Humaitá — e essa divulgação era feita pelos próprios servidores da instituição. Em uma dessas visitas, colocaram um cartaz na escola onde eu estudava, e foi assim que descobri a Escola Agrícola.

Na época, eu tinha um professor que ministrava uma disciplina voltada para práticas agrícolas — não me lembro exatamente o nome, talvez Técnicas Rurais. Nós tínhamos um pequeno canteiro na escola, onde cuidávamos de hortaliças, como alface e cheiro-verde. Esse professor falava muito bem sobre as escolas agrícolas, dizia que era uma ótima oportunidade. Cheguei até a conversar com um aluno da Escola Agrotécnica Abaitará, em Pimenta Bueno, mas acabei desanimando, porque as referências que recebi de lá não foram boas, mas quando vi o cartaz na Escola Princesa Isabel, em São Miguel, eu voltei a me animar.

Fiz a inscrição, realizei a prova de seleção e, algum tempo depois, a lista de aprovados foi divulgada no mural da escola e descobri que havia passado para estudar na Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste, antiga EAFCOL. Na época, só existia o curso Técnico em Agropecuária, e tudo era feito de forma manual. Eu nunca tinha vindo para essa região, porque, na verdade, minha família e eu não somos de Rondônia —

viemos de Goiânia em 1994, e em 2000 eu ingressei na Escola Agrícola.

Tudo era novidade: preparar a mudança, comprar caixas e materiais. Viajamos de ônibus, porque não era comum ter carro naquela época. Chegamos a Colorado um dia antes do início das aulas e ficamos em um hotel. No dia seguinte, seguimos para a Escola, pegando carona com o pai de um rapaz que depois se tornou meu colega de quarto. Como morava longe, precisei ser residente.

Desde o primeiro momento, a Escola me pareceu imensa, muito diferente de qualquer outra que eu conhecia, foi uma experiência marcante. Sempre digo isso aos alunos novatos e também ao meu filho — que atualmente cursa o Técnico em Agropecuária — e ao meu sobrinho, que também é Técnico formado aqui: a Escola Agrícola, hoje IFRO, abre muitas portas; basta saber aproveitar as oportunidades.

Na minha época, o ensino era muito exigente. Tenho a impressão de que, ao longo do tempo, houve certa perda na qualidade da formação técnica. Antes, os alunos saíam realmente prontos para o trabalho, formados como técnicos competentes. Eu concluí o curso em 2002 e, no ano seguinte, em 2003, fiz o concurso público. Em 2004, ingressei como servidor na mesma instituição onde havia estudado. Portanto, já são cerca de 25 anos em Colorado, sendo 21 deles dedicados ao trabalho na Escola. Ao longo desse tempo, pude perceber muitas mudanças.

Naquele tempo, a Escola moldava o caráter do aluno, ensinava responsabilidade e compromisso. Para nós, residentes, a responsabilidade era ainda maior. Não havia funcionários terceirizados — eram os próprios alunos que cuidavam de tudo, e isso gerava um forte sentimento de pertencimento. Durante a semana, tínhamos aulas e ajudávamos nos setores produtivos; nos fins de semana, os residentes ficavam responsáveis pela manutenção geral da instituição, a Escola era como a nossa casa. Cuidávamos da jardinagem, dos animais — aves, suínos, bovinos —, da limpeza. Varriam-se os bloquetes que ligavam o refeitório ao ginásio com vassourões; recolhíamos o lixo, lavávamos as salas e os banheiros do pátio aos fins

de semana. Hoje, com a terceirização, isso mudou completamente, mas naquela época, essas atividades nos faziam compreender a importância de cada processo.

Os alunos também participavam do funcionamento do refeitório e da agroindústria. Existiam escalas que determinavam quem ajudaria em cada setor. Metade da turma ia para a agroindústria e a outra metade auxiliava no refeitório. Nós não cozinávamos, pois havia os cozinheiros e auxiliares, mas ajudávamos a descascar alimentos, catar feijão, lavar louça e utensílios. Tudo era uma forma de aprendizado e de colaboração com a rotina da escola.

Desde o início, percebia que a Escola tinha algo diferente. Existia um sentimento real de pertencimento à instituição, acredito que isso contribuía muito para a nossa formação. Fui aluno da primeira turma de 2000 — a primeira a receber alunos de 15 anos. Antes disso, quem estudava aqui já era adulto. Eu e meus colegas mais jovens convivíamos com pessoas de mais de 30 anos, que vinham em busca do curso técnico com um olhar muito mais direcionado.

Morei na residência estudantil, e éramos oito alunos por quarto. No começo, claro, houve um período de adaptação. Hoje chamariam de bullying, mas, sinceramente, não via dessa forma — era apenas um processo de integração. Depois, tudo se tornava normal, e criávamos laços de amizade muito fortes.

Na minha visão, a Escola Agrotécnica tinha um grande diferencial: a qualidade do ensino técnico. As disciplinas do médio e do técnico eram separadas, o que favorecia muito o aprendizado. Pela manhã, estudávamos as matérias do ensino médio; à tarde, as do técnico — e essas aulas aconteciam no campo, nas UEPs (Unidades de Ensino e Produção). Cada unidade tinha sua própria sala, e o ensino era prático, vivencial. Se o professor soubesse que estava acontecendo algo interessante, como uma castração, o parto de uma porca ou a descorna de um animal, ele simplesmente nos chamava: “Venham ver como é que se faz.” Assim, aprendíamos na prática, no ambiente real.

Hoje vejo que isso mudou, as aulas ficaram concentradas nas salas dos prédios administrativos e o contato direto com o campo diminuiu. Naquela época, passávamos quatro horas por dia no campo; tínhamos 4 aulas do ensino médio pela manhã, e à tarde 4 aulas das disciplinas técnicas, lá nas UEPs. Então, o contato com a parte técnica era muito maior, e acredito que isso fazia toda a diferença.

Com o passar dos anos, percebi que os alunos começaram a sair mais voltados para o ensino médio, e menos para o técnico. No entanto, as Escolas Agrícolas e o Instituto Federal de Rondônia foram criados justamente para fortalecer o ensino técnico — esse deveria ser o carro-chefe. Hoje, quem ocupa esse espaço é a graduação.

Quando eu estudava, só existia o curso técnico. Às 17h, a escola esvaziava: quem morava em Vilhena ou em Colorado, ia embora, e ficavam apenas os residentes. Fiz o curso técnico completo e, por conta de uma mudança na lei, tivemos que cursar um pós-técnico — uma espécie de complementação. A formação foi dividida em agricultura, zootecnia e agroindústria, mas essa estrutura não deu muito certo e logo voltaram ao modelo anterior.

No fim, formei-me Técnico em Agropecuária, com uma habilitação em Fruticultura, que, na época, era o equivalente ao terceiro ano do curso técnico. Eu precisava dessa complementação para continuar morando na residência, caso contrário, teria que sair. Quando concluí o curso, voltei para casa com a sensação de que estava pronto para conquistar o mundo, mas a realidade foi bem diferente.

Voltei para Goiás, não para Goiânia, mas para uma cidade do interior, acreditando que tudo seria mais fácil — e não foi. Quase um ano depois, precisei retornar a Rondônia. Trabalhei por um tempo em uma casa agropecuária, em São Miguel, como Técnico Agrícola, mas logo percebi que não era aquilo que eu queria. Via colegas com muitos anos de casa e sem perspectiva de crescimento. Então, decidi sair. Voltei a morar no sítio e resolvi estudar.

Não tinha dinheiro para cursinho, então estudei por conta própria, durante seis meses, com o objetivo de ingressar no curso de Agronomia, como uma sequência do curso técnico. Tentei o vestibular na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em Rolim de Moura, mas não consegui aprovação. Foi então que a vida deu outra reviravolta.

Meu irmão mais novo estudava na Escola e, numa ligação que fiz para tratar da rematrícula dele — ainda no tempo do orelhão e do cartão telefônico —, porque sempre vinha algum familiar e hoje ainda continua assim. Alguém da família vem, fala sobre a instituição e acaba arrastando outras pessoas. O Diretor comentou comigo que estavam abertas as inscrições para um concurso para trabalhar como técnico na instituição. Era uma quinta-feira, e o prazo de inscrição terminava no dia seguinte. Eu nem sabia o que era um concurso público! Ele me explicou que era para trabalhar como técnico e passou o endereço do site — algo totalmente novo para mim.

Saí do orelhão, fui até uma lan house e pedi ajuda ao rapaz que trabalhava lá para fazer a inscrição. Ele preencheu tudo e gerou o boleto. A taxa era de quatorze reais e alguns centavos; eu tinha vinte reais no bolso. Fiquei em dúvida se pagava ou não, pois eu estava sem trabalhar, mas resolvi arriscar. Fiz o pagamento, mesmo sem ver o edital e sem ter o conteúdo programático.

Voltei para o sítio e esperei o dia da prova. Quando chegou a data, vim para Colorado, fiz a prova e voltei para casa, sem grandes expectativas. Na verdade, eu estava mais concentrado no sonho da UNIR. Fiz a prova com tranquilidade, sem pressão. Quando saiu o gabarito, vi que acertei 67% das questões, e a nota de corte era 60%; confesso que fiquei desanimado. Achei minha nota baixa e não botei muita fé.

Um tempo depois, meu irmão — que ainda estudava na Escola — viu o resultado no mural e deu um jeito de me avisar. A comunicação era difícil naquela época, ele precisou ligar para um vizinho e pedir para mandarem um recado para mim no sítio, dizendo que eu retornasse a ligação.

Quando finalmente consegui falar com ele, disse que eu tinha passado, mas eu achei que fosse brincadeira. Mesmo assim, peguei uma carona para a cidade e fui até o mesmo orelhão de antes, de onde tinha feito a inscrição. Liguei para a Escola, e a ligação caiu na guarita. Como eles tinham a lista dos classificados, perguntei se o meu nome estava na lista, e o rapaz respondeu: “Tá aqui, em primeiro lugar.” Eu fiquei em silêncio por alguns segundos, desliguei, sem acreditar muito. Liguei de novo, mudei o tom da voz para disfarçar e perguntei de outra forma, só para confirmar, e ele repetiu: “Sim, você passou, está classificado em primeiro lugar.” A ficha demorou a cair, eu fiquei muito feliz, mas, ao mesmo tempo, eu não tinha lido o edital, não sabia o valor do salário, nem o que exatamente iria fazer. Tudo o que eu sabia era que tinha passado. Pouco tempo depois, chegou uma carta em casa confirmando a minha aprovação no concurso (risos) — e foi assim que começou a minha trajetória como servidor público.

Saí da condição de egresso e voltei para a Escola, agora como servidor. Lembro que quase não consegui assumir o cargo, porque morava no sítio e como não estava trabalhando, eu não tinha recursos para a mudança. O Diretor, que tinha o telefone de um vizinho nosso, ligou avisando que o prazo para tomar posse estava acabando e insistiu para que eu viesse. Eu expliquei que não teria condições de pagar o aluguel nem de mobiliar a casa. Ele respondeu: “Vem assim mesmo, a gente dá um jeito. Tem uma república onde moram alguns servidores, e você pode ficar lá.”

Fiz os exames médicos — na época era algo simples, um atestado feito no SUS mesmo —, reuni os documentos e voltei para Colorado e o dia 15 de março de 2004, marcou o meu retorno à Escola Agrícola, como servidor. Eu fui o primeiro egresso a tomar posse e logo depois veio a Danieli Schabo, que hoje trabalha no refeitório, e, em seguida, outros colegas. Trabalhei em vários setores: agroindústria, suinocultura, fruticultura e, atualmente, estou no laboratório de solos. Tudo o que eu aprendi no curso técnico foi essencial para essa trajetória, foi o conhecimento adquirido como aluno, que me fez passar no

concurso, já que nem sequer tive acesso ao edital para estudar. Foi o que abriu as portas para eu estar aqui hoje. Tenho muito orgulho do que faço. Ao longo desses quase vinte e cinco anos, já tive outras oportunidades, poderia ter prestado novos concursos, mas escolhi permanecer. Acredito que isso é um misto de apego e gratidão.

Nunca perdi o entusiasmo pelo trabalho, mesmo depois de tanto tempo, continuo otimista, com energia e vontade de contribuir. Sei que é comum, com os anos, alguns servidores criarem certos vícios, mas comigo foi o contrário: mantenho a mesma disposição de quando comecei. Sempre que posso, falo sobre o quanto a Escola Agrotécnica — ainda uso esse nome com carinho — foi importante.

Ela mudou a minha vida, foi ali que encontrei um caminho, primeiro como estudante e depois como profissional. A instituição me deu oportunidades, me formou e me acolheu novamente. E, mesmo com todas as transformações e com o nome de Instituto Federal de Rondônia, a essência da Escola continua viva em mim.

Lembro-me que antigamente, existiam muitos elementos que remetiam à antiga Escola Agrotécnica, como cortinas com a logo da escola. Conversando com alguns servidores e até com a direção, cheguei à conclusão de que quase nada disso restou. Quando a instituição tornou-se Instituto Federal de Rondônia (IFRO), parece que muitos desses materiais perderam a serventia e acabaram sendo descartados. É uma pena, porque pouca coisa foi guardada como memória. Se hoje alguém quiser resgatar esse passado da Escola Agrotécnica, acredito que vai encontrar apenas algumas fotos, guardadas em caixas, espalhadas em algum canto.

Sobre a minha adaptação à Escola, lembro bem de como era naquele tempo. Os alunos novatos, como eu, chegavam à instituição um bom tempo antes dos Veteranos, esse período era chamado de “semana de adaptação”. Era uma espécie de imersão nas atividades práticas do curso técnico, para que o estudante

pudesse identificar se havia identificação com o curso. Chegávamos cerca de uma semana antes do início das aulas — talvez até mais — e começávamos a trabalhar diretamente com as atividades de campo: fazíamos silagem, cuidávamos de aves e suínos, plantávamos e aprendíamos o dia a dia da lida rural. Essa fase era importante porque nem todos se identificavam com o curso e acabavam desistindo, abrindo vaga para outro candidato, sem prejuízo para ninguém.

Lembro com nitidez do armazenamento da silagem. Os silos eram enormes, pareciam poços, com cerca de oito metros de profundidade — pelo menos era assim que eu enxergava na época, talvez por ser menor. O processo era todo manual: o capim era cortado, os alunos desciam para o fundo do silo e pisoteavam o material para retirar o ar, enquanto outros iam jogando a silagem de milho por cima.

Depois daquela primeira semana de adaptação, chegavam os Veteranos — e com eles vinha toda uma cultura muito própria da Escola Agrotécnica. Hoje em dia, talvez isso não seja mais permitido, mas naquela época era algo visto com naturalidade. Existia o costume de apelidar os alunos, algo que fazia parte da tradição da escola. Havia uma espécie de hierarquia simbólica entre as turmas: os alunos do primeiro ano eram chamados de “Bagaço”, os do segundo eram os “Pé quebrado” e, no terceiro ano, vinham os “Veteranos”. Ninguém enxergava isso como bullying — era algo cultural, entendido de forma leve: “hoje você é Bagaço, amanhã será Veterano”. Essa dinâmica fazia parte do processo de adaptação e integração entre os alunos. No começo havia certa pressão, especialmente nos primeiros dias, mas depois todos se ajudavam.

Sobre o apelido atribuído durante o “batismo” o meu apelido era e ainda é “Sequinho”. Até hoje, os professores e colegas me chamam assim. E o mais engraçado é que isso nunca foi visto de forma negativa, era algo natural, fazia parte da cultura da Escola. A gente não via como ofensa ou bullying, era uma tradição. Eu conheço colegas com quem estudei há mais de 25 anos e lembro do apelido de cada um, mas, se for pra dizer o nome verdadeiro, muitos eu nem sei! E o curioso é que essa cultura passou de geração

em geração. Cada novo professor que chegava aprendia os apelidos e ia repassando.

A maioria dos alunos residentes vinha de famílias com grandes dificuldades financeiras. Havia poucos que tinham uma situação mais confortável — talvez 1% da turma —, o restante realmente precisava da moradia estudantil para conseguir estudar.

Naquela época, para estudar na Escola Agrotécnica não era totalmente gratuito, havia uma taxa cobrada dos alunos para ajudar nas despesas com a alimentação. Se não me falha a memória, o valor anual era de cerca de mil reais, o que equivale nos dias de hoje a quase dez salários mínimos; uma quantia considerável.

Eu me lembro que meus pais precisaram vender três vacas para pagar o primeiro ano. O pagamento era dividido: metade no início e metade no meio do ano. Era um esforço enorme, mas ninguém queria desistir. Apesar das dificuldades, a escola tinha algo especial, uma energia, um espírito de comunidade muito forte. Quem não tinha condições financeiras não ficava desamparado. Muitas vezes, os professores se reuniam para ajudar os alunos que não podiam pagar. Então, embora existisse essa taxa, a escola sempre dava um jeito de acolher quem a procurasse. Havia a possibilidade de isenção dessa taxa, que variava de 25%, 50%, 75% ou 100%, conforme a situação financeira de cada estudante. Essas isenções funcionavam de modo parecido com os auxílios que existem hoje, com a diferença, que o aluno não recebia o dinheiro.

Em contrapartida, esses alunos ajudavam nas atividades da escola. Éramos chamados de “bolsistas”, e essa contrapartida não era vista como punição. Quando havia um evento, uma reunião de pais, ou qualquer necessidade na instituição, chamavam os bolsistas. A gente entendia aquilo como algo justo: a escola nos ajudava, e nós também contribuíamos com o funcionamento dela.

Não havia terceirização, então, muita coisa era feita pelos alunos. E, na maior parte das vezes, os residentes eram os que mais participavam dessas atividades. Isso, na minha opinião, fazia diferença na formação. Até hoje eu acredito que os alunos residentes desenvolveram um senso maior de responsabilidade.

de e compromisso. Essa história da taxa acabou marcando tanto a imagem da instituição que, até hoje, muita gente ainda acha que estudar no IFRO é pago.

Acredito que essa questão da contrapartida moldou muito a nossa personalidade. A vida é assim: quando você recebe algo, também precisa dar algo em troca, isso ajuda a criar responsabilidade. Na minha visão, tudo o que vem fácil demais acaba sendo pouco valorizado. E lá na Escola era diferente, a gente valorizava muito o que tinha, porque sabíamos o quanto custava estar ali. Falo especialmente como residente, porque vivi isso, a gente se sentia parte da Escola, mesmo fora do horário das aulas. Por exemplo, se havia o parto de uma porca previsto para determinado dia — existia um calendário organizado na suinocultura —, nós nos oferecíamos para acompanhar, ninguém era obrigado a ir, mas nós queríamos estar ali. Quando terminavam as aulas, às cinco da tarde, a gente jantava e seguia para o setor. Dormíamos em beliches num alojamento próximo, e fazíamos uma escala: a cada meia hora ou uma hora, um ficava de vigia, observando a porca, esperando o início do parto. Quando o parto começava, todo mundo acordava e corria para ajudar. Eu tinha 16, 17 anos, e a gente já sabia o que fazer — limpar os leitões, amarrar e cortar o umbigo, cortar os dentinhos, colocar para esquentar no escamoteador, ajudar a mamar o colostro. Não tinha servidor acompanhando, era tudo com os alunos.

Havia uma espécie de hierarquia entre nós, tínhamos os monitores e os plantonistas. O monitor geralmente era um aluno do segundo ano, ou do terceiro, que orientava e supervisionava o trabalho. Nunca era o aluno do primeiro ano sozinho, sempre havia alguém com mais experiência para ensinar, acompanhar e garantir que tudo fosse feito corretamente. E é como dizem: quando a gente ensina, aprende mais.

De certa forma, funcionava como uma empresa. O aluno do terceiro ano era como um gerente, cuidava do setor; o do segundo era o supervisor; e os do primeiro executavam o trabalho. Essa estrutura formava líderes, pessoas que sabiam trabalhar em equipe, coordenar e tomar decisões.

Então, o monitor, supervisionava os alunos do primeiro ano e o plantonista, passava pelos setores para verificar se estava tudo certo. Eu não sei se isso foi algo planejado pela escola na época, mas acredito que ajudou muito na formação profissional e pessoal.

Ser plantonista era uma conquista. Ninguém recebia bolsa, não havia pagamento. Era uma questão de mérito e reconhecimento: “Você tem capacidade para ser plantonista”. E isso nos enchia de orgulho. A gente queria ser bom o suficiente para ser escolhido.

O foco da Escola naquela época, era formar técnicos, profissionais prontos para atuar no campo, não apenas para seguir para o ensino superior. E esse modelo funcionava muito bem, porque nos fazia viver a rotina de um profissional. Hoje, as coisas mudaram bastante, o foco passou a ser preparar o aluno para a faculdade, e o contato com as atividades práticas diminuiu muito. Atualmente, o aluno tem duas horas por semana de prática e com várias restrições, porque algumas atividades são vistas como “trabalho”. Tudo ficou muito delicado e quem mais perde com isso são os alunos, que deixam de vivenciar experiências que realmente formam.

Acredito fielmente que essa vivência ajudou a formar o nosso senso de responsabilidade. Se nos fosse delegado uma atividade, como preparar uma medicação, fazer a ração, cuidar dos animais, fazíamos com atenção para evitarmos erros, pois um erro, poderia custar a vida de um animal. E quem demonstrava compromisso, era reconhecido pela escola, através dessas funções de monitor ou plantonista. Isso era uma honra, porque mostrava que você era um aluno de destaque e em cada setor havia um aluno que se sobressaía e ajudava os demais. Não era só o professor que ensinava: os alunos também ensinavam uns aos outros, do jeito deles, mas com muito valor técnico.

Eu sempre lembro da suinocultura, que me marcou muito. Nós dormíamos lá de vigília para acompanhar os partos. Isso aconteceu várias vezes comigo e com outros colegas também. Existia uma escala: quando

havia previsão de parto, a gente se organizava para dormir lá, porque à noite não havia técnico de plantão. Então, nós assumíamos esse papel. O vigilante da ronda passava e perguntava: “Está tudo bem por aqui?”. E a gente respondia: “Tá sim!”.

No outro dia, passávamos o relatório ao técnico responsável: quantidade de leitões nascidos, se algum morreu, se houve algum problema. E já sabíamos o que vinha depois: aplicar ferro, acompanhar o desenvolvimento, observar o comportamento das matrizes. Tudo isso era aprendido na prática, porque vivíamos essa rotina diariamente.

Hoje, alguns alunos reclamam de repetir as mesmas atividades várias vezes, mas eu sempre achei que a repetição nos dava segurança. A prática constante criava confiança para o futuro profissional, e não era apenas conhecimento técnico — era formação de caráter, de liderança, de postura profissional. Eu acredito que muitos desses alunos, se hoje forem estudados, devem ter se destacado no mercado de trabalho. Sem dúvida, toda essa experiência me ajudou muito quando me tornei servidor. Acho que nunca perdi esse vínculo afetivo com a Escola. Tenho um sentimento de zelo, de pertencimento muito forte. Desde 2000, quando entrei como aluno, eu carrego essa ideia: “vamos cuidar, é nosso”.

Fico realmente entristecido quando vejo vandalismo, descuido, desperdício. Lembro de uma vez, já como servidor, em que os alunos recebiam um kit com bolacha de água e sal, e muitos jogavam fora. Aquilo me doía, porque na minha época a gente comprava com muito sacrifício. Éramos em oito colegas, e se alguém conseguisse comprar um pacote de bolacha, dividia em partes iguais. Era uma solidariedade bonita, porque todos sabíamos o quanto era difícil e todos estávamos ali, tentando mudar de vida. Por isso eu digo: é uma pena que a contrapartida tenha se perdido. E não para ter alguém que ajudasse nos trabalhos da Escola; e sim, alguém que cuide, que a queira bem. Hoje, os auxílios financeiros são importantes, claro, mas, às vezes, percebo que o sentido se perdeu. O estudante recebe a bolsa, mas não desenvolve o mesmo sentimento de

gratidão ou de pertencimento, está ali pela bolsa.

A alimentação na Escola era simples, havia o lema “aprender para fazer, fazer para aprender” e isso se aplicava inclusive na cozinha, a gente comia o que produzia. Por isso, as carnes mais comuns eram as de frango e de suíno, que eram criadas em maior quantidade. Hoje em dia, se repetir dois dias seguidos um mesmo tipo de carne, já é motivo de reclamação. Mas, na nossa época, não havia essa insatisfação — nós entendíamos que comíamos o que nós mesmos produzíamos. As hortaliças vinham todas da horta da Escola; nada era comprado. É claro que a Escola cresceu muito — à época tínhamos cerca de 500 ou 600 alunos, e hoje esse número é mais que o dobro —, mas naquela época o envolvimento dos alunos com o processo produtivo era muito maior.

O leite que bebíamos, por exemplo, era ordenhado manualmente pelos alunos residentes. Todos os dias, às cinco da manhã, havia um grupo responsável por isso. Eles faziam a ordenha, colocavam o leite nos galões e levavam até o refeitório, numa carroça de tração animal. Cada um tinha uma responsabilidade, e todo mundo participava.

Todo mês havia abate de frangos, porque era necessário produzir bastante carne para alimentar tanta gente. Inclusive, o nome do setor de produção refletia essa prioridade: na época era chamado de DEPROD — Departamento de Produção —, porque a principal função era produzir parte dos alimentos que seriam consumidos pelos alunos. Hoje mudou, chama-se DIEPE — Departamento de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão, o que mostra que o foco mudou.

Após as refeições, cada aluno lavava seu próprio prato e talheres, era como se estivéssemos em nossa própria casa: havia o senso de que todos precisavam colaborar. Mas naquela época não existia a ceia noturna, então, ficávamos cerca de doze horas entre o jantar e o café da manhã. Jantávamos às seis da tarde e comíamos novamente às seis da manhã, por isso, valorizávamos muito quando alguém tinha uma

bolacha de água e sal para dividir por volta das oito ou nove da noite.

A cantina sempre existiu, mas, em geral, os alunos residentes não tinham condições financeiras para comprar os alimentos lá. Por isso, a refeição servida no refeitório era o que tínhamos e valorizávamos muito. Eu, pessoalmente, sempre achei a alimentação da Escola muito boa — inclusive, almocei lá recentemente e continuo achando excelente. Fico triste quando vejo pessoas reclamando, e não falo só de alunos, mas também de servidores.

Eu sempre parto do princípio de que, se a pessoa não está satisfeita com a comida, é só não comer. Traz de casa ou vai à cidade buscar o almoço. O que eu acho injusto é reclamar. Naquele tempo, por exemplo, a gente produzia iogurte e queijo; quando não produzia, o café da manhã era leite e pão com manteiga. Houveram períodos em que na agroindústria, foi produzido até presunto. As aulas práticas na área de alimentos eram realmente práticas: a gente não só via, a gente fazia. Produzíamos linguiça, doces, queijos, conservas... era um ensino que exigia o domínio da teoria e da prática.

Ainda sobre a participação dos alunos nas atividades da escola, lembro-me que os alunos da ordenha, por exemplo, não participavam de outras atividades porque o trabalho na ordenha era mais exigente, não se tratava apenas de tirar o leite, era preciso cuidar dos bezerros, havia uma comunicação constante entre o servidor responsável e os alunos, porque existia uma corresponsabilidade. E esse trabalho não era algo individual; era coletivo. O que cada um fazia, fazia por todos. Quem tirava o leite, tirava para que todos pudessem beber, para que houvesse leite para a produção na agroindústria. Os servidores estavam sempre presentes, mas os alunos estavam inseridos no processo. Atualmente, essa inserção se perdeu, há terceirizados para quase tudo, e tem aluno que passa três anos estudando aqui e nem sabe onde fica a ordenha.

Eu sinto que aquilo me formou muito e talvez eu seja até exigente demais com isso hoje, mas acredito

que se cada servidor fizesse o básico — não estou nem falando do mínimo, mas o básico mesmo — a Escola funcionaria de outra forma. Temos uma estrutura enorme, mas muitos setores não conseguem funcionar por falta de mão de obra, sendo que poderia integrar novamente o ensino e a prática.

Muitos professores não querem dar aula no campo, e eu questiono isso. Afinal, a Escola é técnica, como não ter aula no campo? É claro que alguns alunos não gostam, isso é natural, mas eles precisam entender que, ao ingressar no IFRO, o pacote inclui tanto o ensino médio quanto o técnico.

Eu já fui conversar sobre isso em vários setores — no DAPE, com o Coordenador do Curso Técnico, com o Diretor de Ensino —, e muitas vezes a resposta é que “as pessoas não valorizam o que é antigo”. Mas, sinceramente, eu vejo o contrário, o modelo de sucesso estava no passado, não em tudo, claro, mas principalmente nessa inserção dos alunos nas atividades da Escola.

Não sei exatamente como, mas sei que é possível, porque já foi assim no passado. Hoje parece que se criou uma cultura de fazer o mínimo possível, e o mais curioso é que mesmo fazendo pouco, ainda reclamam. Eu já acompanhei situações em que os alunos tinham pouquíssimas responsabilidades e, ainda assim, reclamavam. Mas, se o nosso curso carro-chefe é o Técnico em Agropecuária, e sempre foi, então precisamos repensar algumas práticas.

Lá atrás, a Escola tinha uma imagem muito positiva, não apenas dentro do Estado, ela era uma referência nacional. Quando eu estudei aqui, tínhamos alunos de São Paulo, do Acre, do Amazonas, do Humaitá... e olha que nem havia internet naquela época. Mesmo assim, as pessoas sabiam que existia uma Escola em Colorado do Oeste que oferecia um curso de qualidade. Isso mostra o prestígio que a instituição tinha. Ainda hoje essa imagem positiva existe, mas eu confesso que tenho medo de que um dia ela se perca.

Leandro Cecílio Matte

“Nós estudávamos um período aqui nos blocos administrativos de sala de aula, e um período lá na sala de aula das UEPs [...]. Era uma vivência de campo realmente muito, muito presente, acho que fazia toda a diferença na formação acadêmica dos alunos.”

Lembrar da minha trajetória como aluno, da minha passagem pela antiga Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que era o nosso orgulho e continua sendo até hoje, é muito gratificante. A instituição iniciou suas atividades em 1995, e eu entrei aqui em 2001.

Naquela época, eu ainda era adolescente e estudava o ensino fundamental em Colorado. Via os alunos da Escola Agrotécnica e sentia um enorme desejo de fazer parte daquela história, de viver aquele ambiente. Já existiam os jogos escolares, que promoviam a interação entre os estudantes da Escola e os da cidade, e isso me encantava. Desde muito pequeno, eu sempre gostei de lidar com animais — com apenas dois anos de idade, já demonstrava esse interesse. Então, o meu sonho era estudar aqui para aprender mais sobre a área de produção animal. Eu nem imaginava que, futuramente, seguiria a formação na área de Ciências Agrárias, mas sabia que queria ser Técnico Agrícola.

Na época, o curso se chamava Técnico Agrícola, e havia três habilitações: Zootecnia, Agricultura e Agroindústria. Eu optei pela habilitação em Zootecnia. Participei de um processo seletivo que era praticamente um vestibular, com a aplicação de uma prova de conhecimentos gerais a respeito da área

escolhida. No meu caso, como optei pela habilitação em Zootecnia, as perguntas eram voltadas à produção animal. Eram questões básicas, compatíveis com o nível de quem vinha do ensino fundamental, mas bem práticas. Lembro de perguntas como: “Como é feito o plantio de determinada cultura?”; “Quais ferramentas são usadas na ordenha de uma vaca?”; “Quais cuidados são necessários para manter a saúde dos animais?”; “Quantos ovos uma galinha bota por dia?”. Essas questões simples ajudavam a selecionar alunos que realmente tinham afinidade com o campo e interesse pela área, acho que isso fazia toda a diferença. Lembro como se fosse hoje, o dia em que recebi a notícia da minha aprovação foi uma verdadeira festa em casa, uma alegria enorme (risos).

Hoje, a gente vê um perfil diferente de estudante, com aspirações mais diversas e muitas vezes voltadas para outras profissões. Mas naquela época, a profissão de Técnico Agrícola era muito valorizada, era uma carreira bem vista, com boas oportunidades e salários atrativos para aquele contexto. Especialmente nos cursos subsequentes, havia muitos estudantes mais velhos, com 20, 25 anos, que buscavam se firmar profissionalmente. Eu tinha 14 anos e estudava com colegas de 25, 30 e até 32 anos. Essa diversidade tornava o ambiente muito rico, mas também despertava certa ansiedade no início, especialmente por causa dos trotes. A gente ficava com medo, sem saber o que esperar, o medo vinha muito mais da expectativa dos calouros do que por qualquer tipo de violência real. Não havia agressões físicas ou algo do tipo. As “obrigações” que tínhamos eram mais simbólicas, como buscar água para o tereré durante uns vinte dias, algo nesse sentido. Era mais uma forma de mostrar submissão e respeito aos “Veteranos”, mas nada que passasse dos limites.

Talvez eu tenha sentido mais essa pressão, porque sempre fui muito tímido. Antes de entrar aqui, minha rotina era basicamente ir à escola e voltar para casa; não tinha um círculo social muito grande. Então, quando cheguei à Agrotécnica, eu estava ansioso, sem saber o que esperar. E logo na chegada, os “Vetera-

nos" já estavam lá, esperando na escadaria, gritando, fazendo brincadeiras, era mais um susto mesmo. Naquela época, não se falava em bullying como se fala hoje, tudo era tratado como uma espécie de rito de passagem: você precisava passar por aquilo para “ser aceito” e conquistar o seu espaço dentro da Escola. E, de certa forma, isso criava uma ligação muito forte entre os alunos. O trote durava cerca de uma semana; depois, tudo virava brincadeira, festa e amizade. Era uma tradição que criava laços de amizade entre “Bagaços” e “Veteranos” e inclusive, os “Pé quebrados”. Com isso, não levava um ano para conhecer todo mundo, porque essa integração acabava ajudando bastante.

Uma tradição interessante era o “batismo”: cada ingressante recebia um apelido dado por um “Veterano”, que se tornava seu padrinho durante todo o curso. Segundo a tradição, o apelido passava a ser o seu nome, e o seu nome, virava um apelido. Então, todo mundo se chamava pelo nome de batismo da EAF, que era o apelido que o pessoal colocava (risos). Primeiramente, batizaram-me de “Biela”, e eu nem sabia o que isso significava. Depois descobri que era uma peça do motor de carro ou trator (risos), mas não fazia sentido nenhum, então o apelido não pegou. Depois começaram a me chamar de “Cabeção” (risos), porque eu era bem magrinho e minha cabeça parecia meio desproporcional ao corpo. Esse, sim, pegou e eu fui o “Cabeção” até o final do curso. Mas eu levava tudo numa boa, ninguém me chamava pelo meu nome, praticamente, era só “Cabeção”. Quando eu encontro meus colegas de turma, geralmente lembro primeiro do apelido, não do nome. É muito mais fácil de lembrar, até porque é único. Quantos Joões, Anas ou Marias existiram na época? Agora, “Cabeção” eram poucos (risos). Raramente alguém se referia ao outro pelo nome verdadeiro, principalmente entre os colegas mais próximos.

O padrinho tinha o papel de orientar, apaziguar possíveis contendas e proteger o afilhado de possíveis exageros. Por exemplo, às vezes os “Veteranos” estavam no pátio da cantina e pediam para um “Bagaço” buscar água lá na ZOO3, que era um ponto longe, mas com água mais gelada, só que era uma caminhada e

tanto, com uma garrafa de dez litros na mão. Então, se alguém te chamava para essa tarefa e o seu padrinho estava por perto, ele intervinha, dava uma aliviada. Eu, pessoalmente, nunca passei por nenhuma situação em que meu padrinho precisasse intervir de forma mais séria. Mas houveram casos em que algum “Veterano” se desentendia com algum “Bagaço”, e o padrinho chegava para apaziguar.

Em pouco tempo, eu já estava completamente integrado. Cerca de um mês e meio depois do início das aulas, eu já participava dos grupos de segundo e terceiro ano, dos jogos de futebol e de vários outros projetos. A Escola era menor naquela época, devia ter uns 300 alunos no total, então, era mais fácil conhecer praticamente todo mundo. Todos os dias, nós, “Bagaços”, pedíamos a bênção aos “Veteranos”. A bênção era pedida aos padrinhos e aos “Veteranos” – todos do terceiro ano. Na hierarquia, os calouros eram os “Bagaços”, os alunos do segundo ano eram os “Pés quebrados”, e os do terceiro, os “Veteranos”. Quem realmente conduzia o trote e recebia os ingressantes, eram os “Veteranos”, mas os “Pés quebrados” também chamavam os primeiros anos de “Bagaço”.

Quanto aos significados dos nomes, o termo “Bagaço” vinha mesmo da ideia literal, o que sobra depois que se tira o melhor da cana, o caldo, a garapa. Ou seja, o resto, aquilo que aparentemente “não serve mais” (risos). Era uma forma de brincar, já o “Pé quebrado” não tinha uma definição muito clara. Alguns diziam que representava uma espécie de transição, como se fosse uma metamorfose. Você deixava de ser “Bagaço”, quebrava o seu passado, para poder evoluir e se tornar um “Veterano”. O “Veterano”, por si só, são os mais velhos. Mas o significado do “Pé quebrado” não tem uma definição “registrada numa folha e guardada numa gaveta” (risos).

Sempre fui um bom aluno desde as primeiras séries, então não tive dificuldades com o desempenho aqui. Tive boas notas, e isso me abriu portas para participar de outras atividades dentro da Escola. Eu era apaixonado por futebol, e logo entrei para o time da instituição. Joguei futsal representando a Escola em

vários eventos, inclusive em outros estados, era muito bacana, muito divertido.

Posso dizer que vivi uma época realmente diferente. Havia menos alunos, menos servidores e, de certa forma, menos burocracia. Tudo parecia mais simples, como viajar e participar de eventos. Como o recurso era mais descentralizado, não tinha tanta burocracia como nós temos hoje, era mais fácil de resolver qualquer questão. Durante os três anos em que estudei aqui, o aprendizado técnico foi espetacular, superou todas as minhas expectativas, e acho que foi até além.

Naquele tempo, as disciplinas eram organizadas em módulos, e os professores eram muito capacitados. Além das aulas regulares, tínhamos a oportunidade de fazer vários cursos de curta duração — de 20, 30 ou 40 horas — em diversas áreas dentro da zootecnia. Assim, além da formação técnica, saí da Escola com várias certificações adicionais. O curso tinha duração de dois anos, mas quem fazia o integrado, como eu, precisava cursar um pós-técnico no terceiro ano para permanecer em tempo integral na Escola. Então, no terceiro ano, especializei-me em bovinocultura, que sempre foi minha grande paixão.

A minha experiência como aluno aqui foi maravilhosa, o nosso PPC tinha uma carga horária e organização acadêmica diferente. Na época, a base técnica era muito mais sólida, muito mais forte, uma carga horária maior, a vivência de campo também era maior. Como era modular, nós estudávamos um período aqui nos blocos administrativo de sala de aula, e um período lá na sala de aula das UEPs, que se chamava na época, as Unidades Educativas de Produção. Então, era uma vivência de campo realmente muito, muito presente, acho que fazia toda a diferença na formação acadêmica dos alunos. Hoje a base comum está mais encorpada, tem mais carga horária.

A Escola Agrotécnica sempre foi motivo de muito orgulho para quem passou por ela. Criou-se uma verdadeira rede de ex-alunos espalhados pelo Estado e até fora dele. É comum, em viagens, encontrar ex-colegas de turma que não via há mais de 20 anos (risos). Muitos trabalham em órgãos públicos, outros em

vários eventos, inclusive em outros estados, era muito bacana, muito divertido.

Posso dizer que vivi uma época realmente diferente. Havia menos alunos, menos servidores e, de certa forma, menos burocracia. Tudo parecia mais simples, como viajar e participar de eventos. Como o recurso era mais descentralizado, não tinha tanta burocracia como nós temos hoje, era mais fácil de resolver qualquer questão. Durante os três anos em que estudei aqui, o aprendizado técnico foi espetacular, superou todas as minhas expectativas, e acho que foi até além.

Naquele tempo, as disciplinas eram organizadas em módulos, e os professores eram muito capacitados. Além das aulas regulares, tínhamos a oportunidade de fazer vários cursos de curta duração — de 20, 30 ou 40 horas — em diversas áreas dentro da zootecnia. Assim, além da formação técnica, saí da Escola com várias certificações adicionais. O curso tinha duração de dois anos, mas quem fazia o integrado, como eu, precisava cursar um pós-técnico no terceiro ano para permanecer em tempo integral na Escola. Então, no terceiro ano, especializei-me em bovinocultura, que sempre foi minha grande paixão.

A minha experiência como aluno aqui foi maravilhosa, o nosso PPC tinha uma carga horária e organização acadêmica diferente. Na época, a base técnica era muito mais sólida, muito mais forte, uma carga horária maior, a vivência de campo também era maior. Como era modular, nós estudávamos um período aqui nos blocos administrativo de sala de aula, e um período lá na sala de aula das UEPs, que se chamava na época, as Unidades Educativas de Produção. Então, era uma vivência de campo realmente muito, muito presente, acho que fazia toda a diferença na formação acadêmica dos alunos. Hoje a base comum está mais encorpada, tem mais carga horária.

A Escola Agrotécnica sempre foi motivo de muito orgulho para quem passou por ela. Criou-se uma verdadeira rede de ex-alunos espalhados pelo Estado e até fora dele. É comum, em viagens, encontrar ex-colegas de turma que não via há mais de 20 anos (risos). Muitos trabalham em órgãos públicos, outros em

empresas privadas, e todos carregam algo dessa formação sólida que tivemos aqui. Mesmo com uma estrutura física menor do que a atual, o nível de exigência e de conhecimento era altíssimo. Isso fez com que a Escola se tornasse uma referência, especialmente nos grandes grupos de produção agrícola e pecuária de Rondônia e do Mato Grosso que contrataram os egressos da EAF. Realmente, esses egressos faziam a diferença por onde eram contratados. Então isso fez com que a nossa fama enquanto Escola Agrotécnica fosse tomando uma proporção gigantesca. Acredito que até hoje, a gente vive um pouco dessa fama.

Como servidor, tenho o prazer de receber os filhos dos colegas que estudaram comigo. Eles sempre perguntam como está a Escola, como as coisas funcionam atualmente. É natural que as instituições mudam, evoluem, mas não tenho certeza de que as transformações pedagógicas e administrativas foram realmente uma evolução do ponto de vista profissionalizante. Mas como tudo na vida, são fases.

O perfil dos alunos também mudou muito. A juventude de hoje tem outra mentalidade, outros interesses. Quando voltei como servidor, em 2009, já percebi uma grande diferença em relação à época em que me formei, em 2003. E de lá para cá, mudou ainda mais. Não é que seja melhor ou pior, apenas diferente. Acredito que a cada década, surge um novo perfil de estudante, e nós, professores, precisamos aprender a lidar com isso.

Se eu pudesse escolher, adoraria dar aula para os alunos da minha época. O interesse pelo curso técnico era muito maior. Hoje, muitos dos nossos estudantes buscam outras áreas, o que é natural, já que o ensino médio da instituição é muito bom e abre portas para diversas carreiras. Muitos alunos passam direto em medicina, por exemplo, porque nós realmente temos um ensino de qualidade, inclusive da base comum, com isso, muitos pais querem que seus filhos estudem aqui. Mas, do ponto de vista técnico, sinto que antes havia um envolvimento maior com a prática profissional. Querendo trabalhar na área, ou não, ao se formar,

eles recebem o diploma de Técnico em Agropecuária, são profissionais.

Guardo boas lembranças daquele tempo. Tudo o que vivi aqui confirmou que eu estava no caminho certo. Desde pequeno, eu passava as férias nas propriedades da minha avó e dos meus tios — meus pais não tinham terra, mas eu sempre dava um jeito de estar no campo. Aqui na Escola, tive a certeza de que queria seguir essa profissão. E assim fiz: logo após me formar, entrei no curso de Agronomia, que me completou como profissional. Hoje posso atuar tanto com a produção animal, quanto a vegetal.

Depois que me formei, segui estudando. Fiz mestrado em Produção Animal justamente para aprofundar um pouco mais na área que sempre gostei. Esse passo coincidiu com outro momento importante da minha vida: a compra de uma propriedade rural. Hoje, além de professor, também sou produtor. E isso me realiza muito, porque consigo aplicar no meu dia a dia os conhecimentos que ensino em sala de aula. É gratificante poder viver aquilo que ensino, transmitir aos meus alunos o que eu realmente acredito, o que vejo funcionar na prática. Acho muito frustrante ensinar apenas o que está nos livros, sem vivência. Por isso, me sinto privilegiado por poder repassar aos alunos o que eu aplico fora daqui, no campo, aos finais de semana.

Entreí como professor, bem no final, durante a transição de Escola Agrotécnica Federal para Instituto Federal. Desde então, a instituição cresceu muito. A política de expansão da Rede Federal trouxe mais servidores, mais alunos e uma ampliação enorme da infraestrutura. Claro que isso trouxe muitos benefícios, mas também muitos desafios. Hoje, administrar uma instituição desse porte é algo muito mais complexo. Acredito que precisamos refletir sobre a retomada de um curso técnico mais engajado com a realidade do campo, mais voltado à formação profissional de fato. Com o perfil de alunos que temos atualmente, não sei se isso será possível, mas o tempo muda as coisas, e talvez em alguns anos a gente volte a ter algo semelhante ao que vivemos no passado. Não da mesma forma, porque o mundo muito, prin-

principalmente a tecnologia, mas no sentido de resgatar o interesse, a dedicação e manter a nossa história, esse legado que a Escola Agrotécnica Federal construiu. Como sou de Colorado do Oeste e não tenho planos de sair daqui, espero me aposentar no IFRO. Levo comigo a esperança de que um dia possamos reviver algo parecido com aquela época, um curso técnico forte, de referência, capaz de formar profissionais preparados e reconhecidos no mercado.

Na minha época, boa parte, ou até a maior parte da alimentação que a gente consumia era produzida na própria Escola. Eu não era residente, porque morava em Colorado, então vinha para a escola todos os dias de ônibus. Mas os residentes, no café da manhã, tomavam o café produzido, torrado e moído aqui mesmo; o leite também era daqui resultado da ordenha feita pelos próprios alunos. Como havia o curso Técnico em Agroindústria, o pão era produzido na Agroindústria, também faziam doces, manteiga, queijo... praticamente tudo o que era servido no café da manhã, com exceção de produtos industrializados, como o açúcar. O mesmo acontecia com o almoço: as carnes, as hortaliças, verduras e as frutas, vinham da produção da Escola. Só não tínhamos cultivo em larga escala de grãos como arroz, feijão, entre outros tipos de grãos.

O refeitório tinha suas regras, muitas delas criadas pelos próprios estudantes, além do Código de Ética Discente da época. Uma das “leis” mais famosas era a do boné: se alguém entrasse de boné no refeitório, o barulho era ensurdecedor. As mesas eram longas, com bancos acoplados, todos de fibra, e bastava um aluno entrar de boné para que começasse uma gritaria geral, acompanhada por dezenas de mãos batendo nas mesas. A vergonha era tanta que você esquecia uma vez só (risos). Mesmo assim, todo dia tinha um desavisado.

A mesma coisa acontecia quando alguém deixava o prato cair; parecia que o mundo acabava. A pessoa se apressava para limpar de tanta vergonha. Houve um período em que o almoço era servido em bandejas,

era uma bandeja toda dividida. Na minha época, já tínhamos o prato, mas ele vinha sobre uma bandeja de plástico grande, onde colocávamos o arroz, feijão e a carne, e sobre a bandeja, a salada e a sobremesa, além do copo de suco ou iogurte. Ao terminar, cada aluno levava a bandeja até o lavatório. Todos os dias, uma equipe de cerca de dez alunos era responsável por lavar toda a louça do almoço. Essa equipe ficava escalada por quinze dias e lavava tudo: pratos, talheres, bandejas. Em alguns períodos, havia uma lavadora de louças para ajudar, mas mesmo assim era preciso esfregar tudo antes com a bucha, para garantir a higiene.

A fila para o refeitório ficava nos fundos do prédio, e a entrada era organizada por chamada. A gente entregava a carteirinha e ficava aguardando. Na época, tinha uma caixinha de som e o Cláudio chamava ao microfone nome por nome para que cada um pudesse entrar e fazer a refeição. Mesmo com um único buffet, o atendimento fluía bem. Ao contrário de hoje, que mesmo com dois buffets, as filas são enormes. Depois que tive filhos, há uns cinco anos, passei a almoçar em casa, mas até então almoçava no Campus. Sempre achei e continuo achando a refeição daqui muito boa, mas eram ainda melhores no período das férias. No final do primeiro ano, a gente ficava aqui por quinze dias, em um sistema de escalas. Como havia menos alunos, as panelas eram menores, a comida era mais bem temperada, mais elaborada, a comida era realmente espetacular (risos).

Considero a comida daqui mais variada do que em casa, são vários pratos diferentes, e tudo muito bem preparado. Inclusive, temos alguns alunos que vêm de realidades difíceis, e para muitos, a refeição aqui é melhor do que a que teriam em casa. Já ouvi relatos de estudantes que preferem nem ir para casa nas férias, por questões familiares ou mesmo financeiras. Em alguns casos, a Escola acaba sendo mais do que uma instituição de ensino, é também um espaço de acolhimento e de assistência social. Na minha época, eu ouvia esses relatos com muito mais frequência. Acredito que, naquele tempo, o número de alunos em

situação de vulnerabilidade era maior, mesmo com uma quantidade total de estudantes menor do que hoje em dia. A forma como o processo seletivo era feito, acabava favorecendo os alunos do meio rural, que tinham algum conhecimento, mesmo que rudimentar, sobre atividades pecuárias ou agrícolas. Esses alunos, muitas vezes, saíam melhor do que os da cidade, que nunca haviam tido contato com esse tipo de prática. Há cerca de vinte, vinte e cinco anos, a realidade no campo em Rondônia era muito mais difícil. A tecnologia era muito limitada, e a produção nas pequenas propriedades era basicamente voltada para a subsistência e nem sempre havia uma alimentação diversificada.

Além das três refeições diárias, os residentes ainda tinham a ceia, por volta das oito e meia, nove horas da noite, que geralmente era uma bolacha ou algo do tipo. Sem contar que havia muita variedade: iogurte, queijo, doce... produtos que muitos nunca tiveram em casa. Para várias pessoas, era uma realidade totalmente nova, muito mais farta e diversificada do que estavam acostumadas.

Eu também participei de muitas atividades fora da Escola, representando a EAFCO. Fizemos várias viagens e visitas técnicas, além de participações em eventos. Por exemplo, em 2002, fomos a Cacoal prestigiar um Concurso de Colheita de Cacau promovido pela Ceplac. Era como uma semana dedicada à cultura do cacau, e no dia em que estivemos lá era o encerramento do evento. Além das palestras, havia uma competição de quem conseguia colher mais cacau em menos tempo. Os participantes usavam facões, e era impressionante a agilidade deles. A gente assistia e pensava: “Meu Deus, esse homem vai se cortar!”. Mas era pura habilidade. Em questão de dois minutos, o competidor enchia duas carriolas de cacau. A destreza deles era impressionante, batiam na casca e já separavam a polpa em uma vasilha com uma velocidade absurda. Durante o curso, também visitei a Embrapa e várias fazendas da região. Além das atividades externas, a própria Escola realizava muitos eventos relevantes. Eu considero que tive uma excelente formação, muito rica não só nas aulas, mas também em todas essas experiências complementa-

res, que ampliaram muito a minha visão e o meu aprendizado.

Eram cursos ministrados por profissionais de fora, que vinham dar formações bem específicas em momentos pontuais — três, quatro dias, às vezes uma semana. Isso acontecia com bastante frequência ao longo do ano. Eu diria que, em número de oportunidades, tínhamos muito mais atividades do que se tem hoje. Como mencionei antes, era muito mais fácil trazer esses profissionais, até porque a realidade orçamentária era outra. Hoje está tudo muito difícil, desde organizar uma visita técnica até promover um evento. Naquele tempo, como o número de alunos era menor, ficava mais fácil gerenciar tudo isso.

Houve uma vez, em que um evento seria realizado na Embrapa, não lembro exatamente em qual cidade. Como só havia um ônibus disponível, nem todos os alunos poderiam participar. Então, alguns alunos foram selecionados e os que ficaram de fora acabaram se revoltando. Na noite anterior à viagem, cortaram todos os pneus do ônibus e ninguém viajou. Até hoje não sei se descobriram quem foi, porque naquela época não existia câmera nem sistema de monitoramento. Ficou só no conhecimento dos alunos mesmo. E, claro, aluno não entrega aluno, como a gente costumava dizer: “uma vez Agricolino, sempre Agricolino.” Isso era uma espécie de código de lealdade.

É até delicado falar disso, porque acaba sendo uma crítica, mas eu acredito que o processo pedagógico implantado nas instituições federais, especialmente nos cursos profissionalizantes, acabou, de certa forma, “matando” os cursos. Algumas teorias e interpretações pedagógicas foram, aos poucos, bloqueando as práticas, limitando o que os alunos podem fazer. A própria legislação contribui para isso. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, passou a ser interpretado de forma tão rígida por algumas gestões, que o aluno, hoje, quase não pode mais realizar atividades práticas profissionalizantes. Atualmente o meio está mais tecnológico, temos por exemplo, o trator que corta e compacta a silagem. Na minha época, era tudo manual, ou a gente fazia, ou não tinha produção. E, sinceramente, acho que isso formava profissionais

melhores, porque a prática constante te prepara para qualquer cenário. O aluno que aprende fazendo por meio de uma técnica manual, consegue se adaptar facilmente a novas tecnologias. Já o aluno que só conhece o processo mecanizado, talvez não consiga lidar com um método mais rudimentar.

O grande gargalo é como as coisas são interpretadas, não posso afirmar que é dentro da Rede Federal de Ensino, porque eu não conheço a fundo a realidade fora de Rondônia, mas, pelo o que ouço de muitos colegas que estão em outros estados, as coisas estão do mesmo jeito. Acredito que o fato de os alunos não poderem fazer muita coisa, porque é muito esforço braçal, compromete a formação do estudante. O que realmente forma um bom profissional, não somente nessa área, mas em toda e qualquer área, é a repetição. Vou usar como exemplo, a medicina; ninguém se forma Médico Cirurgião e faz uma cirurgia ortopédica com uma única aula prática. É preciso praticar várias vezes e assistir muitas cirurgias, mas nós fomos perdendo isso com o tempo. Hoje, há disciplinas que nem têm mais aulas práticas, às vezes por descaso do professor, por falta de afinidade, ou até pela sobrecarga. Há colegas que chegam, pegam várias disciplinas por apenas três meses e mal conseguem se organizar. Nesse sentido, vivemos um momento difícil para os cursos profissionalizantes. E, sinceramente, não sei até que ponto isso vem da Reitoria do IFRO, ou se é algo que vem de cima, do próprio MEC; não sabemos a real dimensão disso.

Sem citar nomes, eu confesso que me decepcionei com algumas pessoas. Profissionais da área que tiveram a oportunidade de estar em cargos de gestão e ao invés de fortalecer as aulas práticas, trabalharam afincadamente para reduzi-las. Por isso que eu digo que o sistema, de certa forma, joga contra os próprios cursos profissionalizantes. Quando eu era aluno, a carga horária de aulas práticas era o que realmente determinava para que os profissionais formados aqui, fossem realmente profissionais diferenciados. Hoje, por exemplo, a gente nem tem mais o estágio obrigatório, os alunos fazem a Prática Profissional Supervisada (PPS), em substituição à carga horária do estágio. Infelizmente, já foi mencionado nas reuniões

que alguns estudantes registraram em seus relatórios de PPS, a realização de uma única atividade repetidamente.

Isso me entristece muito, porque, por exemplo, na minha época nós abatíamos cerca de duzentos frangos a cada sessenta dias nos aviários. Hoje, nossas estruturas estão todas reformadas, impecáveis, bonitas, mas praticamente sem produção. Há algumas aves de pesquisa, outras para produção de ovos, mas é tudo muito reduzido em comparação com o que tínhamos antes. O número de alunos aumentou bastante, mas a produção diminuiu, passamos a comprar quase tudo o que antes era produzido aqui. Antes, o nosso abatedouro funcionava, os alunos faziam todo o processo de abate. Depois veio a exigência legal de ter um responsável técnico da prefeitura para acompanhar, isso dificultou, mas não é um impeditivo para quem quer fazer. Atualmente, não fazemos mais abate de animais, a produção caiu demais. O abatedouro ficou anos parado, entregue às moscas. Foi reformado a uns quatro ou cinco anos atrás, depois de muito tempo sem uso. Isso foi algo que me marcou muito, porque aquele setor era extremamente produtivo.

O mesmo aconteceu na área vegetal, se você olhar os registros fotográficos de uns quinze anos atrás, vai ver como a produção da olericultura era espetacular. Produzíamos de tudo, em grande quantidade, tanto que dava trabalho para convencer o seu Jorge a não produzir nas férias (risos), porque sempre havia excedente. Era como se ele fosse o gerente de uma empresa, e nós, os funcionários. E isso foi muito bom, porque ele nos tratava como pessoas capazes, confiando que podíamos executar as tarefas. É a isso que me refiro, quando menciono a autonomia e segurança no desenvolvimento das atividades. Se o professor faz uma aula prática em que só demonstra o procedimento, mas o aluno não põe a mão na massa, não se envolve, não repete o processo, qual será a profundidade desse aprendizado?

Mesmo com toda a tecnologia, eu acredito que ainda existe muito espaço para o Técnico Agrícola. Há, sim, motivos para ter esperança de que voltemos a formar bons profissionais. Mas é claro que isso depende

de várias circunstâncias. Por exemplo: os grandes grupos empresariais da agricultura e da pecuária têm uma visão muito voltada para o lucro. Então, se eles encontram um bom Técnico Agrícola e infelizmente o piso salarial do Técnico é menor que o de um Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário ou Zootecnista, acabam preferindo contratar o Técnico. Ele tem mais espaço, porque entrega bons resultados por um custo mais baixo. Entretanto, posso falar com certeza, em decorrência da experiência e do conhecimento que possuem, muitos colegas meus, ex-alunos daqui que se formaram comigo, continuam atuando como Técnicos Agrícolas e hoje são gerentes, chefes de Agrônomos que se formaram depois. Muitos saem da graduação e precisam ser “forjados” lá fora, então, o mercado seleciona.

Acredito que a gente tem todas as condições de formar excelentes profissionais aqui dentro. Mas, para isso, seria preciso mudar a mentalidade dos alunos, e de toda a estrutura da escola. Eu falo de todos: professores, equipe pedagógica, direção... todos precisam entender que nós estamos entregando o diploma de uma profissão, e não apenas preparando o aluno para fazer vestibular. Infelizmente, alguns estudantes são aprovados, sem terem dado a devida importância à profissão, não se preparam e não passam no vestibular e, quando tentam trabalhar na área técnica, não se sentem seguros. É muito comum receber mensagens de ex-aluno dizendo: “Professor, me ajuda a fazer isso aqui, porque consegui um emprego, mas me pediram uma recomendação de calagem e eu não lembro como faz.” E isso é triste, sabe? Porque mostra que, de alguma forma, a gente está falhando em formar profissionais realmente autônomos e confiantes naquilo que fazem.

Durante o período em que estudei na Escola, tudo era muito diferente. Para começar, nós pagávamos uma taxa anual para estudar, se não me falha a memória, algo em torno de oitocentos reais por ano. Pode parecer pouco hoje, mas, na época, era um valor muito significativo, especialmente para minha mãe. Apesar disso, ela acreditava no potencial da Escola e fazia questão de me manter ali, pois sabia da qualidade do

ensino e da formação que o curso proporcionava.

Naquele tempo, eu não percebia nenhum tipo de pressão dos pais em relação à participação dos filhos na manutenção. Muitos pais enxergavam na Escola uma oportunidade real de futuro. Como professor, vejo que muitos pais são os menos interessados, que os filhos se formem como Técnico Agrícola. Eles matriculam seus filhos aqui pelo ensino médio, para ter uma boa formação, para serem médicos, dentistas, ou mesmo seguir na área das agrárias, mas precisam fazer uma graduação.

Outro ponto muito importante, era a estrutura sólida da equipe de Técnicos em Agropecuária. Os Técnicos eram estáveis, permaneciam por anos no mesmo setor e tinham verdadeiro zelo pelo que faziam. Cada um cuidava do seu espaço com dedicação, como se fosse algo pessoal. Havia o sentimento de pertencimento e responsabilidade. Lembro-me bem de alguns nomes: o Abílio, que ficava na ZOO3; o Sérgio e o seu Fernando, na AG3; o seu Lucas, que até hoje está na ZOO1; e o Renato, na AG1. A AG2 nunca chegou a ter um setor fixo, com a sala de aula e tudo o mais. Eram profissionais experientes, comprometidos que investiam energia no setor e queriam realmente ver as coisas funcionarem.

Com o passar do tempo, porém, percebo que essa realidade foi se transformando. Há uma grande rotatividade entre os Técnicos, muitos não se identificam com o setor e acabam mudando de área, buscando melhores oportunidades ou ingressando na docência. Essa movimentação constante impede que se crie um vínculo mais profundo com os setores, o que, conseqüentemente, afeta a continuidade das atividades e o sentimento de pertencimento que havia antes.

Atualmente, felizmente, temos uma equipe técnica bastante competente e quase toda formada por ex-alunos, o que me deixa esperançoso. São profissionais qualificados, alguns com graduação, e que demonstram comprometimento e atendem as expectativas.

Quando estudei na Escola, nós mesmos éramos responsáveis pela limpeza e a manutenção básica de

alguns espaços. Havia uma escala organizada quinzenalmente, e cada grupo ficava encarregado por determinadas tarefas, como: varrer o pátio e os vestiários, lavar os banheiros, atividades de jardinagem... Era algo muito bem distribuído. Com cerca de trezentos alunos, cada um cumpria sua parte e só voltava a fazer a mesma tarefa depois de quatro ou cinco meses. Então, não era pesado ou degradante, nunca vi desta maneira.

Diariamente, desenvolvíamos atividades nos setores produtivos. Como o ensino era modular, ficávamos das sete e dez às nove horas em sala de aula e, das nove às onze, nos setores. Eram atividades práticas de verdade, de produção mesmo. Por exemplo, lembro-me de que na avicultura, criávamos aves de corte e fazíamos o manejo completo de um lote a cada sessenta dias, desde a recepção dos pintainhos, até o abate. Durante o ano, tínhamos vários lotes, e cada turma acompanhava todas as etapas: manejo profilático, arraçãoamento, limpeza de cochos, bebedouros e comedouros, a apanha e o abate dos animais. Fazíamos o mesmo com as aves de postura, inclusive algumas atividades são proibidas atualmente, como a debicagem, que realizávamos sob a orientação do Técnico responsável.

Na cunicultura, cuidávamos do manejo reprodutivo, sanitário e também do abate dos coelhos. Já na bovinocultura, realizávamos todas as tarefas: limpeza, arraçãoamento, ordenha e a produção do alimento para o período de seca. Cortávamos o capim com o facão, triturávamos, pisoteávamos (risos), colocávamos no balaio e depois levávamos ao cocho. Éramos divididos em grupos de seis ou oito alunos, então acabava sendo tudo muito divertido, o tempo passava assim que nem víamos.

Havia também o viveiro, que funcionava a pleno vapor. Produzíamos mudas, fazíamos enxertia e utilizávamos vários métodos e técnicas de propagação. Ao terminar o curso, eu dominava completamente essas técnicas, inclusive, fiz enxertias bem sucedidos de laranja, tanto em casa, quanto no sítio.

Hoje, infelizmente, percebo que muita coisa se perdeu. O nível de práticas caiu muito, e isso se reflete

diretamente na formação do profissional que sai daqui. Tenho dúvidas se alguns alunos de hoje teriam as mesmas habilidades ou a mesma iniciativa que tínhamos naquela época.

Marcia Jovani de Oliveira Nunes

“Não me vejo sem ter passado por este percurso. [...] Estar lá em Colorado, na supervisão, na coordenação pedagógica, tendo vivenciado essa experiência como aluna e no curso que deu origem ali àquele *Campus*, é sem igual.”

A contragosto da minha mãe, que queria que eu fizesse o magistério, segui o caminho da maioria dos meus amigos e estava ingressando no terceiro ano do colegial, quando surgiu a oportunidade de estudar na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, fiquei num impasse: terminar o colegial, ou começar tudo de novo e fazer o curso técnico, que era algo totalmente novo para a região. Eu não lembro exatamente como fiquei sabendo da Escola Agrotécnica, mas, lembro da propaganda que chegou até a minha casa — o fato de ser uma escola federal tinha muito peso, trazia prestígio, representava uma oportunidade especial. Era algo novo e desafiador, mas muito atrativo. Movida pela novidade, pela vontade de viver uma formação diferente, decidi fazer a prova e acabei sendo aprovada; não fui uma das primeiras colocadas, mas passei. Em seguida, passei por uma entrevista, nela, a gente praticamente precisava convencer a banca de que tinha alguma ligação com o campo, com o meio rural, afinal estávamos tentando uma vaga numa escola agrícola. Essa era a ideia naquele momento.

Até os seis ou sete anos eu morei na roça, e mesmo pequena, aprendi algumas coisas, como por exemplo, a identificar se a galinha botou ovo no dia ou não. Então, eu não era totalmente alheia, eu não era aquela

menina totalmente urbana. A cidade em si era pequena, quase toda rural, mesmo que tivesse o título de “urbana”. Desta forma, não era um ambiente completamente novo pra mim.

Durante aquele período, eu estudava de manhã as disciplinas básicas, à tarde fazia as aulas técnicas e, à noite, continuava na Escola Paulo de Assis para concluir o colegial. Era uma rotina bem puxada, mas eu sempre gostei muito de estudar.

Lembro-me que, no Paulo de Assis, os professores não eram formados nas áreas, e quando eu fazia muitas perguntas eles diziam: “Ah, você estuda lá na Escola Agrotécnica e vem aqui à noite pra nos checar.” Isso acontecia porque a escola já era vista como uma referência, com professores formados nas suas áreas, com muita qualificação. Desde o início, ela representava uma educação de melhor qualidade em comparação à do Estado. Hoje, ao fazer uma análise, não há dúvidas quanto a diferença da qualidade do ensino na Escola Agrotécnica, a educação era muito superior. Atualmente, o Estado até busca ter professores formados nas áreas específicas, mas naquela época isso praticamente não existia, muitas disciplinas eram ministradas por pessoas que vinham do comércio e acabavam assumindo as aulas, sem formação específica.

Estudar na Escola Agrotécnica foi uma experiência marcante, um verdadeiro divisor de águas na minha vida. Eu não me imagino sem ter vivido aquilo. Sempre fui muito dedicada, e por isso era bastante querida pelos professores. Lembro que havia perfis bem diferentes entre os docentes e a gestão. Tínhamos professores que dialogavam conosco, próximos e abertos, e uma direção muito rigorosa. O Diretor, Francisco Gonçalves, era conhecido pela disciplina e pelo lema que marcou aquele tempo, ‘aprender para fazer, fazer para aprender’.

Também me recordo de que os professores estavam chegando, ingressando na instituição junto conosco. A minha turma participou, inclusive, do processo seletivo de alguns docentes, como o professor José Carlos

e o professor Henrique. Lembro que suas provas didáticas foram realizadas dentro da nossa própria sala, como se fosse uma aula normal, com a banca avaliadora presente. Nós, alunos, participamos ativamente, interagindo com eles. Era bem diferente do que se vê hoje, em que o processo seletivo ocorre apenas entre a banca e o candidato.

Tenho lembranças muito boas de alguns professores: o João, de Biologia, e a professora Glória, de Matemática, da Agronomia. Lembro-me também, da Festa das Nações; era um evento maravilhoso, que depois mudou de formato e passou a se chamar Festa das Regiões. No início, as apresentações representavam nações — americana, africana, italiana, alemã... — e cada turma se envolvia em todas as etapas: pesquisa, elaboração de textos, ensaios, confecção das roupas, preparo das comidas e montagem das barracas.

Lembro-me que havia, uma estrutura por trás, com professores envolvidos na organização. Embora eu não percebesse na época, uma proposta de interdisciplinaridade, acredito que havia uma relação com disciplinas como Língua Portuguesa, Literatura, Sociologia e História, mas não lembro se isso interferia diretamente nas notas ou avaliações. O trabalho era visto como um trabalho escolar mesmo, com capa, pesquisa e entrega — tudo escrito à mão, porque não havia computador. A gente pesquisava sobre a cultura que representaria: comidas, danças, costumes...

Na época, não tínhamos muita liberdade para escolher a nação que iríamos participar, pois precisava haver uma certa correspondência com o fenótipo. Eu queria muito participar da apresentação africana, achava linda, me identificava com a dança e até hoje lembro da música que usaram: “Boa noite pra quem é de boa noite, bom dia pra quem é de bom dia. A benção, meu pai, a benção...” — acho que é “Maculelê é o rei da valentia”, alguma coisa assim. Eu era doida para participar da apresentação africana, achava linda, forte, cheia de ritmo. Sempre gostei de danças, e tinha um encanto especial por aquela, mas não pude, tive

que participar da italiana ou da alemã, algo assim.

Nas edições seguintes, acabei ficando entre a italiana e a alemã, que eram as minhas origens. Só no terceiro ano consegui mudar e participar da nação árabe, onde fiz a apresentação. Achei tudo lindo: as roupas, as danças, as cores. Mesmo assim, continuei responsável pelo trabalho escrito da minha turma, que ficou com a nação americana, pois tudo era feito em grupo. Essa festa envolvia todos os estudantes e vários servidores, desde a organização até a execução. Era uma atividade muito marcante, de integração entre os estudantes e também com os professores. Foi uma experiência muito rica mesmo; uma pena que tenha se perdido ao longo do tempo.

Nos primeiros anos, ainda não havia internato feminino, só o masculino. Se não me engano, o internato para as meninas surgiu apenas no terceiro ano. Antes disso, minhas amigas precisavam morar na cidade, geralmente em pensões, como a da dona Silvana, que recebia muitas alunas da escola.

As salas de aula sempre tiveram uma estrutura muito boa, e o refeitório também. O que mais me marcou, talvez, foi essa convivência com outros adolescentes da mesma idade, algo que ampliou meus horizontes, inclusive na questão da alimentação e da vida em comunidade. Essa é, inclusive, a esperança que eu tenho para com a minha filha: que ela também possa viver essa convivência rica e formadora.

Guardo boas lembranças das amizades que fiz ali. Uma delas é a Eliane, que a gente chamava de Lia. Ela era estrangeira, muito bonita, vivia ganhando concursos de miss, e a amizade entre nós surgiu de uma forma inesperada. Eu sempre gostei de sentar na cadeira em frente à mesa do professor, junto à parede. Um dia, ela foi para a aula, usando uma bandana e uma blusinha, e a professora pediu para ela se sentar junto comigo e foi ali que começamos a conversar. A amizade que nasceu naquele momento dura até hoje. A rotina era bem organizada: de manhã, aulas do núcleo comum e à tarde, após o almoço, íamos para os setores. Os alojamentos eram liberados no horário do almoço, então, levávamos carpete e almofadas para

descansarmos. Diferente do que ocorre hoje, metade da carga horária era destinada para o núcleo comum e estudávamos nas salas de aulas próximas aos setores administrativos e a outra metade, para o núcleo diversificado e as aulas eram ministradas nas chamadas UEPs, as Unidades Educativas de Produção. Havia aulas teóricas nas AG1, AG2 ou AG3, e depois íamos para as práticas — que, com o tempo, passaram a ser chamadas de “manutenção”. Eram atividades manuais, realmente de manutenção — limpeza, cuidado com os espaços e com os animais, que eram delegadas pelo Técnico que nos recebia no setor e passava as orientações. Era uma rotina bem diferente da que existe hoje. Pela dimensão que o Campus tem, atualmente, esse trabalho é realizado pela equipe de servidores terceirizados, mas na minha época, éramos nós quem fazíamos tudo. Isso nos dava autonomia e noção do trabalho. Assim, saíamos sabendo aplicar o que aprendíamos, tanto em nossa propriedade, quanto na empresa ou fazenda em que fôssemos trabalhar.

Era como se estudássemos duas vezes: primeiro na teoria, depois na prática. Às vezes a prática acontecia semanas depois, ou até mesmo no ano seguinte, mas aquele conteúdo voltava e se fixava. As disciplinas da base comum, Topografia e Irrigação, eram ministradas no prédio principal, já as disciplinas agrícolas e zootécnicas aconteciam nos setores.

Meu cunhado estudou na Escola Agrotécnica também, e até hoje, quando passamos em frente à escola, comentamos o quanto aquela vivência foi transformadora. Era realmente uma imersão: o dia todo dentro da escola, convivendo, aprendendo, praticando. Mesmo que, na época, não houvesse uma integração explícita entre as disciplinas, tudo se conectava de alguma forma. A teoria que aprendíamos em sala sempre aparecia, mais cedo ou mais tarde, em alguma prática. E essa é uma diferença enorme em relação às escolas estaduais de meio período — lá, você não via a aplicação prática do que aprendia.

Quanto à afinidade com o meio rural, eu não era das mais habilidosas nas atividades práticas. Nunca fui boa em capinar — até hoje não sei —, mas sempre havia colegas que já vinham da roça e nos ajudavam. As

turmas eram bem diversas, com grupos heterogêneos, e isso gerava uma colaboração muito bonita, ajudávamos uns aos outros. Hoje se fala em monitoria, mas, naquela época, a gente se ajudava.

O Abílio, que hoje é lembrado por muitos, na época trabalhava como técnico nas UEPs. Ele conduzia atividades mais complexas, como castrações e manejos de animais grandes. Já na ZOOII, onde ficavam os porcos, fazíamos de tudo: limpeza das baias, alimentação, acompanhamento de partos — chegamos a passar a noite cuidando de uma porca que ia parir — vacinação e até abate. O único frango que matei na vida foi ali, por causa da nota da aula prática. Até hoje, se me derem um frango vivo, ele será meu amigo por muitos anos, porque não tenho coragem de fazer isso de novo.

Depois que terminei o curso, fui trabalhar em Vilhena. A professora Sirlei, do setor da agroindústria, precisou se ausentar por um problema familiar, então, me chamaram para ministrar um curso de “Embutidos e Industrialização do Leite”. Era um curso de extensão, voltado para a comunidade externa, não eram alunos regulares. Aceitei, mas solicitei que abatessem o porco; felizmente, deram-me o animal já pronto para o processamento.

Houve também um episódio que ficou muito vivo na minha memória. Estávamos capinando uma área onde hoje funciona a biblioteca. Na época, o terreno era cheio de pedras, e as enxadas estavam cegas. Alguém teve a ideia de levar as ferramentas até o setor de máquinas para amolá-las. Ficaram alguns instrumentos no local, mas quando voltamos, ao final do expediente, parte deles havia sumido. Achamos que alguém do setor tinha recolhido, pois a AG1 ficava próxima de onde estávamos, mas logo depois fomos chamados pela direção para dar conta das ferramentas desaparecidas. Foi um susto enorme. Na nossa cabeça de adolescentes, estávamos imaginando que seríamos expulsos da escola por causa daquilo. Depois de muita tensão, alguém acabou encontrando os materiais num banheiro próximo à cozinha do refeitório. Foi um alívio.

Quanto ao currículo, lembro que as disciplinas eram mais básicas. Sempre comento sobre isso, porque percebo que ao longo dos anos o currículo foi se desdobrando de uma forma que talvez nem fosse necessária para o curso técnico de nível médio. Antes, a base comum era realmente o que se esperava, nessa seara são poucas as mudanças, mas o núcleo diversificado, era mais concentrado, tudo o que precisávamos estudar em produção vegetal, estava nas disciplinas de Produção Vegetal I, Produção Vegetal II e Produção Vegetal III e em produção animal, nas disciplinas de Produção Animal I, Produção Animal II e Produção Animal III. Mas com o tempo, esse currículo foi se fragmentando.

Os docentes com maiores titulações, ao retornarem de suas formações, traziam perspectivas mais afuniladas, específicas das áreas em que se aprofundaram e isso começou a influenciar as reformulações curriculares. Então, conteúdos que antes faziam parte de disciplinas amplas, como produção vegetal, foram sendo desmembrados e transformados em matérias específicas — solos, pastagens, e assim por diante.

Essa especialização, que é excelente no nível superior, acabou, na minha visão, indo além do necessário para o técnico de nível médio. Nossos alunos, quando chegam à graduação, destacam-se justamente por já terem esse conhecimento, mas eu considero que para esta etapa de ensino, talvez não precisasse ser tão aprofundado.

Essa percepção, é claro, vem do lugar de onde eu falo hoje — como servidora, com uma vivência mais ampla do sistema. Talvez muitos colegas não percebam isso da mesma forma, mas acredito que ao longo do tempo, o currículo foi se fragmentando para atender perfis profissionais específicos. É algo compreensível, mas que transformou bastante o curso técnico que eu conheci.

Ainda sobre o currículo, eu não diria que ele era exatamente integrado, talvez ele fosse menos fragmentado, mas eu não me lembro de ter vivenciado atividades realmente interdisciplinares. Não havia essa proposta de integração entre as disciplinas como se busca hoje. O que percebo é que, atualmente, em

decorrência do afunilamento das disciplinas, a carga horária dos cursos se tornou muito extensa. Isso gera dificuldades, porque nem sempre há professores suficientes para atender a essa demanda.

Quando um docente sai, adoece ou é removido para outro *Campus*, por exemplo, fica difícil de substituir. E ao mesmo tempo, essas disciplinas acabam se tornando muito específicas, muito aprofundadas, o que para o nível técnico, talvez não seja necessário. O curso técnico de nível médio deveria dar uma noção geral de tudo, uma base ampla, deixando o aprofundamento para a graduação e, depois, para a pós graduação. Às vezes, o que vejo hoje se assemelha mais ao currículo de um curso superior, como o de Agronomia, do que a uma formação técnica de ensino médio.

Essa formação teve um papel determinante na minha trajetória. Não foi apenas um curso técnico; foi algo que moldou minha identidade. Minha infância foi rural — minha mãe foi professora em uma daquelas escolinhas de pau a pique — e isso acabou me ligando naturalmente a esse universo. No mestrado, pesquisei justamente as escolas rurais, estudando como as disciplinas técnicas, como agropecuária e zootecnia, aparecem no currículo.

Quando olho para trás, vejo como tudo se encaixa; estar hoje em Colorado, atuando na supervisão, na coordenação pedagógica, tendo sido aluna da própria escola que deu origem ao *Campus*, é algo muito especial. Essa experiência me ajuda até no relacionamento com os professores — consigo entender e dialogar com perfis variados, inclusive com aqueles considerados mais difíceis, porque vivi parte daquilo.

As técnicas que aprendi, embora eu não as pratique literalmente — minhas plantas, por exemplo, morrem, até os cactos —, servem até hoje como repertório. Uso muito nas conversas com professores, quando oriento alguma articulação entre disciplinas, por exemplo: na Irrigação, a gota d'água faz uma curva convexa, e isso pode ser articulado com os conteúdos de Matemática.

Na época, o curso também me aproximou dos meus avós, que moravam na roça. Lembro de quando eles

iam à cidade comprar pintinhos e levavam para o sítio — às vezes eles chegavam abatidos, e eu ensinava à minha avó que bastava dar água com açúcar para recuperá-los. Ela ficava muito empolgada com as coisas diferentes que eu aprendia na escola e ensinava para ela aplicar no sítio.

Mesmo não utilizando as técnicas no dia a dia, elas deixaram marcas profundas. Assim como ocorreu naquela época, hoje, embora alguns alunos não sigam a carreira técnica, saem com um olhar diferente sobre o mundo. A escola ensina a ver as coisas de outro modo — a ligar teoria e prática, a entender o porquê do que se aprende. Estudávamos a regra de três e depois usávamos para calcular proporções de ração: quantas partes de milho, quantas de concentrado.

Colhíamos milho, fazíamos tudo manualmente. Aquela área perto da ZOOII, era uma plantação de milho, plantávamos muito milho, tanto para os animais quanto para a Cooperativa. Era como se a gente fosse sócio dessa cooperativa, anualmente, pagávamos uma taxa de alimentação, agora não lembro o nome ao certo.

Em relação às aulas de Educação Física, elas aconteciam no ginásio, se não me falha a memória, eram dentro do horário regular. Eu me lembro de sair do prédio principal, passar pelos alojamentos e ir para o ginásio. Usávamos o uniforme obrigatório — short e camiseta —, mas eu não gostava de usar o short. Minhas pernas são muito brancas, os colegas faziam brincadeiras, então, eu colocava uma calça legging por baixo do short. Como tinha chuveiros, após a aula de educação física, podíamos tomar banho... Também tivemos algumas aulas no campo, de arremesso de disco e dardo, mas a maior parte era de vôlei e basquete. Eu nunca fui muito boa com bola — me considero meio desengonçada —, mas participava de tudo.

Na formatura, recebi duas certificações de honra ao mérito: uma pelas notas, em que fiquei em segundo lugar, e outra pelas aulas práticas, em que fiquei em terceiro; essa última, confesso, que não me senti me-

recedora. Eu não era uma das melhores alunas nas aulas práticas, mas eu tinha o compromisso de fazer o que era passado, eu era muito colaborativa nesse sentido. Mas haviam colegas que vinham de um contexto que era mais agrícola e era show. Talvez, essa fosse a maior dificuldade deles; sabiam fazer, mas tinham que reaprender de acordo com o que o professor ensinava. Como eu não tinha essa bagagem, o único jeito que eu sabia era o que o professor ensinava, então, era mais fácil eu imitar do que eles.

Quando penso na organização dos tempos e dos espaços, tento evitar o saudosismo, mas é inevitável comparar. Hoje há muito mais recursos — laboratórios, materiais, tecnologias — e uma integração que talvez não existisse na nossa época, mas, considerando o contexto, tínhamos o melhor que era possível. Não me recordo de termos aulas vagas, exceto no final do ano, quando alguns ficavam de recuperação. O período de férias era, pelo que lembro, de dezembro a janeiro. Talvez houvesse alguma pausa no meio do ano, mas não me recordo com precisão, porque havia sempre as escalas dos alunos que faziam a manutenção, não podia ficar sem fazer.

Havia também diferença de idade entre os alunos. Eu tinha por volta de 16 anos, mas havia colegas bem mais velhos, alguns na casa dos trinta. Como era a primeira turma, o ingresso era variado — não era aquela sequência direta do fundamental para o técnico.

Muitos colegas da minha época que se formaram, atuam como técnicos — trabalham na área, sustentam suas famílias, e alguns chegaram a comprar propriedades. Continuo em contato com alguns deles por meio de um grupo no WhatsApp, e vejo que vários seguiram esse caminho, especialmente os que se articularam às grandes fazendas e à produção de soja no Mato Grosso.

Lembro também dos colegas que se tornaram servidores do IFRO. Há muitos ex-alunos em Colorado do Oeste — Leonardo, Renato, Danieli, entre outros. A Danieli, inclusive, é de uma turma posterior à minha.

Quanto ao calendário, não havia diferenciação para alunos vindos de áreas rurais. Os meninos, que eram

internos, seguiam o mesmo ritmo que as meninas, que geralmente moravam com conhecidos na cidade ou em alojamentos pagos pelos pais. Nunca houve tolerância específica por conta do período de plantio ou das chuvas. Na época, eu nem tinha esse olhar, mas hoje, estudando escolas rurais, percebo como isso seria relevante.

A maioria dos alunos vinham de municípios próximos — Cerejeiras, Vilhena, e até regiões mais afastadas do eixo da BR, próximas a Cacoal e Ji-Paraná.

Lembro também da nossa formatura. O governador na época era o Valdir Raupp, e ele esteve presente. A cerimônia aconteceu na Igreja Matriz, e a colação foi uma celebração. Já o baile foi realizado no ginásio da escola — uma noite muito marcante pra todos nós.

No fim das contas, participar dessa entrevista foi muito significativo. Fiquei pensando sobre como é estar do outro lado — a entrevistadora na cadeira da entrevistada. É diferente, a gente fica tensa, a memória foge, mas também é uma oportunidade bonita de revisitar o passado. Fico feliz de poder contribuir com essa pesquisa, porque ela ajuda a contar a história da minha formação e da nossa Escola Agrotécnica; origem do próprio IFRO.

Olívia do Nascimento

“Todo mundo queria estudar na Escola Agrotécnica porque era a melhor escola que existia na região”.

Iniciei minhas atividades em 1995, ano que iniciaram as atividades letivas. Naquele momento, tudo estava sendo montado: os departamentos, as UEPs — Unidades de Ensino e Produção, como chamávamos. Não sei se hoje esse nome ainda é usado. Havia UEPs de agropecuária, zootecnia e agricultura, e tanto a estrutura física quanto a organização humana estavam em construção. Os professores eram designados para as áreas, enquanto as instalações iam sendo erguidas — o aprisco, a granja, a horta... Tudo estava sendo criado do zero.

Lembro-me bem de como os alunos participavam ativamente desse processo. Eles plantaram hortaliças, ajudaram na montagem dos espaços e, com isso, aprendiam na prática. Era algo muito bonito de ver — e, de fato, posso dizer que a escola era autossustentável. Produzíamos quase tudo o que era consumido no refeitório: verduras, legumes, frutas e frangos. Além disso, havia a agroindústria, onde eram fabricados queijos e doces; era uma fartura. Muitos servidores, inclusive, compravam os produtos — lembro que, nas sextas-feiras, íamos embora com as cestas cheias de verduras fresquinhas; era um ambiente muito gostoso.

Fomos construindo tudo juntos, inclusive a biblioteca. Cada professor indicou os livros que considerava essenciais para a sua área, e assim o acervo foi tomando forma. Era um período de muito aprendizado para todos nós, porque o sistema de ensino era integral — algo novo para quem vinha do ensino regular. Os alunos tinham aulas do núcleo comum pela manhã e do núcleo diversificado à tarde, e vice-versa.

A escola, aos poucos, foi criando a sua identidade, e nós fizemos parte disso. Logo se tornou uma referência na região — não só no Cone Sul, mas também fora do estado. Muita gente queria estudar ali, ela era considerada a melhor escola da região. Junto com esse crescimento, vieram os eventos que marcaram época: a Feira do Livro, a Festa das Nações, os Dias de Campo...

Os Dias de Campo eram muito esperados. Os professores da área técnica, organizavam o evento e convidavam Técnicos da Emater e outros profissionais, para tratar de temas relacionados à agricultura e à pecuária. Havia palestras, demonstrações e atividades práticas. Os alunos gostavam muito, porque aprendiam na teoria e na prática.

Trabalhei na escola, de 1995 a 2000, depois, vim para a Universidade Federal, onde trabalhei até 2010, quando retornei ao Instituto, já com o Campus aqui. Mas aqueles cinco anos, foram fundamentais para mim — de muito aprendizado, de compreensão sobre o funcionamento do Sistema Escola-Fazenda, e de lembranças muito boas.

Na época que prestei o concurso, não havia internet, então a divulgação foi realizada por meio do rádio, da televisão e pelo Diário Oficial, mas fiquei sabendo através dos meus colegas de trabalho. Fiz a prova escrita em Colorado do Oeste e a prova didática em Cuiabá, numa Escola Agrotécnica, onde hoje é o Instituto Federal de São Vicente. Passei em primeiro lugar, e logo fui chamada, junto com mais dois colegas da área. Confesso que fiquei assustada, minha vida estava montada em Pimenta Bueno, marido, filhos pequenos... Foi uma decisão difícil. Mas após muita reflexão e análise, resolvi aceitar.

Quando chegamos, não houve uma preparação, como existe hoje. A equipe gestora vinha de fora e já tinha uma noção do que era o sistema, e foi nos direcionando. Alguns professores já tinham experiência em escolas agrícolas e também nos orientavam. Lembro-me, por exemplo, que cada professor tinha a sua sala, então as aulas do núcleo comum deveriam ser realizadas no pavilhão central e as aulas do núcleo diversifi-

cado, deveriam acontecer nas UEPs. Entretanto, com o aumento do número de alunos, o prédio não estava mais comportando as turmas, então, a Direção de Ensino, colocou-me para dar as minhas aulas de Língua Portuguesa, em uma das UEPs. De repente, o Diretor Geral apareceu numa das minhas aulas e me perguntou por que eu estava lecionando lá. E eu expliquei que fui orientada..., mas ele disse: “isso não pode acontecer”. Foi assim, com acertos e erros, que fomos entendendo como tudo funcionava.

Em relação aos eventos, a Feira do Livro foi uma iniciativa do grupo de Língua Portuguesa, juntamente com a biblioteca. Foi uma daquelas ideias que surgem de uma conversa entre professores: “Vamos montar uma feira?” “Vamos!” E pronto, começamos. Não foi uma exigência da direção ou algo institucionalizado; nasceu do desejo de incentivar a leitura. Esse sempre foi o objetivo principal: promover o acesso à leitura e despertar o gosto por ela.

Nós, professoras de Língua Portuguesa, trabalhávamos junto com a equipe da biblioteca, que era super parceira. Lembro que fazíamos concursos de leitura — a bibliotecária acompanhava os empréstimos e fazia o controle de quem pegava um livro e dois dias depois já voltava procurando por outro título da lista. Organizamos três edições, se não me engano. Era um evento grande, com venda de livros — que nós mesmos solicitávamos às livrarias e chegavam pelos Correios. O contato era todo feito por telefone — na época, era assim que funcionava, nós ligávamos diretamente para as editoras, explicávamos o evento e pedíamos o envio de livros para exposição e venda. Havia também uma livraria em Vilhena, que às vezes, servia como intermediária. Eles contatavam editoras que já trabalhavam e faziam os pedidos em nosso nome. Essa livraria chegou a ser responsável por solicitar e receber muitos dos livros que compunham o acervo da Feira. Quando os livros chegavam, fazíamos o levantamento, a prestação de contas e devolvíamos o que sobrava. Era um trabalho enorme, muitas vezes ficávamos a noite toda catalogando os livros.

Além das vendas, havia apresentações culturais, como peças de teatro. Lembro bem das apresentações

da “Branca de Neve” e do “Chapeuzinho Vermelho”. Era um momento de integração, de arte e cultura dentro da Escola Agrotécnica. Todos os alunos eram envolvidos, de acordo com a sua aptidão. Como o evento era aberto ao público, convidávamos as escolas da cidade e os professores levavam seus alunos - crianças e adolescentes. Além da venda dos livros e das apresentações artísticas, havia várias exposições. Uma vez, o professor de História, levou sua coleção de pedras e com o tempo, fomos expondo os produtos e trabalhos realizados na escola.

Uma das edições aconteceu no salão de festas da Igreja Matriz, em Colorado. Eu já não trabalhava mais na escola, mas cheguei a ir até lá para ver uma atividade que me interessava. A Feira começou a crescer e a se transformar, com o tempo, ela foi tomando uma dimensão maior e acabou sendo chamada de Movimento de Arte. Nessa nova fase, passou a reunir várias expressões culturais — exposição de pessoas de fora, teatro, além da feira de livros. Eu participei como professora da última edição realizada na escola, depois disso, quando passou a acontecer na cidade, eu já havia saído.

Esses eventos ajudaram na divulgação da escola, ao visitá-la as pessoas passavam a compreender melhor como tudo funcionava. Em Colorado, era uma novidade, uma escola diferente, de qualidade, e logo todo mundo queria que os filhos estudassem ali. Outro evento que realizamos foi a Festa das Nações, idealizado por uma professora de Geografia em parceria comigo. Desenvolvemos o projeto juntas, de cunho didático, a ideia era mostrar as influências culturais dos povos estrangeiros que repovoaram cada região do Brasil.

Cada grupo de alunos representava uma região do país e preparavam as barracas com as comidas típicas das nações escolhidas em cada edição. Além disso, faziam apresentações artísticas, mostrando as danças e tradições das diferentes nações que tiveram influência no Brasil — Italiana, Árabe, Espanhola, Africana... Era um verdadeiro espetáculo! E ainda tinha um toque de competição: as barracas mais bem decoradas, com as comidas mais saborosas e as apresentações mais criativas recebiam prêmios. Os jurados passavam

avaliando tudo, e os alunos se envolviam com muita dedicação.

A escola ficava lotada, vinha gente de vários lugares, a festa se tornou o evento anual da cidade. Na época não havia internet, mas saíam reportagens em jornais, e a escola ganhava ainda mais visibilidade. Claro que havia críticas também — alguns servidores diziam que uma escola agrícola não devia se envolver com esse tipo de evento, que os alunos estavam perdendo aula para ensaiar. Mas a gente acreditava muito na importância pedagógica e cultural daquilo, e com o apoio da Direção, seguíamos firmes.

Fizemos quatro edições da Festa das Nações. Com o tempo, o evento foi crescendo tanto que começou a envolver muito dinheiro, e aí surgiram dificuldades de gestão. A gente não tinha muita experiência com a administração de recursos públicos, e como as barracas arrecadavam bastante, começamos a ficar inseguros sobre como lidar com o dinheiro que ficava para o ano seguinte. Então, para evitar problemas, decidimos parar. Mas, do ponto de vista cultural e educativo, foi uma experiência riquíssima. Aprendemos muito, e até hoje, egressos me param na rua para lembrar daquela época: “Professora, a Festa das Nações...”. Foi um período inesquecível, realmente valeu a pena.

A Escola Agrotécnica já chegou a Colorado com a fama de ser uma instituição de ensino de qualidade. Isso vinha não só do nome, mas também do empenho de quem assumiu a missão de fazê-la acontecer — professores, técnicos, todos os servidores. A gente queria mostrar a importância da escola e fazer dela um exemplo. Os alunos se destacavam, tanto nas disciplinas do núcleo comum quanto do núcleo diversificado. Muitos seguiram a carreira, outros foram estudar em universidades grandes, como a UFRRJ, e hoje são professores, inclusive alguns, trabalham aqui mesmo no Instituto. A escola era exigente, e isso refletia nos resultados: formava profissionais competentes e estudantes preparados.

Nos primeiros anos, enfrentamos alguns desafios, especialmente pela falta de servidores. Lembro-me que passamos por um período politicamente difícil, entre 1996 e 2000, em que os investimentos públicos

diminuíram e parecia haver um movimento de desvalorização do serviço público. A gente até comentava que a escola poderia virar um “elefante branco”, de tão complicado que estava. Como não havia concursos, os poucos servidores tinham que se desdobrar para dar conta das atividades.

Ricardo Souza Medeiros

“Eu já andei por várias escolas por aí e essa aqui é muito, muito forte, né? A gente vê que ela é bem estruturada, bem organizada, ensino de qualidade, excelente. A população reconhece essa escola [...] é uma escola que já nasceu forte.”

Cheguei a Rondônia sem conhecer nada sobre o estado. Eu havia enviado meu currículo para a Escola Agrotécnica Federal em Colorado do Oeste a partir de Minas Gerais, onde trabalhava na Agrotécnica Federal em São João Evangelista. Acompanhava pelo Diário Oficial da União que a escola seria aberta e, ao pesquisar sobre Colorado, descobri que ficava no sul de Rondônia. Vi que havia mais de dez vagas para agricultura e decidi me candidatar. Enviei o currículo pelos Correios, quase sem expectativa, e cerca de trinta dias depois fui chamado. Tínhamos até o final de abril de 1994 e na última hora, eu e um colega resolvemos assumir. Não tinha alunos e havia apenas seis ou sete professores, então todos fazíamos de tudo. Chegamos em 1º de maio de 1994, coincidindo com o falecimento do piloto Ayrton Senna. Em Vilhena, tomamos a vacina contra a febre amarela e seguimos de carro para Colorado. Chegamos no fim da tarde sem saber exatamente o que nos aguardava. Fomos inicialmente para o Hotel Fenícia, na segunda-feira já nos apresentamos na escola e na terça-feira, começamos a trabalhar.

No início, sem alunos, nossas atividades eram diversas: trabalhávamos no almoxarifado distribuindo vassouras e detergentes, controlando estoques, aplicando medicamentos em bovinos e cuidando de garrotes. Fazíamos o que fosse necessário, porque o Diretor era muito rigoroso. Morávamos na antiga casa

do Diretor, eu e mais dois professores. Como o refeitório ainda não funcionava, reuníamos os alimentos que tínhamos e uma pessoa preparava as refeições. Não tínhamos carro, então, dependíamos de caronas. Havia um veículo da escola, mas o uso era bastante restrito.

Recebemos todas as inscrições para o primeiro concurso, publicado no final de 1994. Como tinham vagas para cargos Administrativos e Docentes, houveram muitos candidatos, muitos candidatos mesmo. Já as provas, vieram de Brasília e foram aplicadas em 1995. Então, ingressaram professores, técnicos e alunos; a primeira turma tinha cerca de 160 alunos. Com o ingresso dos alunos, o refeitório começou a funcionar. Bem como, a produção de leite, frango e ovos. O volume de ovos foi tão grande, que não sabíamos como armazenar o excedente. Sugeri vendermos parte da produção para um mercado local e assim iniciamos a comercialização. Para os frangos, compramos freezers e enchemos com cerca de mil frangos, quantidade suficiente para 30 dias mais ou menos. Nossa produção foi sendo ampliada e passamos a produzir suínos e muita verdura, a horta produzia demais e acabávamos vendendo parte desses produtos, pois era muito excedente.

No final de 1996, a escola já contava com aproximadamente 300 alunos, e o quadro de funcionários continuava a crescer, acompanhando a expansão da instituição. Em 1997, a primeira turma concluiu o curso, motivo de grande orgulho para todos. Até pouco tempo, tínhamos uma placa dessa turma. Muitos egressos passaram a ser servidores da Escola, como a Daniela Schabo, do refeitório, que foi minha aluna e hoje é servidora, assim como o Henrique de Almeida, o Marcelo Paes e Gabriela Antunes.

Em 2005, a escola criou o primeiro curso superior, Tecnologia em Gestão Ambiental, seguido pelos cursos de Tecnologia em Laticínios, Licenciatura em Ciências Biológicas, dentre outros. O curso Técnico em Agropecuária se manteve forte, com qualidade e quantidade de alunos, mantendo seu caráter de referência. Desde o início, procurávamos selecionar alunos filhos de agricultores, o que influenciou na

qualidade do curso, sendo um curso forte e de referência até os dias de hoje.

Percorri várias escolas ao longo da minha carreira, e posso afirmar que a Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste é muito forte. É bem estruturada, organizada, com ensino de qualidade e reconhecida tanto pela população local quanto por quem vem de fora. Dentro do Instituto Federal, considero-a uma das mais técnicas, com quadro de funcionários qualificados e solícitos. A escola já nasceu sólida, não digo que foi pela minha atuação, mas graças à gestão competente do primeiro Diretor, Francisco Aldivino. Mesmo após mais de 30 anos, ela continua pujante. O único desafio é a sua localização isolada, já era para ofertarmos o curso de doutorado aqui, mas isso não ocorreu devido a uma certa resistência de parte de algumas instâncias administrativas de outros locais. Há uma discriminação regional, dado que Colorado do Oeste é uma cidade pequena, a 82 km de Vilhena. Apesar disso, a Escola se mantém forte, linda, expressiva e tecnologicamente atual, com grande relevância técnica e educacional.

Lembro-me bem de um trator Massey Ferguson que chegou em 1994, com mais de 100 cavalos de potência e tração nas quatro rodas. Ele ficava parado porque ninguém sabia operá-lo. O Diretor Francisco pediu para mim e outro professor colocarmos o trator para funcionar. Como eu já tinha dado aula de mecânica na outra escola, em Minas Gerais, subi no trator, acoplei o arado e comecei a arar o terreno onde hoje fica o anfiteatro. Percorri toda a extensão do terreno, virando a terra de um lado a outro, sem saber exatamente o que iríamos plantar, apenas preparando a área. Também arei a região próxima ao prédio dos cursos superiores, o terreno era duro, mas, como o trator era novinho, ele respondeu bem.

À noite, ligava os faróis dianteiros e traseiros e continuava o trabalho, preparando o solo para a horta e, onde hoje está o anfiteatro, plantamos capim. Até hoje, o professor Jeferson realiza experimentos nessa área. Se me deixassem, até hoje eu pegaria o trator para trabalhar. Com o tempo, chegaram verbas de emenda parlamentar, que permitiram comprar mais tratores e chegamos a ter quatro unidades.

Posteriormente, um deles foi enviado para outro *Campus* do IFRO. Para as aulas práticas, utilizávamos o Massey vermelho e um Ford. Ensinávamos os alunos a operar os tratores e fazíamos atividades de limpeza, como, puxar restos de poda de árvores e limpar a Zootecnia 1 que é o setor de produção animal.

As aulas do núcleo diversificado eram ministradas nas UEPs, lá no campo. Quando as aulas foram transferidas para os blocos do núcleo comum, percebi mudanças significativas no aprendizado e na dinâmica das aulas. O contato direto do aluno com o projeto diminuiu, a produtividade diminuiu, a quantidade de animais diminuiu; menos ovos, menos abelhas... Eu era o único professor que insistia em manter as aulas lá. Muitos alunos ficaram mal acostumados, relutando em sujar as mãos, pisar na terra. O vínculo com a prática foi quebrado, tínhamos mais aulas práticas e a qualidade do curso diminuiu. Antes, eu explicava como seria a dinâmica da aula e íamos para o campo. Mostrava como segurar um coelho para o acasalamento, como identificar quais galinhas não estavam botando ovos, orientava sobre o manejo. Eu me recusei a aceitar essa mudança, assim como outro colega da Zootecnia 2. Alguns professores não se importavam, mas nós não concordávamos. Quando me chamavam, eu dizia que ia, mas não ia. Os alunos, claro, ficavam bravos, tentavam me dedurar para a escola, mas sabiam que eu não cederia.

Quanto às manutenções, elas não aconteciam durante o horário de aula; eram realizadas aos finais de semana e durante as férias. Nesses períodos, os alunos cuidavam da limpeza, da higienização e da alimentação dos animais. Houve um período que os alunos limpavam os banheiros e salas de aula, mas a qualidade era baixa. Por outro lado, no campo, as atividades eram mais produtivas: alimentar os animais, limpar canteiros, manejar o solo com enxada e carriola. Acredito que é muito importante que o aluno utilize esses instrumentos. Ele precisa lidar diretamente com o problema, aprender a operar instrumentos rústicos. Muitas vezes o homem do campo não tem um trator, mal tem um cavalo para puxar o arado. Como o país é pobre, com pessoas do campo com um poder aquisitivo menor, o aluno precisa ter acesso a

outras alternativas viáveis para produzir, alternativas palpáveis. Uma enxada custa R\$60,00, uma carriola R\$150,00; um trator, centenas, milhares de reais. Ao ensinar o uso de ferramentas acessíveis, o aluno aprende que é possível produzir e orientar os produtores mesmo com recursos limitados, desde que tenha criatividade.

Lembro-me de que em 1995, estava passando na televisão um jogo do Brasil contra o Uruguai, e todos estávamos assistindo. Por volta das 22h, o Diretor mandou um recado, dizendo que uma porca começou a parir e pediu que eu e o Romeu pegássemos dois alunos e fôssemos para lá, para auxiliar no parto. Este auxílio consistia em cortar os dentes dos leitões, limpá-los e estimulá-los. Foram mais de doze leitões, e os alunos aprenderam na prática, como realmente era um parto. Hoje, muitos alunos não têm essa vivência; não acompanham partos, e isso não é algo que terceirizados devam fazer. Se o aluno está interno, ele precisa estar presente e participar.

Há outras situações, como cuidar de pintinhos que estão passando mal. Os alunos precisam saber identificar o problema, que pode ser uma corrente de ar em decorrência de uma cortina mal posicionada. A qualidade do aprendizado era superior justamente porque eles tinham contato direto com os problemas e aprendiam a solucioná-los na prática. Posso comparar com os pilotos de avião: se não treinarem em um simulador, não saberão lidar com os problemas reais. Um avião em estol, se o piloto não tiver prática, pode cair. Da mesma forma, uma porca que não recebe assistência adequada pode perder os leitões, pintinhos e coelhos podem morrer.

Lembro-me de que, quando eu dava aulas, gostava de levar os alunos para dentro do galpão, para ver os coelhos. Muitos servidores não fazem isso, mas eu achava importante. Sempre dizia aos estudantes: “segura aqui”, “levanta aí, é assim que o macho cobre a fêmea”, ou então: “é assim que se segura o coelho, pelo pescoço”. Eu preferia que as aulas fossem práticas. Ao invés de ficar só na teoria, íamos direto para o

galpão e dividíamos a turma em grupos. Essa postura eu aprendi na própria escola, foi aqui que aprendi o valor da prática. Não me considero melhor que ninguém, apenas via nessas atividades uma boa oportunidade de ensino. E isso não vai matar o coelho, ele não morre fácil assim.

Também ensinávamos os alunos a auxiliar o varrão a cruzar com a porca, era preciso segurar a genitália do macho e auxiliá-lo a subir na fêmea. Os alunos riam da situação e precisávamos pedir para que parassem. Eu sempre perguntava se alguém da turma se habilitava, de dez alunos, dois ou três sempre se dispunham a participar e levavam a atividade a sério. Hoje, olhando para trás, arrependo-me de não ter feito ainda mais aulas práticas. Talvez, quem sabe, se um dia eu sair da aposentadoria, trabalharei ainda mais as aulas práticas.

Quando começaram a ingressar alunos mais velhos, já maiores de idade, por volta de 1998, percebi algumas diferenças. Eles eram mais interessados, mais responsáveis, e os mais jovens respeitavam os mais velhos. Os adultos aprendiam um pouco mais devagar, enquanto os jovens, tinham mais facilidade e rapidez na aprendizagem. As notas dos mais velhos, às vezes, eram um pouco menores, mas o esforço era maior. No geral, a convivência era muito boa e sem rivalidades.

Sobre a cultura dos apelidos, isso nunca me incomodou. Eu fui criado em Goiás, onde o uso de apelidos sempre foi algo natural, cultural. Quando cheguei aqui, ouvia os alunos se chamando por apelidos, mas nunca vi isso com maus olhos. Na minha presença, sempre foi algo leve, sem maldade. Para mim, não era bullying, era apenas uma brincadeira entre colegas. Hoje em dia, as coisas mudaram e esse tipo de prática é combatida, mas, na época, ninguém via dessa forma.

No meu tempo de estudante, no curso Técnico em Agropecuária, em Goiás, também era assim. Os apelidos eram comuns, lembro de colegas com apelidos de: Mula Manca; Ruga; Mala Velha e Tachinha. Ninguém se importava, era na década de 1980, e nem se sabia o que era bullying. Os alunos do primeiro ano

eram chamados de “Novato”, os do segundo, “Pé quebrado” e do terceiro, “Veterano”. Aliás, os apelidos daqui são mais engraçados.

Não acredito que isso possa influenciar em algo, tanto é que depois de três anos, cada um seguia o seu caminho e ninguém se lembrava mais de quem tinha sido chamado de quê. Eu nunca estimulei, mas também nunca intervi. Perto de mim, sempre foi algo leve e penso que não vale a pena gastar energia mental com isso.

Quando houve a mudança que separou o ensino técnico do ensino médio, lá por volta de 1997, eu senti que o trabalho ficou mais fácil. O novo modelo exigia menos do professor, porque a parte do ensino médio passou a ter suas próprias responsabilidades, e nós, do técnico, podíamos focar apenas em nossas disciplinas específicas. Lembro-me da reunião que aconteceu no ginásio, com a presença de um representante do MEC. Não teve muito debate, pois tínhamos receio de nos manifestar. Menos o Abílio, ele nunca teve medo de ninguém. No fim das contas, acabamos nos adaptando.

Capítulo 6

Formandos



Formandos



1998



1999



2001



2002



2003



2007



IMPACTO SOCIAL

Estimamos que o produto possa contribuir com:

1. A ampliação do conhecimento social acerca da trajetória da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
2. A valorização profissional de professores e técnicos que trabalharam na referida instituição, antes de ela ser incorporada ao IFRO;
3. A valorização das memórias de egressos da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste que hoje são servidores do quadro do IFRO;
4. O desenvolvimento de novas pesquisas no campo da história da educação e da histórias das instituições escolares, mediante acesso ao fac-símile das fontes aqui apresentadas.

AUTORAS

Juliana Machado da Silva Sasset



Possui graduação em Biblioteconomia, especialização lato sensu em Gestão escolar: supervisão, orientação e direção. Atua como Bibliotecária/Documentalista do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Colorado do Oeste e coordena a Biblioteca do Campus. No momento, cursa o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4881854390258979>.

Xênia de Castro Barbosa



Doutora em Geografia pela UFPR, mestre em História pela USP e licenciada em História pela Universidade Federal de Rondônia. É professora do Instituto Federal de Rondônia desde 2010 e do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT desde 2018. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2736450812832214>.



Caminhar com o passado é ampliar horizontes e construir caminhos de emancipação.